



Imagens de [www.dueceira.pt](http://www.dueceira.pt)

**Estudo “Visão técnica estratégica externa sobre as ações em desenvolvimento/a desenvolver pela DUECEIRA relativa a mecanismos de monitorização 2020 e à visão de futuro 2030”**

**DUECEIRA - Associação de Desenvolvimento do Ceira e Dueça**

Dezembro de 2020 • PR-04846

#### Informação sobre o documento

Cliente	DUECEIRA, Associação de Desenvolvimento do Ceira e Dueça
Designação do Projeto	Serviços de consultadoria - Estudo “Visão técnica estratégica externa sobre as ações em desenvolvimento/a desenvolver pela DUECEIRA relativa a mecanismos de monitorização 2020 e à visão de futuro 2030”
Referência do Projeto	PR-04846
Designação do entregável	Estudo “Visão técnica estratégica externa sobre as ações em desenvolvimento/a desenvolver pela DUECEIRA relativa a mecanismos de monitorização 2020 e à visão de futuro 2030”
Referência do ficheiro	DUECEIRA_Estudo.pdf
N.º de páginas	86
Autoria	Equipa do Estudo (SPI)
Data	21 de dezembro de 2020

#### Histórico de alterações ao documento

Versão	Data	Descrição
1	21 de dezembro de 2020	

## Siglas e acrónimos

**ADC:** Agência de Desenvolvimento e Coesão

**ADL:** Associações de Desenvolvimento Local

**AG:** Autoridade de Gestão

**APA:** Agência Portuguesa do Ambiente

**CCDR:** Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

**CCP:** Código dos Contratos Públicos

**CIM:** Comunidade Intermunicipal

**CLDS:** Contrato Local de Desenvolvimento Social

**DLBC:** Desenvolvimento Local de Base Comunitária

**EDL:** Estratégia de Desenvolvimento Local

**EEC:** Estratégia de Eficiência Coletiva

**EIDT:** Estratégia Integradas de Desenvolvimento Territorial

**EREI:** Estratégia Regional de Especialização Inteligente

**ETL:** Estrutura Técnica Local

**FEADER:** Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural

**FEAGA:** Fundo Europeu de Garantia Agrícola

**FEAMP:** Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas

**FEDER:** Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

**FSE:** Fundo Social Europeu

**GAL:** Grupo de Ação Local

**GPP:** Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral

**GT:** Grupo de trabalho

**ICNF:** Instituto da Conservação da Natureza e Florestas

**IEFP:** Instituto do Emprego e Formação Profissional

**IFAP:** Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP

**INE:** Instituto Nacional de Estatística

**ISS:** Instituto da Segurança Social

**LEADER:** *Liaison Entre Actions de Développement de l'Économie Rurale* (Ligação entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural)

**PAC:** Política Agrícola Comum

**PALOP:** Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

**PDR:** Programa de Desenvolvimento Rural

**PEPAC:** Planos Estratégicos da PAC

**PO:** Programa Operacional

**PRODER:** Programa para a Rede Rural Nacional

**PROVERE:** Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos

**QFP:** Quadro financeiro plurianual

**REAPN:** Rede Europeia Anti Pobreza Portugal

**SIZE:** Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e Emprego

**SWOT:** *strengths, weaknesses, opportunities and threats* (forças, fraquezas, oportunidades e ameaças)

**UE:** União Europeia

## Índice

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>2</b>
<b>2</b>	<b>ENQUADRAMENTO</b>	<b>3</b>
2.1	OBJETIVO DO TRABALHO E METODOLOGIA	3
2.2	ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL	4
2.2.1	<i>Traços gerais do processo de construção da EDL em vigor</i>	4
2.2.2	<i>Dimensões estratégicas consideradas na EDL/DLBC</i>	6
2.2.3	<i>Implementação da estratégia</i>	8
2.2.4	<i>Metodologias aplicadas nos exercícios de avaliação da EDL realizados no período 2014-2020</i>	17
2.3	SÍNTESE	22
<b>3</b>	<b>ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS DE MACRO ESCALA</b>	<b>23</b>
3.1	QUADROS ESTRATÉGICOS DE REFERÊNCIA	23
3.1.1	<i>Multissetoriais</i>	23
3.1.2	<i>Específicos – Agricultura e Desenvolvimento rural</i>	36
3.2	AVALIAÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL	40
3.3	SÍNTESE	44
<b>4</b>	<b>CONTRIBUTOS PARA A VISÃO ESTRATÉGICA PARA O FUTURO – LINHAS ESTRATÉGICAS 2030</b>	<b>47</b>
4.1	ASPETOS METODOLÓGICOS A CONSIDERAR	47
4.2	BREVE ANÁLISE DO CONTEXTO ATUAL DO TERRITÓRIO DE INTERVENÇÃO	49
4.3	DESAFIOS E PRIORIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL NO TERRITÓRIO DE INTERVENÇÃO DA DUECEIRA	54
4.4	QUADRO ESTRATÉGICO DA EDL 2030	59
<b>5</b>	<b>CONTRIBUTOS PARA A AVALIAÇÃO CONTÍNUA DA ESTRATÉGIA DLBC RURAL</b>	<b>61</b>
5.1	ASPETOS METODOLÓGICOS A CONSIDERAR	61
5.2	PROPOSTAS DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO	63
<b>6</b>	<b>ANEXOS</b>	<b>68</b>
6.1	SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DE RESPOSTAS AO INQUÉRITO “ACRESCENTANDO VALOR PARA A CONSOLIDAÇÃO DA ESTRATÉGIA LOCAL”	68
6.2	SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DE RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO “VISÃO TÉCNICA ESTRATÉGICA EXTERNA SOBRE AS AÇÕES EM DESENVOLVIMENTO/A DESENVOLVER PELA DUECEIRA RELATIVA A MECANISMOS DE MONITORIZAÇÃO 2020 E À VISÃO DE FUTURO 2030”	79
6.3	DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA	81

## Índice de figuras

Figura 1. Território de intervenção .....	4
Figura 2. Ajuda pública contratualizada .....	4
Figura 3. Ações concretizadas que sustentaram a definição da EDL .....	5
Figura 4. Dimensões da estrutura da EDL.....	7
Figura 5. Esquemas estratégicos EDL .....	8
Figura 6. PDR 2020 – execução da medida 10 – abordagem LEADER e ponto de situação DLBC por fundo comunitário (set.2019) .....	16
Figura 7. Agendas temáticas e domínios estratégicos da Estratégia Portugal 2030.....	26
Figura 8. Objetivos gerais e específicos da PAC 2021-2027.....	37
Figura 9. Desafios nacionais e objetivos da PAC.....	38
Figura 10. Monitorização e avaliação .....	40
Figura 11. Questões essenciais a responder nas etapas de avaliação.....	41
Figura 12. Síntese da abordagem metodológica para o desenho e implementação de uma EDL.....	48
Figura 13. Cronograma proposto para o planeamento e implementação da avaliação .....	61
Figura 14. Exemplo de modelo de suporte à recolha de informação / indicadores de contexto .....	63
Figura 15. Metodologia de construção do barómetro da EDL.....	64
Figura 16. Exemplos de Observatório / Barómetro.....	66

## Índice de tabelas

Tabela 1. Matriz de indicadores da EDL .....	18
Tabela 2. Síntese de respostas: práticas da DUECEIRA consideradas relevantes para a comunicação da Estratégia e eficácia da Parceria (inquérito “Acrescentando Valor para a consolidação da Estratégia Local”) .....	21
Tabela 3. Arquitetura do quadro financeiro plurianual 2021-2027: eixos, prioridades temáticas e programas.....	25
Tabela 4. Agendas, domínios e eixos de intervenção com correlação direta na construção de EDL .....	27
Tabela 5. Prioridades estratégicas e Linhas de Ação do Centro 2030 .....	30
Tabela 6. Etapas da avaliação da LEADER/DLBC a nível do GAL (obrigatórias e recomendadas) .....	41
Tabela 7. Etapas do trabalho de avaliação e exemplos de métodos a implementar .....	43
Tabela 8. Relação entre o Quadro Estratégico da Estratégia DLBC Dueceira2020 e as Orientações macro relativas a estratégias de desenvolvimento.....	57

## **1 Introdução**

O presente relatório resulta do trabalho desenvolvido com a DUECEIRA - Associação de Desenvolvimento do Ceira e Dueça no âmbito do estudo sobre a “Visão técnica estratégica externa sobre as ações em desenvolvimento/a desenvolver pela DUECEIRA relativa a mecanismos de monitorização 2020 e à visão de futuro 2030”.

A estruturação da informação é apresentada em quatro pontos principais:

- **Ponto 2. Enquadramento:** integra os objetivos e metodologia aplicada e é exposta a análise à Estratégia de Desenvolvimento Local definida pela DUECEIRA e demais parceiros constituintes do Grupo de Ação Local para o período de programação 2014-2020. A análise da EDL versa o seu processo de construção, as dimensões estratégicas consideradas, o processo de implementação e as metodologias aplicadas nos exercícios de avaliação da EDL realizados no período 2014-2020.
- **Ponto 3. Orientações estratégicas de macro escala:** apresenta informação essencial para a definição da estratégia de futuro e que se prende com quadros estratégicos/exercícios de macro escala já realizados e que, direta e indiretamente, influenciam qualquer visão de futuro que se venha a estabelecer para o território de intervenção da DUECEIRA. Num âmbito multissetorial, são sistematizadas diretrizes europeias, nacionais e regionais e, num âmbito setorial ligado ao desenvolvimento rural, a análise foca-se na PAC pós 2020 e a sua transposição para o nível nacional, através do PEPAC (atualmente em desenvolvimento/período de consulta pública) com as premissas comunitárias adaptadas ao contexto e às necessidades específicas identificadas. Para além dos quadros estratégicos de referência mencionados, neste capítulo integra-se também um ponto sobre orientações para a avaliação de estratégias de desenvolvimento local.
- **Ponto 4. Contributos para a visão estratégica para o futuro:** resultado do cruzamento da informação recolhida e analisada nos pontos anteriores, apresentam-se neste capítulo os desafios para o território de intervenção e as dimensões estratégicas que podem ser consideradas para o exercício de revisitação e/ou redefinição da EDL para o período 2021-2027.
- **Ponto 5. Contributos para a avaliação contínua da Estratégia DLBC Rural:** integra propostas de instrumentos de avaliação que podem ser aplicados pelo GAL de forma a verificar a evolução da implementação da EDL (assente numa abordagem de avaliação contínua).

## 2 Enquadramento

No âmbito da atividade 4 “Compreender” do projeto aprovado “Centro-08.5864-FSE-00008 Capacitação institucional de parcerias territoriais e setoriais” promovido pela DUECEIRA - Associação de Desenvolvimento do Ceira e Dueça, está integrado o presente trabalho relativo à conceção de visão técnica estratégica externa sobre as ações em desenvolvimento/a desenvolver pela DUECEIRA, concretamente: 1 – Impacto – mecanismos de monitorização 2020 e 2 - Visão de futuro – diagnóstico 2030.

### 2.1 Objetivo do trabalho e metodologia

O **objetivo** geral do projeto é a conceção de uma visão técnica estratégica externa sobre as ações em desenvolvimento/a desenvolver pela DUECEIRA relativa a mecanismos de monitorização 2020 e à visão de futuro 2030.

A **metodologia** envolveu as seguintes tarefas, realizadas em estreita colaboração com a DUECEIRA:

- **Tarefa 1. Reunião de arranque e recolha de informação:** Esta tarefa, correspondente ao arranque do projeto, integrou a reunião de trabalho inicial na qual se identificaram interlocutores e detalharam datas concretas de concretização de tarefas. Previamente à reunião a SPI enviou a listagem necessária, que foi disponibilizada pela DUECEIRA.
- **Tarefa 2. Análise e tratamento de informação:** O segundo momento metodológico centrou-se na análise da informação existente e disponibilizada, sistematizando aspetos chave referentes à elaboração da estratégia DLBC e aos mecanismos implementados até à data para a sua avaliação. Também nesta tarefa, está integrada a análise de instrumentos estratégicos à escala regional e nacional, orientadores das políticas de desenvolvimento preconizadas para o período 2030 e que influenciam a visão de futuro para o território da DUECEIRA.
- **Tarefa 3. Sessão de trabalho:** Em simultâneo com a tarefa 2, previu-se a realização de um momento de trabalho colaborativo que foi substituído pela auscultação à distância de parceiros, pela necessidade de adaptação às orientações e normas em vigor relativas ao período de pandemia por COVID 19.<sup>1</sup>
- **Tarefa 4. Desenvolvimento e entrega do estudo “Visão técnica estratégica externa sobre as ações em desenvolvimento/a desenvolver pela DUECEIRA relativa a mecanismos de monitorização 2020 e à visão de futuro 2030”:** A tarefa 4 correspondeu ao desenvolvimento e entrega do estudo “Visão técnica estratégica externa sobre as ações em desenvolvimento/a desenvolver pela DUECEIRA relativa a mecanismos de monitorização 2020 e à visão de futuro 2030” correspondente ao documento agora entregue.

---

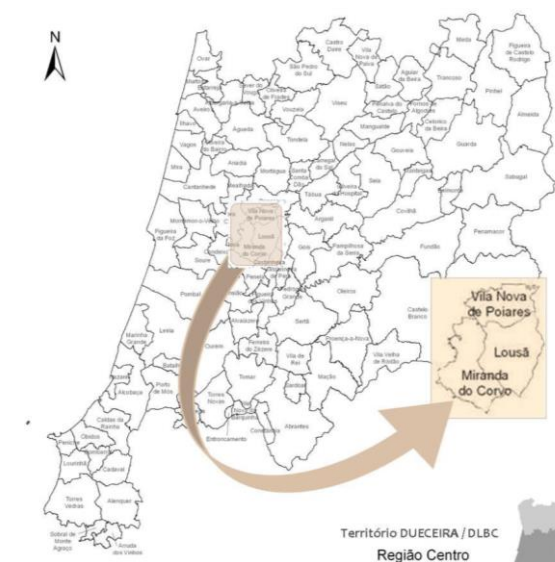
<sup>1</sup> De modo complementar, para o desenvolvimento do estudo foi também desenvolvido um breve **questionário** (<https://forms.gle/1RbGCjLbPhcPiQf66>) para a recolha de contributos dos associados/entidades estratégicas em questões chave relacionadas com: (i) análise do percurso de desenvolvimento do território e (ii) visão estratégica para o território de intervenção

## 2.2 Estratégia de Desenvolvimento Local

### 2.2.1 Traços gerais do processo de construção da EDL em vigor

Em 2015 a DUECEIRA viu a sua candidatura [Concurso para apresentação de candidaturas nº 2/2014] de Estratégia de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) pré-qualificada, tendo avançado para a submissão da Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) ao abrigo dos Programas Operacionais associados.

Capitalizando a ampla experiência nesta tipologia de instrumento e na metodologia de intervenção LEADER, e adaptando-se a um novo território de intervenção (Figura 1), ainda no decorrer de 2015, a DUECEIRA consolidou o trabalho de proximidade com os parceiros e comunidade local para a criação do Grupo de Ação Local (GAL), ajustou o diagnóstico e identificou desafios e definiu metas a alcançar em termos de desenvolvimento sustentado do seu território de intervenção.



#### DLBC DUECEIRA2020

- Concelhos: Lousã, Miranda do Corvo e Vila Nova de Poiares
- 12 Freguesias (rurais, não litorâneas): Casal de Ermio e Foz de Arouce; Lousã e Vilarinho; Serpins; Gândaras; Lamas; Miranda do Corvo; Semide e Rio Vide; Vila Nova; Arrifana; Lavegadas; Poiares (Santo André); São Miguel de Poiares
- Área 349,23 Km<sup>2</sup>
- População Residente (2011):37.983 habitantes
- Densidade Populacional 108,76 habitante/Km<sup>2</sup>

Figura 1. Território de intervenção

Fonte: DLBC DUECEIRA 2020

Deste esforço e exercício coletivo e colaborativo resultou o reconhecimento formal do GAL para a gestão do DLBC Rural DUECEIRA 2020 que abrange os concelhos de Lousã, Miranda do Corvo e Vila Nova de Poiares (Figura 1), e que se consubstanciou na contratualização de apoios FEADER, FEDER e FSE dos programas operacionais PDR 2020 e Centro 2020 (Figura 2).

Total de Ajuda Pública Contratualizada	€ 2.988.028,58
FEADER [valor acrescido da Componente Pública Nacional]	€ 1.782.486,52
FEDER	€ 499.398,62
FSE	€ 706.143,44
<u>Acresce ainda</u>	
Cooperação Territorial [Nacional e Transnacional]	€ 127.000,00 (Comparticipação a 90%)
Funcionamento e Animação	€ 636.602,33 (Comparticipação a 100%)
Capacitação ETL - Centro 2020	€ 94.935,29 (Comparticipação a 100%)

Figura 2. Ajuda pública contratualizada

Fonte: Relatório 2018 DLBC avaliação intercalar DUECEIRA PDR

Do ponto de vista metodológico, mais concretamente no que concerne ao envolvimento de parceiros e comunidade na construção da EDL (fase preparatória e preliminar identificadas nos documentos da EDL), a DUECEIRA valorizou o trabalho de proximidade com a comunidade local, dando maior enfoque no processo participativo que tirou partido da realidade quotidiana de atuação que se sustenta no regular envolvimento de associados e parceiros. Construir a EDL foi um processo participado que integrou diferentes ações conforme se sistematiza na figura seguinte.

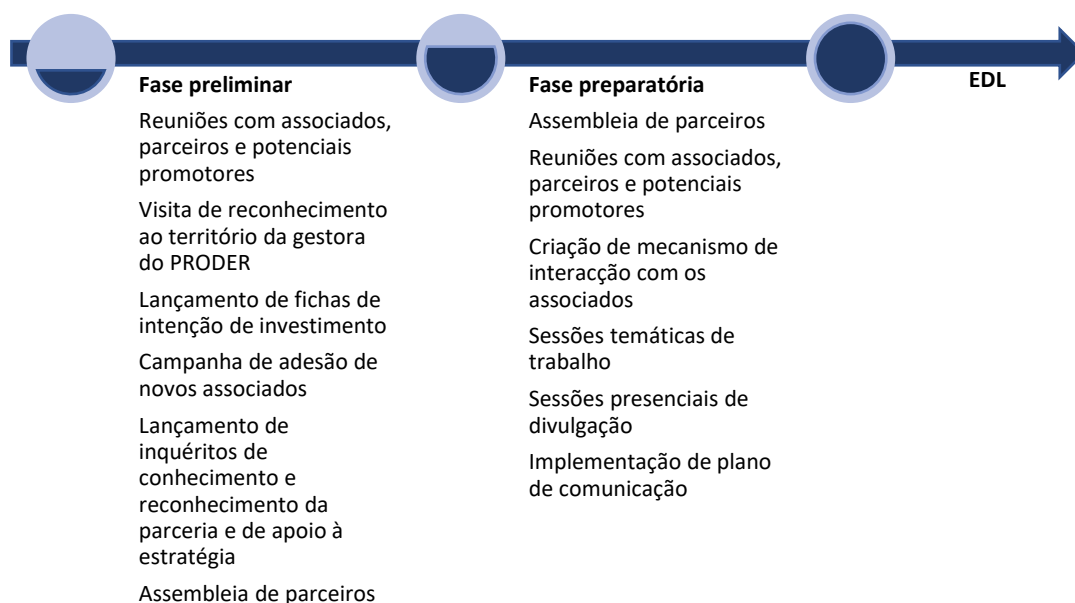


Figura 3. Ações concretizadas que sustentaram a definição da EDL  
Fonte: DLBC DUECEIRA 2020

Em termos cronológicos as principais datas da EDL são as seguintes:

1. **11/2014** 1ª. fase do processo DLBC, Concurso nº 02/2014, pré-qualificação de parcerias
2. **02/2015** Submissão de candidatura pela DUECEIRA
3. **05/2015** Aprovação e seleção da candidatura para a 2.ª fase de concurso por deliberação da respetiva Comissão de Avaliação
4. **07/2015** Submissão de candidatura pela DUECEIRA à 2.ª fase de concurso para seleção de EDL - Estratégias de Desenvolvimento Local e Reconhecimento dos GAL-Grupo de Ação Local
5. **08/2015** Reunião de negociação/interação com as Autoridades de Gestão do PDR e Centro 2020 e a Direção/ETL da DUECEIRA, para apresentação de argumentação para validação dos montantes e programa de ação propostos
6. **08/2015** Submissão de candidatura ao Concurso para Preparação e reforço das capacidades, formação e ligação em rede dos GAL (Apoio Preparatório: 25.000€)
7. **09/2015** Proposta favorável de decisão, emanada da Comissão de Avaliação
8. **11/2015** Aprovação do Regulamento para candidatura ao Funcionamento e Animação
9. **12/2015** Aprovação condicionada do DLBC DUECEIRA 2020, emanada da Comissão de Avaliação

10. **12/2015** Submissão de candidatura ao Funcionamento e Animação
11. **01/2016** Cerimónia de assinatura, em Ponte de Sor, dos Contratos de Financiamento com as AG-Autoridades de Gestão do PDR2020 e Centro 2020
12. **05/2016** Cerimónia de Assinatura, em Mangualde, do Protocolo de Articulação Funcional entre a AG do PDR2020 e os GAL Rurais.
13. **06/2016** Sessão de Formalização e Assinatura, em Leiria, do Protocolo Funcional de Articulação entre a AG do CENTRO 2020
14. **11/2016** Sessão de Assinatura, no Sardoal, do Protocolo de Delegação de Tarefas com o IFAP- Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP
15. **02/2018** Submissão de candidatura ao Concurso ao Aviso CENTRO-64-2018-02 - Capacitação Institucional nas Parcerias Territoriais e Sectoriais

### **2.2.2 Dimensões estratégicas consideradas na EDL/DLBC**

A EDL foi sustentada num diagnóstico territorial do qual resultou a identificação dos seguintes fatores críticos de sucesso: (1) consolidação da imagem territorial; (2) qualificação dos recursos humanos; (3) valorização dos recursos e (4) criação de emprego, reabilitação e consolidação da estrutura socioeconómica local. Complementarmente é definida *“a importância na monitorização e avaliação contínua do processo, permitindo análise crítica do mesmo e a sua reequação sempre que necessário. Associado a um adequado modelo de acompanhamento e avaliação, são introduzidas ferramentas de “inteligência competitiva” no processo que permitem que o planeamento não se assuma como um momento estático no tempo, mas algo dinâmico que concorre para a projectão de cenários possíveis, promovendo alterações, medidas corretivas e mudanças de rumo fundamentais em qualquer trajetória de desenvolvimento, visando a minimização de riscos”* (EDL).

À construção da estratégia estão subjacentes quatro abordagens que se interligam e interagem para o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo do território, visando proporcionar bem-estar às comunidades, são elas a sociedade, o ambiente e a economia locais observadas num ambiente global.

Como eixos de intervenção foram definidos o **reforço do capital humano**, investindo na qualificação e a **consolidação dos setores económicos com suporte nos recursos, atividades e produtos da região**, criando valor, fomentando a sua integração em circuitos de comercialização, transformando os recursos endógenos e identidades locais em fatores efetivamente diferenciadores (produtos com identidade reconhecidos pelo mercado) e apostando em empresas mais fortes que sejam suporte da sustentabilidade territorial. O esquema estratégico da EDL apresenta ainda (i) áreas de intervenção prioritárias, (ii) objetivos estratégicos/medidas integradas e (iii) ações-chave/objetivos operacionais (Figura 4).

#### ÁREAS DE INTERVENÇÃO PRIORITÁRIA

- Os setores emergentes do Turismo: Verde/Natureza/Montanha/Desportivo/Radical e, em crescimento, das energias renováveis, com ênfase nas eólicas e biomassa
- O potencial de transformação, valorização e comercialização dos produtos endógenos e dos recursos agrícolas na sua forte expressão florestal e viveirista
- A importância na consolidação de princípios e valores que se conjugam no conceito Região Solidária e inclusiva, em permanente construção e do fomento de novos modelos ecológicos/estilos saudáveis de vida, com aposta em novos agricultores e no regresso à terra

#### OBJETIVOS ESTRATÉGICOS/MEDIDAS INTEGRADAS

- Reforçar e promover a economia rural baseada na cidadania activa e transversalmente solidária
- Qualificar e valorizar as pessoas, as organizações e o território
- Acrescentar e produzir, reforçar e promover novos e diferentes produtos
- Incentivar e apoiar o empreendedorismo, a Iniciativa local e o auto-emprego

#### AÇÕES-CHAVE/OBJETIVOS OPERACIONAIS

- Mobilizar agentes e comunidade
- Estabelecer consensos
- Identificar produtos serviços e bens representativos do Território e fomentar o surgimento de novos
- Criar marca local com correspondente cabaz/selo/rótulo comum
- Revitalizar sectores tradicionais de actividade
- Conferir qualidade e inovação
- Promover a certificação (acrescentar/dar valor)
- Conhecer a malha empresarial e mapear os diferentes sectores de actividade local
- Capacitar/formar os agentes/desenvolver competências
- Criar pontes entre formação, ensino, investigação e tecido empresarial
- Conceber imagem de prestígio para divulgar e promover a região
- Distribuir em circuitos curtos e amplos
- Realizar agenda articulada e rotativa de Eventos, numa perspectiva territorial
- Realizar mostra nacional de impacto
- Articular com redes de agentes locais/regionais da restauração/hotelaria/animação turística/serviços
- Criar circuitos/roteiros/trilhos/redes colaborativas
- Promover animação territorial
- Cooperar para aprender e ganhar escala

Figura 4. Dimensões da estrutura da EDL

Fonte: DLBC DUECEIRA 2020

De forma sintética, no relatório de avaliação intercalar<sup>2</sup> é apresentado o esquema estratégico da EDL, cuja concretização passa pela mobilização de diferentes fundos/Programas Operacionais:

<sup>2</sup>Relatório anual de execução 2018 e de avaliação intercalar EDL estratégia de desenvolvimento local medida DLBC-LEADER, abril 2019

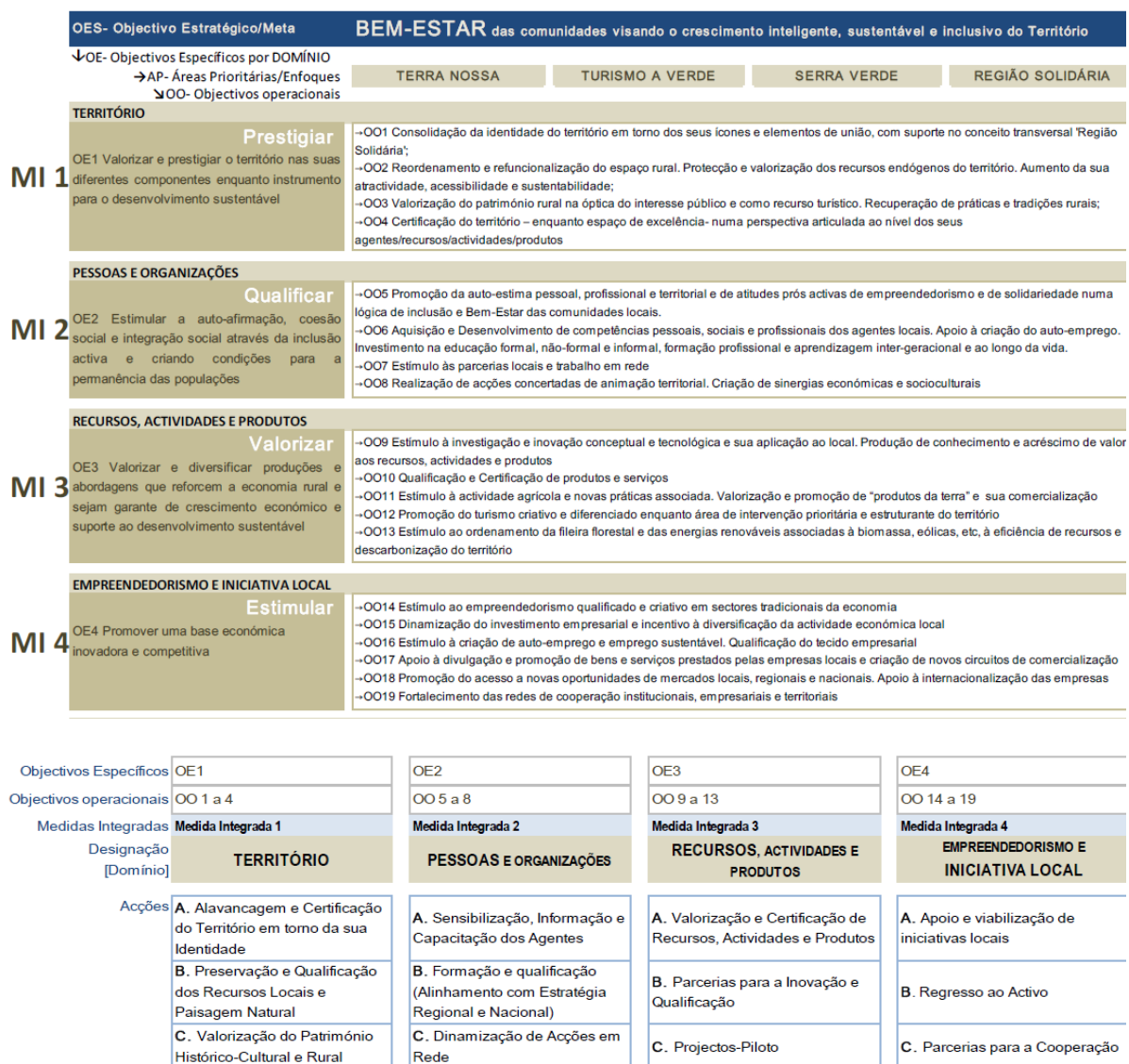


Figura 5. Esquemas estratégicos EDL

Fonte: DLBC DUECEIRA 2020

### 2.2.3 Implementação da estratégia

De acordo com o explanado anteriormente, a estratégia definida para o território assenta em objetivos estratégicos, específicos e operacionais que no seu conjunto concorrem para o alcance dos resultados a atingir e encontram no instrumento programático DLBC inclusos no PO Centro 2020 e no PDR2020 o seu enquadramento e operacionalidade.

O ano de 2016 constituiu o arranque efetivo do Programa de Ação delineado na EDL. A análise dos Relatórios Anuais de Execução da EDL respeitantes aos anos de 2016, 2017, 2018 e 2019 e Relatório de Avaliação Intercalar da Estratégia de Desenvolvimento Local permitiu sistematizar fatores de sucesso e insucesso no âmbito da

operacionalização da EDL, nomeadamente no que respeita ao alcance dos objetivos específicos e resultados definidos.

De acordo com estes exercícios de monitorização e avaliação, ao nível dos **resultados de implementação da EDL** destacam-se, enquanto **fatores de sucesso**, os seguintes:

- No que respeita à **operação 10.2.1.1 “Pequenos Investimentos nas Explorações Agrícolas”**, verificou-se no final de 2019, uma evolução muito positiva em termos de número de candidaturas aprovadas e em execução, em resultado do trabalho continuado e persistente de informação do GAL nestas áreas e do apoio de proximidade aos promotores.
- Relativamente à **operação 10.2.1.2 “Pequenos Investimentos de Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas”** foram aprovados dois projetos, em 2017, que preveem a criação de dois postos de trabalho, o que permitiu atingir as metas previstas para 2018. A 31 de dezembro de 2019 encontrava-se em fase de decisão os projetos candidatados ao 2º. Anúncio, sendo que um tinha parecer favorável.
- No âmbito da **operação 10.2.1.3 “Diversificação de Atividades na Exploração Agrícola”**, até ao período a que reporta o relatório de 2019, foram abertos quatro concursos, tendo sido aprovados três projetos.
- Importa referir que para efeito de avaliação global da implementação da EDL, no que diz respeito às operações 10.2.1.1, 10.2.1.2 e 10.2.1.3, o número de candidaturas submetidas aos Avisos foi surpreendente para um território, predominantemente florestal, em que a agricultura historicamente se assumiu como de subsistência e no qual prevalece, tradicionalmente, o setor viveirista, não existindo expressão de atividades associadas à transformação de produtos agrícolas (relacionadas com o fumeiro, enchidos, queijos, licores ou compotas, por exemplo). Esta resposta do território ao desafio lançado/direcionado para estes setores permite constatar a abertura e apetência dos promotores para novas tipologias de intervenção, sendo no entanto necessário reforçar o estímulo ao surgimento de novas candidaturas nestes setores.
- No âmbito da execução da **operação 10.2.1.6. “Renovação das Aldeias”** as metas previstas para o ano 2018 foram alcançadas ainda no decorrer de 2017. A 31/12/2019 encontravam-se aprovados três projetos e ultrapassado o indicador de despesa pública previsto, com um valor já próximo da meta estabelecida para 2023.
- Relativamente, ao FEDER operacionalizado através do **SIZE (Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego)**, os projetos aprovados pela DUECEIRA, ultrapassaram a dotação financeira contratualizada, existindo um *overbooking*. Contudo, como era expectável, pelo desequilíbrio possibilitado pela própria arquitetura do Incentivo, o valor aprovado e executado da componente FSE é francamente diminuto. No entanto é inegável que **o número de empresas apoiadas ultrapassa a meta estabelecida para todo o período de programação**, o que permite compreender a importância deste instrumento financeiro para a dinamização económica do território, não obstante os fortes constrangimentos da sua implementação. De ressaltar que o facto de o limite orçamental das candidaturas se situar nos 100.000€ não favoreceu/estimulou o surgimento de investimentos criativos, inovadores ou com maior impacto tecnológico.

- **Plataforma digital de gestão (Back office PDR2020):** disponibilizada pela Autoridade de Gestão do PDR2020 constitui uma ferramenta técnica exclusiva do Programa que desmaterializa todo o processo, diminui o número de documentos de apoio a produzir pelo GAL e uniformiza a sua estrutura e apresentação. Tal repercute-se favoravelmente na implementação quotidiana do PDR2020, com a uniformização de critérios e tarefas e a minimização de erros, uma vez que os documentos (formulários de candidatura, modelos de análise e de audiência prévia de interessados e minutas de comunicação com os beneficiários) são produzidos automaticamente pelo sistema.
- **Informação técnica para esclarecimento e apoio aos beneficiários:** é disponibilizado aos beneficiários um calendário trimestral da previsão de abertura de concursos, um conjunto simplificado de informação técnica e garantido um acesso direto no *site* institucional a todos os elementos relativos às diferentes ações a concurso<sup>3</sup>, incluindo a um [FAQ] – Esclarecimento a Perguntas Frequentes com listagem de questões colocadas pelos beneficiários no decorrer dos Anúncios de Abertura.
- **Realização de sessões de esclarecimento e atendimento personalizado a beneficiários:** estas ações resultaram da implementação de uma nova metodologia visando a divulgação das Operações, o estímulo à submissão de candidaturas e o esclarecimento de potenciais beneficiários, o que favoreceu o diálogo fluido com os promotores e uma maior interligação entre entidades.
- **Capacitação da ETL - Estrutura Técnica Local do GAL DUECEIRA:** o processo contínuo de capacitação da equipa responsável permitiu a sua permanente adequação técnica às exigências do PDR2020 e Centro2020, enquanto organismo de análise e acompanhamento. As sessões de informação e esclarecimento e de natureza formativa realizadas pela AG PDR2020 e IFAP contribuíram para uma maior articulação e um melhor entendimento dos processos de análise de Pedidos de Apoio e de Pedidos de Pagamento na sua globalidade. Tal repercutiu-se na implementação do programa, sendo possível maior celeridade e qualidade dos processos de análise ao nível da ETL. Contudo é referenciado como fundamental a realização de ações de formação específicas que colmatem as necessidades pedagógicas do GAL principalmente nas áreas de CCP – Códigos dos Contratos Públicos, Parcelário e de análise de Pedidos de Pagamento.
- **Comunicados e publicações na imprensa local e regional:** prosseguindo uma estratégia de divulgação da EDL no território, foram produzidos diversos Comunicados de Imprensa os quais foram publicados na imprensa local e regional.
- **Articulação com outras medidas do PDR e de outros programas e instrumentos de políticas do território:**

---

<sup>3</sup>Os elementos constam do Guião de Apoio DLBC Rural, o qual é composto por Fichas de Apoio ao Beneficiário, nomeadamente (1) Síntese da operação “pequenos investimentos nas explorações agrícolas”; (2) Síntese da operação “pequenos investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas”; (3) Registos no IFAP e PDR2020 (NIFAP e IB); (4) Estatuto de jovem agricultor; (5) Aferição de estatuto de agricultor; (6) CAE – códigos de atividade económica (sectores industriais enquadráveis – operação 10212); (7) Produtos agrícolas enquadráveis – comercialização (operação 10212); (8) Parcelário agrícola; (9) Organizações de produtores reconhecidos [no âmbito da DRAP Centro]; (10) Guia prático do Empreendedor [IAPMEI]; (11) Guia “Como elaborar um Plano de negócios” [IAPMEI].

- A articulação com a **CIM RC – Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra é evidenciada pela adequada relação de Estratégias<sup>4</sup>** e pela integração do GAL DUECEIRA no Conselho Estratégico da CIM RC, fórum de discussão, mediação e promoção das diferentes abordagens setoriais.
- A DUECEIRA integra, como parceira, **duas Estratégias de Eficiência Coletivas (EEC)** na tipologia Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos (PROVERE), designadamente “Aldeias de Xisto” e “iNature – Turismo Sustentável em Áreas classificadas”. Nesta última, tem beneficiado de uma diversidade de ações que visam a capacitação do território para atividades turísticas, a dinamização do potencial intrínseco dos recursos endógenos e a afirmação de uma oferta de excelência no domínio de Turismo de Natureza correspondente às tendências e motivações que definem o mercado de procura turística. Integrado no PROVERE “iNature”, a DUECEIRA está a implementar o projeto-âncora “Trilhos da Natureza da Serra da Lousã” que prevê (i) a elaboração de estudo de suporte à proposta de classificação da Serra da Lousã como Área de Paisagem Protegida e (ii) a dinamização de atividades de fruição responsável dos espaços, numa perspetiva da sua visibilidade, animação e promoção social e económica, com o apoio direto à organização e realização de atividades inseridas na Ação “Trilhos da Serra - Desporto e Aventura na Serra da Lousã” e que tem uma calendarização prevista até 31/12/2021. Relativamente à participação na EEC “Aldeias de Xisto” tem sido considerado necessário incrementar a participação do GAL na EEC, nomeadamente no planeamento e implementação de iniciativas no território.
- A **implementação do instrumento CLDS e das Redes Sociais** dos concelhos da área de abrangência do GAL DUECEIRA ocorreu com a integração e participação ativa do mesmo<sup>5</sup>, visando potenciar o crescimento do território, a participação, a igualdade e a capacitação dos indivíduos, das famílias, das instituições e da própria comunidade por forma a aumentar a coesão social e a inclusão efetiva, proporcionando enquadramento nas operações que integram a EDL.
- **Participação na REAPN – Rede Europeia Anti Pobreza Portugal:** a DUECEIRA integra esta Rede detendo o estatuto de Associada, o que lhe permite aceder a um manancial de informação no domínio da Pobreza e Ação Social, aspeto extremamente relevante no que respeita ao acesso a referenciais metodológicos e bibliográficos a adotar.
- **Implementação de projetos com GAL nacionais e transnacionais:** no âmbito da medida 10 – DLBC/Abordagem LEADER do PDR2020, Ações 10.311 e 10.312 – Cooperação Interterritorial e Transnacional, foi iniciada a implementação dos projetos:

---

<sup>4</sup>Como é o caso dos Investimentos Territoriais Integrados (ITI); Pacto para o desenvolvimento e Coesão Territorial; Pactos Territoriais para a Empregabilidade que promovem uma melhor adequação das medidas ativas de emprego e formação profissional; Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS) visando uma resposta integrada às necessidades específicas das zonas geográficas mais afetadas pela pobreza e cuja articulação já se encontra incorporada nas tipologias de ação definidas no Programa de Ação da Dueceira.

<sup>5</sup>No âmbito do CLDS 3G LOUSÃ+INCLUSIVA, a Dueceira participou na definição de atividades do Eixo I – Emprego, Formação e Qualificação, concretamente no desenvolvimento da Ação 12 – Projeto “Trás da Serra!” (designação provisória), tendo colaborado ativamente na criação de uma Rede de Apoio aos Pequenos Produtores “da Lousã” visando a promoção de circuitos de produção, a divulgação e comercialização de produtos locais e regionais e potenciando a empregabilidade e o território.

- “Green Economy – Multiple Use of Forest/Economia Verde – Uso Múltiplo da Floresta” – projeto que aborda a floresta e a sua multiplicidade de usos.
- “QTS2A- Qualificar o Turismo Sustentável, Ativo e Ambiente” – projeto que visa a qualificação de produtos de turismo sustentável sendo o turismo ativo a base do produto e a responsabilidade ambiental bem como o envolvimento das populações a sua essência.
- “Terras da Lusofonia – projeto centrado no conceito de “Casas da Lusofonia” e que engloba um conjunto de atividades, ao nível da disseminação/transferência de conhecimentos e competências, prestação de serviços, fomento de trocas culturais e comerciais, inclusão social, estímulo à expansão dos agentes económicos e criação de entrepostos comerciais.
- **Implementação do projeto LIGNOBIO – Conversión de los residuos forestales en bioproductos de alto interés industrial através de tecnologías termoquímica assistida por micro-ondas:** projeto apoiado no âmbito do Programa de Iniciativa Comunitária LIFE Ambiente, numa parceria com entidades portuguesas e espanholas e que visa demonstrar a viabilidade económica e ambiental da utilização dos resíduos gerados no processo de desmatamento de florestas como fonte de matéria-prima para produção de bio-produtos com alto valor acrescentado (bio-herbicida; bio-betão; bio-carvão, etc).
- **Projeto “4 em Rede”:** a DUECEIRA apresentou candidatura em parceria com os quatro municípios da sua área de abrangência (Lousã, Miranda do Corvo, Penela e Vila Nova de Poiares), no âmbito da tipologia de Operação 3.17 – Instrumentos específicos de proteção das vítimas e de acompanhamento de agressores na violência doméstica, mais concretamente na esfera da Ação 3.17.1 – Estruturas de atendimento, acompanhamento e apoio especializado a vítimas de violência doméstica e violência de género e sensibilização e produção de materiais nestas áreas, do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego. No final de 2019 a candidatura ainda se encontrava em análise.
- **Registo de Marca Territorial Terras da Chanfana:** processo de prestígio do território e de envolvimento das comunidades, e que estava previsto para 2023. A sua antecipação permite a consolidação da Marca ainda no âmbito deste período de programação.
- **Ações de Capacitação, Sensibilização e Formação:** as metas previstas para 2018 foram superadas logo no decorrer de 2017, sendo que a 31 de dezembro de 2019 se encontram largamente ultrapassadas em número de iniciativas participadas e/ou organizadas e em número de participantes.
- Resposta do território/Interação com os agentes do território:
  - No anterior período de programação (PRODER 2007/2014), a resposta do território a algumas Medidas foi nula, não tendo sido aprovada qualquer tipo de candidatura, por exemplo, aos Pequenos Investimentos na Exploração Agrícola ou de transformação, fruto porventura da menor apetência do território para a pequena agricultura e transformação de produtos agrícolas. Em virtude do esforço/trabalho continuado do GAL nestas áreas, e do apoio de proximidade aos promotores, tem sido possível reverter, ainda que lentamente, esta situação.

- Numa perspetiva de consolidação da identidade do território e adequação da estratégia, por meio de recursos afetos a um trabalho de interligação entre as equipas diretiva e técnica, o quadro associativo e as comunidades, no decorrer dos últimos anos, tem-se observado a consolidação do quadro associativo, com a incorporação de novas entidades, de natureza pública e/ou privada, todos os anos.
- O envolvimento dos Associados e Parceiros é uma realidade quotidiana, tanto na definição das orientações à própria EDL quanto na concretização de ações de animação em que as suas competências são efetivamente aproveitadas e valorizadas, permitindo capitalizar todo o trabalho desenvolvido e contribuir para o crescimento harmonioso do território<sup>6</sup>.
- **Sistema de divulgação e informação:** sistema implementado que, numa primeira fase, objetivou a criação de um ambiente informativo estimulante à utilização correta dos apoios disponibilizados aos potenciais beneficiários/destinatários fomentando o aparecimento de projetos inovadores que contribuíssem para a promoção da competitividade dos territórios rurais de forma sustentável e que, numa segunda fase, promoveu a informação relativamente ao conteúdo e impacto da EDL no território, fomentando uma cultura participativa nos processos locais de desenvolvimento. Este sistema englobou a publicitação (i) dos avisos de abertura de concursos, na imprensa local e/ou regional e no portal do GAL (*site*) e dos respetivos períodos de candidatura; (ii) dos apoios atribuídos, preferencialmente no Portal do GAL, tendo sido utilizados pontualmente outros meios, sempre que considerado oportuno; (iii) dos resultados globais e parciais associados à execução da EDL; (iv) de todas e quaisquer informações pertinentes relativas à atividade desenvolvida no âmbito da implementação da EDL/que prestigiem o Território e Comunidades locais.
- **Ações de animação:** complementares ao Sistema de divulgação e informação, visam a implementação da EDL e a dinamização do território, consolidando uma metodologia de trabalho que valoriza a proximidade às comunidades, dando enfoque ao processo de participação da parceria numa convergência de interesses. Constituem exemplos a gestão local da Bolsa de Terras, a participação nas atividades da Rede Rural Nacional, a representação em eventos e a organização de sessões de esclarecimento, fóruns, eventos de reflexão e participação, concursos de ideias e negócios, ações de reconhecimento de projetos exemplares, ações de formação, sensibilização e capacitação, missões empresariais, iniciativas interterritoriais e transnacionais, entre outras.

---

<sup>6</sup>O modelo de participação concretiza-se em diversas tipologias de ações, designadamente: (1) reuniões com associados, parceiros e potenciais promotores (trabalho em contínuo); (2) visita de reconhecimento ao território das AG para entendimento da realidade local e contacto com o território e seus agentes (ação pontual a perspetivar); (3) lançamento de fichas de intenção de investimento; (4) campanha de adesão de novos associados; (5) inquéritos de conhecimento e reconhecimento da parceria e de apoio à estratégia (aplicação pontual); (6) assembleia de parceiros (sessões desconcentradas); (7) implementação de mecanismo de interação com os associados (newsletter informativa bimestral; plataforma digital e redes sociais; outros métodos de participação em contínuo); sessões temáticas de trabalho para aferição da EDL e divulgação dos Programas (espaços de estímulo ao empreendedorismo e ao investimento); (8) sessões presenciais de divulgação para interação com as comunidades locais e/ou com grupos específicos de acordo com a tipologia de interesses identificados; (9) assembleia geral de associados; (10) implementação de Plano de comunicação (organização, articulada e coerente, dos meios de comunicação, informação e divulgação ao dispor para publicitação da EDL e respetivos resultados - plataforma digital, imprensa local e regional, newsletter eletrónica, sessões presenciais de divulgação, outros meios).

Enquanto **fatores de insucesso/constrangimentos**, identificados no decorrer da implementação da estratégia, destacam-se os seguintes:

- **Atraso no início da implementação dos programas:** condicionou todo o DLBC, sendo que apenas em 2019, se começaram a notar progressos que se refletiram nos indicadores apurados.
- **Princípio da inovação:** a pré-formatação das medidas de apoio disponibilizadas não favorece o surgimento de projetos inovadores, fora da matriz disponível, o que limita a capacidade de mobilização e promoção do desenvolvimento rural por via de respostas inovadoras a antigos e novos problemas.
- **Princípio da abordagem territorial com integração plurissetorial:**
  - O foco do PDR2020 no setor agrícola e do SI2E nas empresas (i) dificulta o apoio a projetos na área social, associativismo, formação/capacitação; (ii) limita o apoio à conservação do património; (iii) impossibilita o apoio a eventos socioculturais; o que não favorece a interação e complementaridade entre operações, fragilizando a coerência interna da estratégia.
  - Fragilidade na correlação entre o diagnóstico/necessidades do território e as medidas disponíveis. Os critérios de atribuição financeira, não sendo proporcionais à população e à dimensão do território, penalizam gravemente o acesso aos processos de desenvolvimento de base local.
- **Princípio da abordagem ascendente:** a obrigatoriedade das EDL estarem alinhadas com as estratégias nacionais, regionais e intermunicipais, que são definidas previamente às EDL constitui uma inversão do modelo ascendente. Paralelamente, a pré-formatação de medidas e afetação financeira às ações, não permite colmatar as necessidades do território.
- **Princípio da cooperação e da ligação em rede:** o modelo definido pela medida da cooperação não se adequa ao território e parceiros. Deveria ser parte integrante da EDL e constar na sua aprovação, não sendo necessário a sua posterior candidatura. Adicionalmente (i) o condicionamento de realização de projetos de acordo com a estratégia nacional e não com a estratégia local; (ii) o desfasamento de prazos relativamente ao resto da Europa; (iii) a inexistência de sintonia nas regras; (iv) o atraso na implementação dos processos, nomeadamente na análise e as condições de elegibilidade de despesas e ação a desenvolver, constituíram fatores que dificultaram a implementação deste princípio.
- **Arquitetura dos Avisos de Concurso:**
  - A estrutura dos Avisos de Concurso dos diferentes fundos comunitários foi desenhada maioritariamente pelas respetivas Autoridades de Gestão, o que se constitui como facilitador para o processo de avaliação, mas que por via de uma aplicação de critérios gerais para todo o país, por vezes não se coaduna com as especificidades de cada território. Esta situação ocorreu com a operação 10.2.1.5. “Promoção de produtos de qualidade locais”. Há data de 31 de dezembro de 2019, tinha sido rececionada e aprovada uma candidatura do único beneficiário elegível no território, com um montante incipiente. Esta situação corrobora a inconformidade desta medida, a sua incorreta construção e a sua inadequação às necessidades do território, situação que é transversal a todo o país. Perante esta evidência, a sua dotação reverteu para outras Operações com maior procura.

- No respeitante à operação 10.2.1.4. “Cadeias Curtas e Mercados Locais” a mesma não tem tido aceitação por parte das comunidades locais. Não obstante, perante as alterações promovidas pela AG PDR2020 no final de 2019, visando torná-la mais atrativa, pretende o GAL durante o ano de 2020 reforçar a sua apresentação e consolidação no território.
- **Auditorias e controlos efetuados:**
  - No respeitante ao CENTRO2020, a implementação do grau de supervisão a 100% nas duas das três fases concursais e nos dois momentos de análise e proposta de decisão pelo GAL bloqueou todo Sistema, criando fortes constrangimentos na implementação do DLBC no que respeitou ao apoio às micro e pequenas empresas, atrasando mais de um ano a execução dos projetos.
  - Verificou-se por parte da AG PDR2020 uma melhoria nos prazos de análise de Operações remetidas – por escusa de análise –, contudo permanece uma demora generalizada nos procedimentos de controlo de qualidade, bem como, de homologação da decisão.
  - Morosidade na análise dos projetos de cooperação transnacional e interterritorial, submetidos desde Junho de 2018 os quais apenas mereceram aprovação já em meados de 2019. Esta demora no processo de decisão criou fortes constrangimentos à sua execução levando ao seu adiamento ou a um elevado grau de risco quando executados, neste que se considera como um instrumento/ferramenta importante/fundamental para a implementação da EDL.
  - O controlo de qualidade de projetos de cooperação por parte do IFAP é considerado “de excessivo rigor”, nomeadamente os transnacionais realizados com os PALOP, situação reportada por diversas vezes a este organismo pelos GAL implicados e pela Federação Minha Terra que os representa. Constitui exemplo o projeto “Terras da Lusofonia”, o qual sofreu um atraso considerável na sua análise por parte da AG PDR2020 sendo que após aprovação entrou em Controlo de Qualidade por parte do IFAP, situação que a 31/12/2019 ainda não estava ultrapassada e que põe em causa os compromissos assumidos com os parceiros de países lusófonos e até porventura a sua própria execução. Tal já foi igualmente reportado por diversas vezes, pelos vários GAL, parceiros do projeto, sem retorno.

Neste subponto importa fazer um parêntesis para integrar algumas conclusões e identificação de dificuldades na implementação dos DLBC rurais, expostas pelo GPP no documento de diagnóstico<sup>7</sup> associado ao Objetivo específico 8. De acordo com dados da Autoridade de Gestão (AG) do PDR2020 em setembro de 2019 a taxa de execução da Medida 10 relativa aos DLBC era apenas de 22%, com a implementação das EDL apenas com 12% de execução (ver figura seguinte). É contudo ressalvado que a taxa de compromisso à data referida era, no caso do FEADER, de 43%.

---

<sup>7</sup> [https://www.gpp.pt/images/PEPAC/Draft\\_Diagnostico\\_OE8\\_Novembro\\_2020.pdf](https://www.gpp.pt/images/PEPAC/Draft_Diagnostico_OE8_Novembro_2020.pdf)

PDR 2020 / OPERAÇÕES da Abordagem LEADER	Programação Despesa pública	Compromissos Nº candidaturas aprovadas	Compromissos Despesa pública	Pagamentos Despesa pública	Taxa de compromissos	Taxa de execução
	mil euros		mil euros	mil euros	Despesa pública	Despesa pública
<b>PDR2020</b>	<b>4 315 748</b>	<b>274 437</b>	<b>3 894 614</b>	<b>2 373 730</b>	<b>90%</b>	<b>55%</b>
Medida 10. LEADER	220 596	2 942	118 462	48 671	54%	22%
10.1.1 Preparação e reforço das capacidades, formação e ligação em rede dos GAL	1 350	54	1 350	1 350	100%	100%
10.2.1 Implementação das Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL)	153 690	2 736	62 634	18 043	41%	12%
10.2.1.1 Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas	39 139	1 992	21 877	7 376	56%	19%
10.2.1.2 Pequenos investimentos na transformação e comercialização	30 781	344	19 288	6 530	63%	21%
10.2.1.3 Diversificação de atividades na exploração	31 894	207	14 694	2 816	46%	9%
10.2.1.4 Cadeias curtas e mercados locais	15 578	49	1 934	243	12%	2%
10.2.1.5 Promoção de produtos de qualidade locais	14 903	8	110	5	1%	0%
10.2.1.6 Renovação de aldeias	12 716	136	4 731	1 072	37%	8%
10.3.1 Cooperação interterritorial e transnacional dos GAL	10 926	97	2 476	165	23%	2%
10.4.1 Custos de funcionamento e animação	54 630	55	52 002	29 113	95%	53%

DLBC RURAL PONTO DE SITUAÇÃO por Fundo Comunitário (Setembro 2019)					mil euros	
DLBC Rural	Fundo Programado	Fundo Aprovado	Fundo Pago	Taxa de compromissos	Taxa de execução	
<b>Implementação das EDL do DLBC Rural Continente</b>	<b>242 630</b>	<b>113 099</b>	<b>27 484</b>	<b>47%</b>	<b>11%</b>	
FEADER	130 368	55 447	15 711	43%	12%	
FEDER	55 037	48 284	11 289	88%	21%	
FSE	57 225	9 368	484	16%	1%	

Figura 6. PDR 2020 – execução da medida 10 – abordagem LEADER e ponto de situação DLBC por fundo comunitário (set.2019)  
Fonte: AG PDR 2020 e Agência de Desenvolvimento e Coesão (ADC)

Face ao cenário de implementação das EDL, em Portugal Continental, a AG do PDR 2020 indica os principais problemas a evitar no futuro que estão relacionados com:

- Atraso na operacionalização efetiva das estratégias de desenvolvimento local devido ao período necessário para a seleção das DLBC e aprovação das respetivas estratégias (aproximadamente um ano de atraso face às restantes medidas do PDR2020);
- Fraca complementaridade efetiva entre fundos;
- Complexidade da gestão para as entidades gestoras das DLBC, na medida em que têm que trabalhar nas várias plataformas dos diferentes fundos e assegurar o cumprimento de regulamentação distinta;
- Prioridades definidas a nível nacional dissonantes das estratégias a nível local impondo um DLBC rural plurifundos com limitações obrigatórias ao nível de tipologias de intervenção e sua dotação contrariando as diferentes necessidades locais e abordagem *bottom-up*;

- Modelo atual de governação do DLBC muito desadequado à lógica da abordagem *bottom-up* e existência de entropia derivada da intervenção de diferentes autoridades de gestão e diferentes autoridades pagadoras correspondentes aos diferentes Fundos que não permitiram uma implementação harmoniosa do DLBC rural plurifundos sendo necessária uma menor complexidade e diferenças de interpretação por diferentes Fundos e POs, uma maior aplicação dos CUSTOS SIMPLIFICADOS e uma desejável maior autonomia dos GAL/EDL nomeadamente no caso dos projetos de cooperação cuja tipologia deve ficar incluída na dotação de cada.

A nova regulamentação comunitária relativa ao DLBC prevê a possibilidade de gestão única na implementação integrada das EDL de DLBC multifundos (exceto os pagamentos) de forma a se assegurar uma mobilização integrada e coordenada dos Fundos financiadores.

#### 2.2.4 Metodologias aplicadas nos exercícios de avaliação da EDL realizados no período 2014-2020

Os mecanismos de monitorização e avaliação previstos na EDL, tendo como suporte metodológico os Planos de Avaliação subscritos pelo PDR2020 e PO Regional, identificam como objetivos:

- Fornecer informação necessária ao acompanhamento e monitorização do PDR e PO Centro (relatórios anuais de execução) e fases de avaliação intercalar;
- Garantir da execução da EDL, monitorizando o andamento dos trabalhos e o seu grau de sucesso;
- Estimular a constante análise crítica sobre o trabalho desenvolvido direcionando, adequadamente, os processos de DLBC e criando condições para o reajustamento dos indicadores, a formulação de medidas de correção, revisão dos objetivos iniciais e metodologias;
- Promover o envolvimento e a responsabilização dos beneficiários, agentes e entidades-chave locais.

São intervenientes no processo:

- A nível supra: as Autoridade de Gestão; Comissões de Acompanhamento; Organismo Pagador, Outros organismos peritos e entidades nacionais fornecedoras de informação;
- A nível local: O GAL, entidades locais e regionais fornecedoras de informação e beneficiários.

A avaliação *ex-ante* coincidiu com a fase de análise de contexto/diagnóstico do território e formulação da EDL e permitiu estabelecer o ponto de partida para a avaliação *on-going*, balizadora dos resultados a alcançar. Este processo permite a análise da evolução de contexto e execução e interpreta ainda as razões de eventuais desvios e/ou problemas no decorrer do DLBC com a finalidade de melhorar a EDL ou o modo de funcionamento do próprio GAL na sua implementação. Esta avaliação é realizada sob a responsabilidade dos órgãos do GAL, tendo a Assembleia de Parceiros uma função de orientação perante a análise dos resultados.

A **avaliação interna** da implementação da EDL é formulada com um **prazo anual**, caso não ocorram situações conjunturais que obriguem a outra determinação temporal e tendo como particular relevância os momentos intercalares pré-estabelecidos. A **monitorização** constitui um processo contínuo de acompanhamento, controlo e

avaliação dos processos em --e entendeu-se adequada a fixação de **prazos não superiores a um ano**, podendo ser **coincidentes com a elaboração dos Relatórios Anuais de Execução**.

São aplicados **registos de controlo e análise de indicadores**, previamente definidos e que possibilitam a mensuração dos resultados, alinhados com a matriz comum criada pela AG para avaliação das EDL, de modo a que a informação seja fiável e responda aos objetivos dos Planos de Avaliação dos Programas. Para tal, foi desenvolvida a **Matriz de Indicadores de Desempenho e Metas da EDL** (Tabela 1).

Tabela 1. Matriz de indicadores da EDL

Resultado	Meta 2023	Realização	Meta 2023	Impacto	Meta 2023
Nº de projetos apoiados: património rural (aldeias)	3	Nº total de projetos apoiados	70	População total coberta pela EDL	100%
Nº de postos de trabalho criados: renovação de aldeias	1	Investimento total de projetos apoiados (M€)	5.568	Aumento da população residente	5%
Nº de projetos apoiados: património natural	1	Peso da despesa pública: proteção/valorização do património histórico e cultural	3%	Grau de satisfação dos residentes [1-10]	>5
Nº de postos de trabalho criados: património natural	1	Peso da despesa pública/fundo: criação, requalificação do património natural	7%	Peso da despesa pública/fundo	FEDER: 18% FEADER: 57% FSE: 25%
Nº de projetos apoiados: património cultural	1	Peso da despesa pública/fundo: criação/expansão de pequenas e micro empresas	90%	Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado	2
Nº. de visitantes a sítios de património cultural e natural	2.500	Peso da despesa pública/fundo: explorações agrícolas (pequenos investimentos)	16%		
Nº de dormidas em estabelecimentos hoteleiros e afins	2.000	Peso da despesa pública/fundo: explorações agrícolas - transformação e comercialização (pequenos investimentos)	24%		
Nº de ações de capacitação e formação realizadas	15	Peso da despesa pública/fundo: diversificação das atividades na exploração agrícola	30%		
Nº de pessoas abrangidas por ações de capacitação e formação	300	Peso da despesa pública/fundo: cadeias curtas/mercados locais	10%		
Nº de projetos apoiados em regimes de qualidade	2	Peso da despesa pública/fundo: promoção de produtos de qualidade	10%		
Nº de produtores/ beneficiários apoiados: produtos de qualidade	18	Peso da despesa pública/fundo: Renovação de Aldeias	10%		
Nº de cadeias curtas e mercados locais apoiados	3	Peso da despesa pública/fundo: projetos de criação do próprio emprego	100%		
Nº de postos de trabalho criados: cadeias curtas	1	Nº. de empresas apoiadas	60		
Nº de explorações agrícolas ou beneficiários apoiados: pequenos investimentos	23	Nº. de pessoas apoiadas: criação de emprego e autoemprego	40		
Nº de unidades industriais apoiadas: pequenos investimentos	5	Pessoas apoiadas que permanecem 12 meses após o fim do apoio	50%		
Nº de postos de trabalho criados: unidades Industriais - pequenos investimentos	5	População Desempregada/inativa abrangida por projetos de inovação social	1,5%		
Nº de explorações agrícolas ou beneficiários apoiados na diversificação de atividades	9				
Nº de postos de trabalho criados: diversificação	9				

Nº de outras empresas por CAE (incl. desenvolvidas em viveiros)	9
Nº de postos de trabalho criados (outras empresas por CAE)	9
Nº de projetos de inovação e experimentação social apoiados	14
Nº de pessoas apoiadas: criação de autoemprego	14
Nº de marcas territoriais/selos territoriais	1
Nº de plataformas eletrónicas/sistemas de Informação	1

Fonte: DUECEIRA, EDL

No que diz respeito a instrumentos/ fontes de dados, na EDL foi estabelecido que:

- Os **formulários de candidatura** constituem-se como um mecanismo base do processo sendo neles apresentada a proposta de intervenção de cada beneficiário e os resultados programados;
- Os **Sistemas de Informação dos Programas** são o mecanismo de monitorização privilegiado porquanto agregam e sistematizam os dados relativos aos vários indicadores de resultado ao longo da execução dos projetos até à sua conclusão;
- Podem ser produzidos **outros métodos de monitorização** (ex.: estudos de caso, questionários estruturados e grupos focais envolvendo atores-chave) que permitam obter dados adicionais;
- Os **relatórios de estado/progresso** que derivam das **visitas de verificação física ao local** constituem uma ferramenta de aferição de dados. Todas e quaisquer outras fontes de dados, tais como, registos de reuniões com beneficiários, material fotográfico, notícias e publicações, boletins itinerários, entre outras evidências associadas, constituem instrumentos de validação da informação;
- Os **relatórios anuais de execução** são o principal mecanismo de avaliação, objeto de análise pelos intervenientes do GAL, a partir da qual surgem outros instrumentos que podem conduzir a um realinhamento da EDL (Atas das reuniões OG e AG; Pareceres da Assembleia de Parceiros, com formulação de orientações e aconselhamento estratégico);
- Os **anúrios estatísticos; estudos setoriais, nacionais ou regionais; relatórios e documentos produzidos por entidades terceiras sobre o território e pelas autoridades de gestão dos PO territoriais, pesquisas bibliográficas, análise de amostras e/ou revisão de estatísticas oficiais relevantes**, são fontes de informação de cariz macro que permitem aferir o nível de eficácia e eficiência da EDL.

Tal como definido na EDL, o “Relatório Anual de Execução de 2018 e de Avaliação Intercalar” assume-se como instrumento de avaliação e de apresentação de resultados (no que concerne à implementação das Medidas de Apoio e Incentivos), evidenciando o conjunto de ações e iniciativas que dão corpo à implementação do DLBC/EDL. O documento desenvolvido em 2019 (referente ao trabalho desenvolvido até ao final de 2018) apresenta os resultados anuais e o cumulativo da intervenção, sendo descritos e avaliados os procedimentos quotidianos ao nível de contactos, realização de iniciativas de divulgação, preparação e abertura de avisos para submissão de candidaturas, análise de resultados de concursos, realização de sessões de esclarecimento e de ações territoriais de animação entre outros aspetos. A sua elaboração contou com os diversos instrumentos de recolha de informação, tal como previsto na EDL (formulários, pedidos de pagamento, outras fontes como bibliografia, estudos e estatísticas, registos

de reuniões com beneficiários/promotores/parceiros/associados, notícias e publicações, boletins itinerários, registos diários de tarefas, entre outras evidências).

O GAL optou por efetuar uma avaliação intercalar faseada consolidando metodologias participativas e de envolvimento dos associados, parceiros e população. Assim, assumindo como pertinente o desenvolvimento mais atento do processo de avaliação numa perspetiva de apreciação em contínuo e de autoavaliação, para a prossecução do trabalho de reflexão interna o GAL DUECEIRA produziu duas ferramentas participativas, do tipo inquérito, para aplicação a dois tipos diferenciados de público:

- Associados e Parceiros, com o objetivo de (i) avaliar o trabalho desenvolvimento no âmbito da Estratégia de Desenvolvimento Local DLBC DUECEIRA2020; (ii) identificar afinidades e preocupações; (iii) atenuar constrangimentos; (iv) estimular consensos;
- Comunidade em geral, com o objetivo de compreensão do grau de conhecimento e envolvimento da população com a DUECEIRA e o DLBC.

Tal como expresso no documento “Processo de avaliação interna – GAL, DLBC e território – metodologia de trabalho”, que enquadra o trabalho de avaliação desenvolvido e a desenvolver, pretende-se que a avaliação a realizar seja uma ferramenta de apoio para a implementação do DLBC DUECEIRA2020 e para a prossecução da estratégia para o período pós-2020, nomeadamente com a reflexão e abordagem de diversas dimensões, tais como informação contextual sobre a evolução do território de intervenção; identificação dos beneficiários ou de outro grupo-alvo; informação sobre os objetivos e prioridades da estratégia; coerência e pertinência da estratégia (reanálise da lógica de intervenção).

Neste contexto, no início de 2020, a DUECEIRA iniciou ao processo de avaliação interna da parceria e de implementação da estratégia DLBC com o lançamento do **inquérito “Acrescentando Valor para a consolidação da Estratégia Local<sup>8</sup>”**, tendo em vista o processo de avaliação final do período de programação financeira. Este trabalho colaborativo tem também como objetivo garantir a transparência do processo, a responsabilidade e aprendizagem coletiva visando o alcance de melhores resultados e impactos, bem como dar início à preparação do período de programação 2020-2027. Os constrangimentos decorrentes da atual situação de pandemia ditaram a pausa deste processo, contudo as respostas recolhidas revelam:

- No que se refere à perceção de associados/parceiros relativamente à adequação e sucesso das metodologias aplicadas nos exercícios de avaliação da EDL realizados no período 2014-2020, que *“reuniões e inquéritos parecem ser as metodologias mais ajustadas”*, sendo também entendido como adequado a promoção de *“reuniões de avaliação e discussão das ações desenvolvidas pela DUECEIRA com os parceiros locais”* e *“realização de inquérito/entrevistas dirigidas a beneficiários (com candidaturas aprovadas e com candidaturas não aprovadas) e, ainda, a agentes locais que não beneficiaram do programa, de modo a perceber a forma de acesso, privilegiado ou não, à informação e, em geral, sobre o conhecimento da EDL junto das populações da área de intervenção.”*

---

<sup>8</sup> Disponível em: [www.surnio.com/survey/d/V3E2O8W5D8Z9I5A5M](http://www.surnio.com/survey/d/V3E2O8W5D8Z9I5A5M). As respostas, num total de 17

- Em relação às práticas da DUECEIRA consideradas relevantes para a comunicação da Estratégia e eficácia da parceria, destacam-se aquelas que podem ter também relação com a avaliação, nomeadamente, reuniões e grupos de trabalho para abordagem de temas/projetos específicos (4 inquiridos; 24%); Assembleias de Parceiros e Assembleias Gerais de Associados (7 inquiridos; 41%) e Relatórios Anuais de Execução (7 inquiridos; 41%).
- Do conjunto de respostas obtidas, menos de metade dos inquiridos destacam a sua relevância e nenhum dos inquiridos apontou os “inquéritos de acompanhamento e avaliação intercalar” como relevante para este contexto. Assim, importa clarificar/desenvolver algum trabalho de sensibilização sobre as diferentes formas que a avaliação pode assumir e as suas ferramentas/mecanismo, assunto tratado com mais detalhe no capítulo 5 do presente documento.

Tabela 2. Síntese de respostas: práticas da DUECEIRA consideradas relevantes para a comunicação da Estratégia e eficácia da Parceria (inquérito “Acrescentando Valor para a consolidação da Estratégia Local”)

Práticas da DUECEIRA consideradas relevantes para a comunicação da Estratégia e eficácia da Parceria	Nº	%
Sessões de divulgação para divulgação dos apoios/incentivos disponíveis	12	70,6
Sessões para reflexão e discussão das estratégias para o território	8	47,1
Reuniões técnicas personalizadas para apoio à preparação de candidaturas e metodologia do projeto	5	29,4
Conferências, palestras e workshops sobre temáticas específicas	7	41,2
Boletim informativo digital para os Associados, Parceiros e agentes do território	9	52,9
Site institucional <a href="http://www.dueceira.pt">www.dueceira.pt</a>	12	70,6
Grupos sectoriais nas redes sociais (p.e.: páginas da "Malha Rural", "Terras da Chanfana" e "Semente para o Futuro")	5	29,4
Página da DUECEIRA nas redes sociais (por exemplo no Facebook)	5	29,4
Comunicados de imprensa	4	23,5
Reuniões e grupos de trabalho para abordagem de temas/projetos específicos	4	23,5
Assembleias de Parceiros e Assembleias Gerais de Associados	7	41,2
Relatórios Anuais de Execução	7	41,2
Participação com stand institucional em feiras e eventos	6	35,3
Consultas escritas sobre assuntos relevantes	2	11,8
Tomadas públicas de posição com repercussão na comunicação social	3	17,6
Inquéritos de acompanhamento e avaliação intercalar	0	0,0

Fonte: DUECEIRA, Inquérito “Acrescentando Valor para a consolidação da Estratégia Local”, 2020

## 2.3 Síntese

- Capitalizando a ampla experiência da DUECEIRA, a construção da EDL resultou de um exercício coletivo e colaborativo que envolveu parceiros e comunidade local e que se consubstanciou na contratualização de apoios FEADER, FEDER e FSE dos programas operacionais PDR 2020 e Centro 2020. À construção da estratégia estão subjacentes quatro abordagens que se interligam e interagem para o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo do território, visando proporcionar bem-estar às comunidades, são elas a sociedade, o ambiente e a economia locais observadas num ambiente global.
- Como eixos de intervenção foram definidos o reforço do capital humano, investindo na qualificação e a consolidação dos setores económicos com suporte nos recursos, atividades e produtos da região, criando valor, fomentando a sua integração em circuitos de comercialização, transformando os recursos endógenos e identidades locais em fatores efetivamente diferenciadores (produtos com identidade reconhecidos pelo mercado) e apostando em empresas mais fortes que sejam suporte da sustentabilidade territorial.
- O ano de 2016 constituiu o arranque efetivo do Programa de Ação delineado na EDL.
- Em relação à implementação da EDL, conforme o disposto nos relatórios de monitorização de 2016 a 2019 e no relatório de avaliação intercalar, no respeitante às operações 10.2.1.1. “Pequenos Investimentos nas Explorações Agrícolas”, 10.2.1.2. “Pequenos Investimentos de Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas” e 10.2.1.3. “Diversificação de Atividades na Exploração Agrícola”, o número de candidaturas submetidas aos Avisos foi surpreendente para um território, predominantemente florestal, em que a agricultura historicamente se assumiu como de subsistência e no qual prevalece, tradicionalmente, o setor viveirista, não existindo expressão de atividades associadas à transformação de produtos agrícolas. Esta resposta muito positiva ao desafio lançado e direcionado para estes setores permite aferir a abertura e apetência dos promotores para novas tipologias de intervenção, devendo ser reforçado o estímulo à captação destas tipologias de investimento.
- Em relação à avaliação, entendida pela DUECEIRA como um processo contínuo e que deve ser sustentado na ampla mobilização da comunidade e parceiros, têm sido implementados diversos momentos e métodos, nomeadamente no início de 2020, com o arranque de um processo de auscultação que teve de ser interrompido devido às restrições decorrentes do contexto pandémico. Neste processo iniciado, verificou-se que os participantes consideram as sessões/reuniões de trabalho e momentos presenciais como os mais adequados, o que se verifica atualmente como um novo desafio.

### 3 Orientações estratégicas de macro escala

O presente ponto é essencial para o cumprimento dos objetivos do presente estudo uma vez que fornece informação essencial de contexto relacionada com as diretrizes existentes sobre áreas estratégicas de desenvolvimento identificadas em exercícios macro de aferição de evolução e fatores críticos/desafios, nomeadamente à escala europeia, nacional e regional. Atendendo às duas dimensões do estudo, contributos para a definição da visão 2030 e contributo para a avaliação da EDL, a informação é apresentada em dois subpontos.

#### 3.1 Quadros estratégicos de referência

##### 3.1.1 Multissetoriais

União Europeia: Quadro financeiro plurianual 2021 – 2027

Publicada em maio de 2018, a proposta de quadro financeiro plurianual (QFP) da União Europeia<sup>9</sup> assumia um caráter renovado e direcionado para o cumprimento das prioridades estratégicas de uma União a 27. A reflexão efetuada relativa à forma como o orçamento europeu poderia trazer vantagens aos cidadãos resultou num conjunto de programas, novos e/ou revistos, orientados para (1) um maior ênfase no valor acrescentado europeu; (2) um orçamento mais racional e transparente; (3) menos burocracia para os beneficiários; (4) um orçamento mais flexível e ágil; e (5) um orçamento que produza resultados concretos.

O orçamento europeu proposto em 2018 encontrava-se estruturado por programas organizados em torno de eixos e prioridades temáticas, as quais correspondem a rubricas da estrutura orçamental formal (Tabela 3). Na sua maioria os apoios comunitários afetos às distribuições a realizar por Estado-Membro estão alocados aos eixos “coesão e valores” e “recursos naturais e ambiente”, no primeiro através do FEDER, FC e FSE e no segundo através do FEADER e FEAMP.

O contexto de Pandemia pelo SARS-Cov2 determinou uma mudança estrutural no quadro proposto em 2018 justificada pela profunda crise social e económica com que os Estados-Membros se deparam, tendo sido apresentado a 27 de maio de 2020<sup>10</sup> o **Plano de Recuperação, uma nova proposta para o período 2021-2027 que integra o reforço dos apoios ainda no decorrer de 2020** e consolida o desígnio de **investir numa Europa Ecológica (Green), Digital e Resiliente**.

Esta nova Proposta Orçamental integra uma arquitetura revista do quadro financeiro plurianual 2021-2027, reforçada por novos mecanismos criados para dar resposta aos atuais desafios. A Comissão Europeia propõe aproveitar todo o potencial do orçamento da União Europeia para mobilizar investimento e apoios cruciais nos primeiros cinco anos de recuperação económicas, integrando-os no reforço do orçamento para 2020 e no reforço do quadro financeiro plurianual (QFP) 2021-27, destacando-se o seguinte nas atuais propostas:



<sup>9</sup> UE: [Quadro financeiro plurianual 2021-2027](#)

<sup>10</sup> [https://ec.europa.eu/info/publications/mff-legislation\\_en](https://ec.europa.eu/info/publications/mff-legislation_en)

- **Novo Instrumento de Recuperação da União Europeia**<sup>11</sup>, de carácter temporário, o “**Next Generation EU**”, cujos fundos serão canalizados através de programas europeus para apoiar medidas imediatas e urgentes, necessárias para proteger os rendimentos das famílias, colocar a economia de pé e promover um crescimento sustentável e resiliente; i.e., as verbas do novo Instrumento integram a estrutura do QFP. O novo Instrumento é sustentado em três pilares que agregam um conjunto de mecanismos/instrumentos europeus novos e já existentes, mas alterados para responder ao contexto<sup>12</sup>:
  - **Pilar 1. Apoiar os Estados-Membros para a recuperação:**
    - **Mecanismo de Recuperação e Resiliência** que permitirá conceder apoio financeiro a investimentos e reformas essenciais para uma recuperação sustentável. Os Estados-Membros devem elaborar os planos nacionais de recuperação, com base nas prioridades de investimento e reforma identificadas como parte do Semestre Europeu, em conformidade com os planos nacionais para o clima e a energia, os planos de transição justa e os acordos de parceria e os programas operacionais ao abrigo dos fundos da UE.
    - **Iniciativa REACT-EU** irá constituir-se como um complemento à política de coesão a conceder aos Estados-Membros. Estará disponível a partir de 2020 e será distribuído de acordo com uma nova chave de repartição, tendo em conta o impacto da crise e garantirá o financiamento ininterrupto das medidas essenciais de reparação da crise e do apoio às pessoas mais carenciadas. Esta iniciativa apoiará os trabalhadores e as PME, os sistemas de saúde e as transições “verde” (ecológica/sustentável) e digital e estará disponível para todos os setores, do turismo à cultura.
    - Financiamento adicional ao **Fundo de Transição Justa e ao Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural**, para apoiar a transição ecológica.
  - **Pilar 2. Relançar a economia da UE através dos incentivos aos investimentos privados:**
    - Um novo **Instrumento de Apoio à Solvabilidade** que mobilizará recursos privados para apoiar urgentemente empresas dos setores, regiões e países mais afetados.
    - **InvestEU**, cuja capacidade será aumentada (novo Mecanismo de Investimento Estratégico).
  - **Pilar 3. Aprender com as lições da crise:**
    - **EU4Health**, um novo programa focado na saúde para reforçar a segurança sanitária e prevenir futuras crises sanitárias (apoio à prevenção, preparação para situações de crise, aquisição de medicamentos e equipamentos vitais, bem como à melhoria dos resultados a longo prazo em matéria de saúde).
    - Reforço de outros programas-chave como o **rescEU** (Mecanismo de Proteção Civil da União) e o **Horizonte Europa** (reforço da investigação e inovação em áreas como a saúde e ação climática).
    - Reforço do **Instrumento de Vizinhança, Desenvolvimento e Cooperação Internacional** e do **Instrumento de Ajuda Humanitária**.

<sup>11</sup> European Commission, COM(2020) 441 final/2, 28.5.2020, proposal for a COUNCIL REGULATION establishing a European Union Recovery Instrument to support the recovery in the aftermath of the COVID-19 pandemic

<sup>12</sup> Toda a documentação mais recente (maio 2020) pode ser consultada na seguinte página da Comissão Europeia: [https://ec.europa.eu/info/strategy/eu-budget/eu-long-term-budget/2021-2027\\_en](https://ec.europa.eu/info/strategy/eu-budget/eu-long-term-budget/2021-2027_en)

- **Orçamento europeu que integra um Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027 reforçado<sup>13</sup>.**

Tabela 3. Arquitetura do quadro financeiro plurianual 2021-2027: eixos, prioridades temáticas e programas

Eixos	Prioridades temáticas	Programas	
I. Mercado único, inovação e digital	1. Investigação e inovação	Horizonte Europa	
		Programa Euratom de Investigação e Formação Reator Termonuclear Experimental Internacional (ITER)	
	2. Investimentos estratégicos europeus	Fundo InvestEU Mecanismo Interligar a Europa Programa Europa Digital (incluindo a cibersegurança)	
		3. Mercado Único	Programa do Mercado Único (incluindo o programa competitividade das pequenas e médias empresas - COSME, a segurança dos alimentos, as estatísticas, a concorrência e a cooperação administrativa) Programa da UE de Luta contra a Fraude Cooperação no domínio da fiscalidade (FISCALIS) Cooperação no domínio aduaneiro (ALFÂNDEGA)
4. Espaço	Programa Espacial Europeu e agências descentralizadas		
II. Coesão e valores	5. Coesão e desenvolvimento regional		Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional Fundo de Coesão REACT EU Apoio à comunidade cipriota turca
		6. Recuperação e Resiliência	Instrumento de Recuperação e Resiliência (RR Facility incluindo o instrumento de apoio técnico) Proteção do euro contra a falsificação Financiamento do <i>NextGenerationEU</i>
			7. Investir nas pessoas, na coesão social e nos valores
	8. Agricultura e política marítima	Fundo Europeu Agrícola de Garantia Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas	
		9. Ambiente e ação climática	
	IV. Migração e gestão das fronteiras		
		11. Gestão das fronteiras	Fundo de Gestão Integrada das Fronteiras
V. Resiliência, segurança e defesa	12. Segurança	Fundo para a Segurança Interna Desativação de centrais nucleares (Lituânia) Desativação e segurança nuclear (incluindo Bulgária e Eslováquia)	
		13. Defesa	Fundo Europeu de Defesa Mecanismo Interligar a Europa - mobilidade militar
	14. Resiliência e resposta a crises		Mecanismo de Proteção Civil da União (rescEU) Programa Saúde
		VI. Países vizinhos e resto do mundo	15. Ação externa
16. Assistência de pré-adesão	Assistência de pré-adesão		
VII. Administração pública europeia	17. Administração pública europeia		Despesas administrativas, pensões e escolas europeias

Fonte: CE, Comunicação da CE ao Parlamento Europeu, Conselho Europeu, Conselho, Comité Económico e Social e Comité das Regiões

<sup>13</sup> <https://tinyurl.com/y3pwytr3>; <https://tinyurl.com/y5429kc4>; <https://tinyurl.com/vyanhqcv>

## Estratégia Portugal 2030

A nível nacional, o exercício de definição do quadro estratégico para o próximo período de programação financeira “Estratégia Portugal 2030” foi aprovado e publicado em novembro através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2020. A Estratégia “Portugal 2030” assume-se como a base para documentos de natureza programática transversal, bem como os programas estratégicos de mobilização de fundos comunitários e respetivos programas operacionais.

A **visão estratégica** é “Recuperar a economia e proteger o emprego, e fazer da próxima década um período de recuperação e convergência de Portugal com a UE, assegurando maior resiliência e coesão, social e territorial”, sendo para tal definidas quatro **agendas temáticas**, que incorporam diversos **domínios estratégicos** (Figura 7).

### 1 — As pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade

- Sustentabilidade demográfica
- Promoção da inclusão e luta contra a exclusão
- Resiliência do sistema de saúde
- Garantia de habitação condigna e acessível
- Combate às desigualdades e à discriminação

### 2 — Digitalização, inovação e qualificações como motores do desenvolvimento

- Promoção da sociedade do conhecimento
- Digitalização e inovação empresarial
- Qualificação dos recursos humanos
- Qualificação das instituições

### 3 — Transição climática e sustentabilidade dos recursos

- Descarbonizar a sociedade e promover a transição energética
- Tornar a economia circular
- Reduzir os riscos e valorizar os ativos ambientais
- Agricultura e florestas sustentáveis
- Economia do mar sustentável

### 4 — Um país competitivo externamente e coeso internamente

- Competitividade das redes urbanas
- Competitividade e coesão na baixa densidade
- Projeção da faixa atlântica
- Inserção territorial no mercado ibérico

Figura 7. Agendas temáticas e domínios estratégicos da Estratégia Portugal 2030

Cada domínio estratégico traduz-se em eixos de intervenção. Estes eixos de intervenção serão postos em prática em diversas políticas e instrumentos estratégicos para várias escalas de intervenção. Tendo em consideração a abordagem LEADER e as EDL associadas, na tabela seguinte apresentam-se os eixos de intervenção em que as EDL e atuação dos GAL poderão ter um contributo determinante.

Tabela 4. Agendas, domínios e eixos de intervenção com correlação direta na construção de EDL

<b>Agenda 1 — As pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade</b>
<b>Domínio Estratégico. Sustentabilidade demográfica</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover a natalidade e melhorar as condições para o exercício da parentalidade</li> <li>• Facilitar a conciliação da vida profissional, pessoal e familiar</li> <li>• Promover a empregabilidade e a qualidade do emprego, em particular de jovens, criando condições para o aumento da natalidade</li> <li>• Promover uma gestão ativa dos fluxos migratórios e promover a integração de imigrantes, de modo a contribuir para a sustentabilidade demográfica e territorial</li> <li>• Promover o envelhecimento ativo</li> </ul>
<b>Domínio Estratégico. Promoção da inclusão e luta contra a exclusão</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover o emprego, a empregabilidade e a inclusão de todos, com uma especial atenção aos grupos mais vulneráveis</li> <li>• Promover a criação do próprio emprego, de empresas e o empreendedorismo social</li> <li>• Promover a inclusão das pessoas com deficiência ou incapacidade (PDCI)</li> <li>• Promover o combate à pobreza e exclusão social</li> </ul>
<b>Domínio Estratégico. Combate às desigualdades e à discriminação</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover a igualdade entre mulheres e homens, como elemento nuclear de uma sociedade digna</li> <li>• Combater todas as formas de discriminação e promover a igualdade substantiva</li> <li>• Promover uma redução sustentada e sustentável das desigualdades na distribuição de rendimentos</li> </ul>
<b>Agenda 2 — Digitalização, inovação e qualificações como motores do desenvolvimento</b>
<b>Domínio Estratégico. Promoção da sociedade do conhecimento</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforçar a base de conhecimento científico alinhado com as prioridades de desenvolvimento da economia e sociedade portuguesas e europeias e a capacidade de resposta aos desafios sociais e económicos, estimulando a capacidade de investigação das entidades não empresariais do Sistema de Investigação e Inovação (Sistema de I&amp;I), de modo a garantir a afirmação e especialização de Portugal no contexto das prioridades definidas a nível europeu</li> <li>• Reforçar a capacidade de transferência de conhecimento das entidades não empresariais do Sistema de I&amp;I, promovendo a sua ligação mais estreita com o tecido económico</li> <li>• Promover a cultura enquanto fator de cidadania e de valorização da informação e do conhecimento, da aprendizagem, da qualificação e da formação contínua, da criatividade e a inovação como fatores-chave da competitividade</li> </ul>
<b>Domínio Estratégico. Digitalização e inovação empresarial</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Transformar estruturalmente a economia, com a catalisação de novo investimento estruturante, em particular IDE, e a promoção de um ecossistema de empreendedorismo, que atraia investidores nacionais e estrangeiros para investirem em startups e promovam e acelerem o seu crescimento, em particular das orientadas para os mercados externos, assumindo-se como fatores de mudança disruptiva da estrutura produtiva</li> <li>• Promover o empreendedorismo e o espírito empresarial, nomeadamente facilitando o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas, inclusive através de incubadoras, viveiros de empresas, entre outras</li> <li>• Qualificar o tecido empresarial e aumentar a sua dimensão média, promovendo posicionamentos mais qualificados das empresas portuguesas em cadeias de valor internacionais, explorando também as oportunidades decorrentes da digitalização, das alterações climáticas/economia circular dos serviços dos ecossistemas e economia azul ou da evolução demográfica e do envelhecimento</li> <li>• Aumentar a intensidade em conhecimento, através do reforço das condições de incorporação de conhecimento e da digitalização na atividade produtiva, promovendo um sistema de inovação aberto e a melhoria do quadro de absorção de conhecimento no tecido económico nacional, seja reforçando os mecanismos de incorporação de I&amp;D realizada pelas entidades não empresariais do Sistema de I&amp;I seja reforçando a criação de conhecimento no seio das empresas</li> <li>• Estimular a produção de bens e serviços por via do aproveitamento das oportunidades de mercado criadas pela dinamização do investimento público e privado, sobretudo em novos domínios emergentes (e. g. digitalização, transição energética, mobilidade, reabilitação), contribuindo simultaneamente para a competitividade da produção nacional</li> </ul>
<b>Domínio Estratégico. Qualificação dos recursos humanos</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Alinhar a qualificação inicial dos jovens com as novas especializações económicas, dando particular atenção às competências digitais, e à promoção da inserção profissional dos jovens</li> <li>• Promover a formação contínua e a aprendizagem ao longo da vida (ALV), incluindo a elevação dos níveis de qualificação e a melhoria e reconversão de competências dos ativos, dando particular atenção às competências digitais e às novas competências alinhadas com as novas profissões</li> </ul>

- Aumentar o número de jovens a frequentar o ensino superior e promover o sucesso/conclusão deste nível de ensino (garantindo o aumento da taxa de progressão dos estudos até à aquisição do respetivo diploma), com foco nas competências alinhadas com as novas especializações económicas
- Promover a formação avançada de recursos humanos em todas as áreas do conhecimento, dando particular atenção aos domínios e áreas alinhados com novas especializações económicas e as necessidades do mercado de trabalho, assim como às competências digitais

#### **Domínio Estratégico. Qualificação das instituições**

- Modernizar, capacitar institucionalmente e formar a Administração Pública, explorando em particular as vantagens associadas aos serviços públicos digitais e ao acesso às TIC e promovendo ganhos de eficiência, a inovação nos modelos de gestão e a promoção da ética
- Simplificar os procedimentos administrativos, reduzir os custos de contexto e aproximar as estruturas públicas, procurando garantir um ambiente mais favorável para o setor empresarial, desenvolver a sua atividade e os cidadãos cumprirem as suas obrigações

### **Agenda 3 — Transição climática e sustentabilidade dos recursos**

#### **Domínio Estratégico. Descarbonizar a sociedade e promover a transição energética**

- Promover a mobilidade sustentável
- Descarbonizar a indústria
- Promover a transição e eficiência energética

#### **Domínio Estratégico. Tornar a economia circular**

- Tornar a economia mais eficiente
- Transformar resíduos em recursos
- Tornar a economia regenerativa
- Promover uma sociedade mais sustentável

#### **Domínio Estratégico. Reduzir os riscos e valorizar os ativos ambientais**

- Gerir os recursos hídricos
- Proteger e valorizar o Litoral
- Melhorar a qualidade dos solos, do ar e do ambiente nas cidades
- Conservar a natureza e a biodiversidade
- Reduzir os riscos de catástrofes

#### **Domínio Estratégico. Agricultura e florestas sustentáveis**

- Promover o potencial económico da agricultura e seu contributo para a sustentabilidade do território
- Promover a gestão sustentável das florestas e seu contributo para a sustentabilidade do território
- Utilizar eficientemente os recursos nos setores agrícola, alimentar e florestal
- Proteger os ecossistemas e a biodiversidade

### **Agenda 4 — Um país competitivo externamente e coeso internamente**

#### **Domínio Estratégico. Competitividade das redes urbanas**

- Promover redes de cidades de conhecimento, digitalização e inovação
- Promover a conectividade externa das cidades e das zonas urbanas, nomeadamente ao nível da conectividade digital
- Melhorar a atratividade e sustentabilidade das cidades e reforçar o sistema urbano e a articulação urbano-rural
- Apoiar a regeneração física, económica e social das zonas urbanas onde residam comunidades desfavorecidas
- Promover o papel dos atores da economia social nas redes urbanas, em particular na prestação e gestão de serviços coletivos de interesse geral

#### **Domínio Estratégico. Competitividade e coesão na baixa densidade**

- Promover o crescimento económico e emprego com base no potencial endógeno e nas possibilidades que o teletrabalho pode proporcionar na fixação de trabalhadores qualificados atraídos pelas características destes territórios, promovendo a valorização em toda a sua plenitude dos recursos endógenos, com particular realce para a aposta no turismo enquanto elemento agregador da estratégia de afirmação dos territórios
- Conservar, proteger, promover e desenvolver o património natural e cultural
- Diversificar a base económica, promovendo o aparecimento de novas atividades geradoras de valor e criadoras de emprego
- Otimizar a gestão e prestação em rede dos serviços coletivos existentes nas áreas da educação, desporto, saúde, cultura, social e de índole económica e associativa, assegurando níveis adequados de provisão de bens e serviços públicos e acesso às redes digitais, potenciando as ligações rural-urbano
- Potenciar o papel da economia social na gestão da rede de serviços coletivos

## Visão estratégica para a Região Centro 2030

Alinhada com os quadros estratégicos europeu e nacional e tendo por base o exercício de análise de contexto e de revisitação das estratégias integradas de desenvolvimento territorial realizados pelas comunidades intermunicipais, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC) aprovou, em novembro de 2020, a estratégia regional para a próxima década. A Visão Estratégica para a Região Centro 2021-2027 pretende ser consistente com a resposta aos constrangimentos e aos desafios estruturais e capaz de valorizar recursos e capacidades de inovação, traduzindo-se nos seguintes desígnios:

- **Uma região que procura reforçar a sua competitividade nacional e internacional** e consolidar um modelo de inovação territorial e socialmente inclusiva, pugnando para que as dinâmicas mais proeminentes de inovação se alarguem territorialmente, seja pela criação de novos focos de inovação em territórios menos densos e empreendedores, seja pela transferência de conhecimento enquanto veículo de atração de investimento e de jovens com qualificações superiores, seja ainda pela valorização da criatividade, da arte e da cultura e do papel das cidades mais internacionalizadas.
- **Uma região que pretende trabalhar e promover a capacitação para a resiliência dos territórios** mais vulneráveis e mais carenciados de “energia demográfica”, promovendo a coesão territorial, valorizando a criatividade de organização dos territórios e a capacidade de iniciativa local e as condições de atração de população (i)migrante.
- **Uma região que ambiciona liderar a evolução para uma sociedade mais sustentável**, promovendo a inovação e transição para a descarbonização da economia (incluindo a economia circular), integrando a emergência climática e as suas implicações em termos de sistemas produtivos e organização territorial.
- **Uma região que procura aproveitar estrategicamente o seu sistema urbano** ao serviço de um modelo territorial que evolua em combinação virtuosa entre territórios competitivos, inovadores e inteligentes (*smart cities*) e territórios mais deprimidos de “energia demográfica e económica”.
- **Uma região capaz de organizar a oferta de qualificações e competências** que a sua transformação estrutural exige, trabalhando nesse sentido a qualificação inicial de jovens, a formação avançada de profissionais, a formação contínua de ativos, a requalificação e criando condições para a atração de população qualificada.

A definição das Linhas de estratégia para o período de 2021-2027 teve em consideração as dinâmicas que a Região Centro tem protagonizado no período mais recente, nelas integrando os ensinamentos adquiridos com os resultados dos dois últimos períodos de programação, assim como os constrangimentos que permanecem e que são fatores inibidores de resultados mais amplos e territorialmente disseminados e também os desafios que se colocam à região face ao novo período de programação e às orientações decorrentes das agendas nacionais e comunitárias, desafios esses agravados pela necessidade de combinar a dimensão estratégica das prioridades para uma Região Centro mais competitiva e coesa com a recuperação da crise económica e social suscitada pela crise sanitária pandémica.

Em termos de arquitetura, a estratégia regional do Centro assenta em 8 **prioridades estratégicas** às quais correspondem **linhas de ação**, conforme sistematizado na tabela seguinte (sendo uma listagem exaustiva do

documento regional, assinalam-se as linhas de ação em que as abordagens DLBC podem ter maior contributo ou que a sua operacionalização será relevante para territórios rurais). De forma distinta, muitas das prioridades e linhas de ação terão obrigatoriamente de passar por abordagens de proximidade em que os GAL poderão ser peças chave para o sucesso dos resultados.

Tabela 5. Prioridades estratégicas e Linhas de Ação do Centro 2030

**Prioridade Estratégica 1. Reforçar e diversificar territorialmente as dinâmicas de inovação**

**Reforçar as dinâmicas de inovação baseadas no conhecimento e promover/consolidar novos focos territoriais de inovação e a sua materialização na melhoria dos níveis de competitividade regional e das empresas**

- Reforçar as condições institucionais de cooperação entre as instituições com atividade de investigação científica na região (robustecimento do funcionamento em rede) em estreita articulação com o fortalecimento do Sistema Regional de Inovação e a implementação da RIS3 do Centro
- Apoiar o desenvolvimento dos Parques de Ciência e Tecnologia (PCT) existentes na região, criando condições para o maior envolvimento das Universidades, do Poder Local e das Empresas e desenvolvendo os recursos de suporte à incubação de empresas
- Operacionalizar o *Digital Innovation Hub* do Centro (PTCentroDIH) como forma de fomentar e apoiar a digitalização das empresas da região através de atividades colaborativas e acelerar a difusão das tecnologias digitais, fortalecendo o ecossistema de inovação
- Promover um novo ciclo de desenvolvimento das Redes de Universidades, Politécnicos, Centros de Investigação e Desenvolvimento, e Parques de Ciência e Tecnologia, com mobilidade de recursos humanos e polarização de empresas
- Promover a valorização económica da propriedade intelectual (patentes) existentes nas instituições científicas e tecnológicas da região
- Promover a participação das Instituições de Ensino Superior da Região Centro nas Universidades Europeias, enquanto redes de excelência de formação e inovação no ensino superior
- Avaliar a pertinência de a região ser dotada de laboratórios com nível de biossegurança três
- Robustecer o corpo de políticas de investigação e de inovação segundo o objetivo de aumentar a coerência dos apoios e incentivos ao longo de toda a cadeia de inovação, independentemente de se tratar de processos gerados a partir de lógicas de “*technology-push*” ou de “*demand-pull*”
- Conceber e operacionalizar modalidades integradas de mobilização de diferentes instrumentos de política de inovação segundo modelos de candidatura única e redução de exigências burocráticas
- Conceber nessa orientação linhas de apoio que valorizem a incidência combinada de inovação e internacionalização, bem como a transformação digital para a internacionalização
- Criar condições para o impulso de valorização dos usos do Mar como recurso estratégico, com destaque para a aquacultura sustentável e biotecnologia marinha e promovendo o desenvolvimento de entidades já instaladas, como por exemplo o ECOMARE e o CITAQUA
- Promover dinâmicas de inovação turística (organizacionais, de modelo de negócio, de integração de novos recursos para a sustentabilidade, de maior intensidade de incorporação de conhecimento, de alargamento da base territorial de competitividade turística da região, entre outras dimensões) garantindo melhores e mais eficazes formas de integração da RIS3 do Centro com a Estratégia Regional de Turismo
- Conceber e operacionalizar incentivos à valorização de provas de conceito
- Mobilizar e reforçar os recursos existentes na região para as atividades de investigação e desenvolvimento tecnológico para a fabricação digital e prototipagem
- Conceber e operacionalizar modalidades de apoio a projetos em co promoção envolvendo empresas de mais pequena dimensão
- Implementar um programa de largo espectro focado na internacionalização do sistema regional de inovação, na criação de melhores condições para a internacionalização de *startups* e na alavancagem de uma participação mais intensa em programas comunitários de acesso competitivo fora do contexto dos Fundos Estruturais em Portugal
- Conceber e implementar um programa de formação intermédia e avançada de novas competências (*skilling e re-skilling*) estruturado em função das dinâmicas de revisão e implementação da RIS3 do Centro e das necessidades identificadas no âmbito das interações do Sistema Regional de Inovação
- Conceber e implementar um programa de largo espectro focado na valorização do conhecimento científico existente na região nas áreas das ciências da saúde, biomédicas e clínicas em termos da sua transferência e articulação com o Serviço Nacional de Saúde e suas estratégias de valorização da saúde preventiva, organizando a rede regional de saúde e incluindo a perspetiva da capacitação das unidades do SNS para absorverem e aplicarem esse conhecimento
- Criar uma linha (regional) de apoio aos clusters com incidência mais significativa na região que evidenciem maior potencial de desenvolvimento de processos de variedade relacionada integrados nas prioridades da RIS3 do Centro

- Criar uma linha (regional) de apoio aos projetos de cidades que evidenciem maior capacidade de mobilização de conhecimento e tecnologia existente na região
- Apoiar a captação mais ambiciosa de talentos (e também a sua retenção na região), designadamente através da intensificação de candidaturas ao *European Research Council* e da organização de condições apelativas de acolhimento
- Promover formas mais avançadas de cooperação empresarial intersetorial, tendo em vista posicionamentos mais proativos de redução de vulnerabilidades face à fragmentação de cadeias de valor internacionais (que não devem ser confundidos com retorno acrítico a projetos de substituição de importações sem perspetivas de viabilidade económica) e de exploração de nichos no mercado global.
- Promover a implementação da estratégia regional de desenvolvimento turístico da Região Centro promovida pela Entidade Regional de Turismo do Centro numa lógica de valorização das dinâmicas de inovação compatíveis com as prioridades da RIS3 do Centro e também de alargamento sustentado da base territorial de competitividade turística da região, projetando o turismo como um instrumento de compatibilização das lógicas de inovação da RIS3 do Centro com os objetivos da coesão territorial.

**Prioridade Estratégica 2. Promover a melhoria das condições de conectividade digital e de mobilidade em geral**  
**Dotar a região de condições de conectividade digital e de mobilidade em geral numa perspetiva de (i) condições de suporte à internacionalização, (ii) de fixação de recursos humanos nos territórios mais carenciados de rejuvenescimento demográfico e de (iii) capacitação de ativos e cidadãos**

- Investir na melhoria de cobertura territorial da rede de telecomunicações que serve a região.
- Conceber e formatar um programa regional de formação de competências para a transformação digital, de simples ações de suporte aos processos de aprendizagem ao longo da vida com programas tutoriais de concretização e supervisão online até ao reforço da oferta de qualificações nesses domínios, incluindo qualificações intermédias, superiores e avançadas
- Apoiar projetos de reorganização de centros de formação e outras entidades com intervenção na formação de competências digitais focados na transformação digital enquanto modelo de organização pedagógica e de participação de formandos, preparando a região para melhores condições de combinação entre a natureza crucial da formação presencial e da formação à distância
- Promover o surgimento de zonas industriais inteligentes e que possam ser piloto para testar novas tecnologias (e.g. 5G)
- Promover, em articulação com as ações da prioridade estratégica 1, a concretizar através dos sistemas de incentivos de suporte à competitividade e à inovação programas de transformação digital de modelos de negócio empresarial e de digitalização de processos produtivos
- Apoiar a criação em territórios de baixa densidade de núcleos de concentração e disseminação de competências e serviços digitais, de suporte não só aos tecidos empresariais desses territórios, mas também ao reforço da resiliência das populações, consumada através de uma mais intensa utilização das tecnologias digitais (incluindo a formação associada a tais núcleos de serviços de intermediação e acompanhamento junto de públicos-alvo mais desfavorecidos em termos de literacia digital)
- Apoiar a capacitação digital das autoridades intermunicipais de transportes e a sua capacitação institucional e financeira para uma adequada intervenção no mercado dos transportes públicos, promovendo a melhoria de serviços de mobilidade às populações, com particular destaque para os territórios carenciados de soluções não tradicionais para a oferta de serviços públicos de transporte
- Organizar e institucionalizar a rede de cooperação das Autoridades Regionais e Municipais de Transportes da Região Centro, tendo em vista o aprofundamento das áreas da interoperabilidade e intermodalidade entre diferentes modos de transporte, coletivos e individuais
- Promover o envolvimento necessário e concertado de todas as instituições e entidades representativas da Região Centro na defesa de investimentos públicos estruturantes para a região no sentido de assegurar o acesso a uma rede de infraestruturas e transportes competitiva, sustentável e inteligente, nomeadamente nas áreas das infraestruturas aeroportuárias, portuárias, ferroviárias e logísticas
- Concretizar o programa de melhoria de condições de articulação viária da região, na sua tripla dimensão de promoção da coesão social e territorial, da competitividade e internacionalização e da qualidade ambiental
- Concretizar o programa de modernização de infraestruturas ferroviárias para a região

**Prioridade Estratégica 3. Valorizar e densificar o sistema urbano regional**  
**Valorizar e densificar o sistema urbano regional segundo uma lógica de competitividade e de internacionalização da região e de sustentabilidade, racionalização, fixação e concentração de energias e recursos em contexto de acentuado declínio demográfico**

- Conceber e formatar programas de internacionalização e competitividade para as cidades do sistema urbano da região com integração das dimensões de internacionalização e competitividade (atração e organização de eventos culturais e económicos, participação em redes de cooperação internacional e em projetos urbanos inovadores, estratégias urbanas para a atração de serviços intensivos em conhecimento e de novos residentes qualificados)
- Valorizar experiências de promoção de cidades inteligentes explorando as novas potencialidades introduzidas por matérias como a Internet das Coisas e Big Data, abrindo um novo ciclo de experiências de “smart cities” com diferenciação mais marcada e integrando o potencial destas novas dimensões

- Valorizar a disseminação de projetos urbanos baseados na constituição de comunidades produtoras de energia
- Promover, em articulação com o eixo 5, a implementação de planos estratégicos exemplares de cidades circulares
- Apoiar projetos exemplares de recuperação de património histórico e habitacional com reutilização funcional de edifícios e espaços e modelos de gestão e ocupação dos mesmos, em linha com os projetos de internacionalização e competitividade das cidades proponentes
- Apoiar projetos classificáveis como boas práticas a disseminar, em termos de partilha e cooperação de recursos, equipamentos e oferta cultural e de animação urbana entre diferentes cidades ou redes para esse efeito constituídas
- Apoiar a organização de uma rede regional de instituições e equipamentos com políticas culturais marcantes, focada na consagração da cultura como recurso de desenvolvimento dos territórios (independentemente das dinâmicas e dos recursos existentes)
- Apoiar projetos conjuntos de internacionalização de cidades e Universidades e Institutos Politécnicos
- Apoiar a conceção de estratégias urbanas focadas na dinamização de territórios de baixa densidade e na racionalização da localização dos Serviços de Interesse Gerais

**Prioridade Estratégica 4. Combater as fragilidades e vulnerabilidades de diferentes tipos de territórios da região**  
**Promover um combate sistemático às fragilidades e vulnerabilidades dos territórios da região, incluindo a exposição a riscos de vários tipos, segundo uma lógica de “as pessoas primeiro” e de planeamento inteligente da oferta de Serviços de Interesse Geral**

- Consagrar nas estratégias das sub-regiões NUTS III programas de abordagem e erradicação de fragilidades e vulnerabilidades identificadas na provisão dos vários SIG, em estreita interação com os GAL-ADL que operam nos respetivos territórios
- Promover a implementação de novos modelos institucionais de prestação de serviços, instigando a cooperação territorial ou a liderança destes serviços pelas comunidades
- Incentivar o ensaio de novas soluções em linha na provisão de SIG, apoiadas pela transformação digital
- Conceber e formatar programas de reforço das condições de resiliência das populações de territórios rurais com maior risco de incêndios florestais e exposição a riscos naturais, designadamente os derivados das mudanças climáticas, em estreita cooperação com os serviços de proteção civil municipal e com as prioridades de localização de serviços de suporte em aldeias consideradas nucleares para a proteção de populações em situações de risco
- Conceber e implementar programas de apoio à colocação de emprego jovem em instituições da região carenciadas de capacitação e apetrechamento técnico e humano, com a dimensão temporal adequada para estimular condições de fixação desses jovens
- Conceber e implementar estratégias e planos de abordagem a riscos tecnológicos identificados nos trabalhos de ordenamento do território realizados seja pela CCDRC, seja pelas CIM da região
- Aprofundar planos e trabalhos de defesa do Litoral, da zona costeira e do território adjacente, com atenção aos pontos mais críticos, designadamente entre Ovar e Mira
- Apoiar programas de valorização económica de recursos endógenos focados na reconstituição e fortalecimento dos tecidos empresariais de territórios de mais baixa densidade
- Apoiar estratégias locais de atração de jovens qualificados aos territórios de baixa densidade, no quadro da promoção de imagens mais positivas destes territórios como espaços de investimento e de residência segura
- Promover a concentração espacial de serviços de suporte à atividade económica em territórios de baixa densidade, apoiando projetos exemplares do ponto de vista do combate à atomização de iniciativas
- Conceber e operacionalizar um programa de reorganização da oferta de espaços de incubação em territórios de baixa densidade na região, com clarificação de funções e de serviços e de centros de recursos de suporte ao seu funcionamento
- Apoiar projetos de configuração de modelos de negócio digitais para a valorização dos recursos endógenos
- Conceber e implementar, em cooperação com as CIM e GAL-ADL um novo ciclo de apoio ao microempreendedorismo de base local, focado no robustecimento económico dos territórios com menor concentração industrial
- Apoiar instituições da região vocacionadas para a atração e integração social e no mercado de trabalho de (i)migrantes, em articulação com estratégias locais de habitação de municípios que se queiram associar a esse objetivo regional de rejuvenescimento da população residente e da força de trabalho
- Criar as condições institucionais necessárias para uma territorialização mais eficaz da política nacional de imigração ajustando-a às necessidades territoriais da região
- Reforçar a aposta no envelhecimento ativo e saudável da população da região mobilizando o conhecimento científico existente nesta área, capacitando instituições regionais e locais para a sua aplicação e organizando o potencial de voluntariado

#### **Prioridade Estratégica 5. Adaptar proativamente a região à emergência climática e à descarbonização**

**Promover a adaptação da região à emergência climática e à transição para uma economia e sociedade regionais de mais baixo carbono, incluindo a integração de modelos de negócio para a economia circular, a transformação de modos de produção agrícola e florestal e mudança no paradigma energético**

- Rever no quadro dos futuros Programas Regionais de Ordenamento do Território que incidam na região a estratégia de valorização ambiental da Região Centro ajustando-a aos contributos já disponíveis de adaptação e mitigação das alterações climáticas e preenchendo lacunas ainda existentes
- Operacionalizar, em termos de programação de investimentos e ações, planos existentes de mitigação e combate às alterações climáticas à escala intermunicipal e municipal
- Concretizar o Plano de Ações de implementação da Agenda Regional para a Economia Circular na Região Centro
- Apoiar a disseminação de projetos de economia circular em territórios de baixa densidade, revisitando modos de produção antigos e valorizando patrimónios culturais de saberes, heranças e memórias coletivas, para o que existe conhecimento no sistema universitário e politécnico da região
- Apoiar a constituição a nível urbano de “comunidades de energia”, entendidas como iniciativas coletivas de ação energética envolvendo a participação organizada de cidadãos no sistema energético
- Apoiar projetos representativos e disseminadores de boas práticas em matéria de inovação de sistemas de produção agrícola, designadamente em territórios de nível elevado de stress hídrico, mas apontando também para a adoção de modelos produtivos e produções agrícolas mais resilientes e adaptados às condições edafoclimáticas dos diferentes territórios da região, consoante as suas particularidades
- Apoiar, em coerência com a linha de intervenção anterior, a modernização agrícola sob a forma de digitalização da agricultura (high tech farming)
- Apoiar ações de combate a pragas e doenças, de valorização de serviços de ecossistemas, da biodiversidade e da conservação da natureza e de valorização dos espaços naturais e da paisagem
- Promover como corolário das três linhas anteriores, uma mais efetiva articulação da programação regional de base territorial com a programação do Programa de Desenvolvimento Rural
- Apoiar projetos de cidades focados na redução do metabolismo económico urbano e na transição energética para cidades de baixo carbono
- Apoiar a melhoria das condições do uso racional da água em termos agrícolas, industriais e de consumo urbano
- Apoiar projetos de empresas que valorizem a transição para a economia circular, apostando na redução, reutilização, recuperação e reciclagem dos recursos
- Reforçar as condições infraestruturais urbanas para o incremento substancial da mobilidade sustentável, designadamente elétrica
- Operacionalizar na programação instrumentos de transversalidade das políticas ambientais e de sustentabilidade, com relevo para as ações de combate à erosão da orla costeira e defesa dos efeitos de riscos naturais (galgamentos e outros fenómenos) e para a valorização do potencial económico de áreas naturais
- Desenvolver ações de valorização dos recursos hídricos (despoluição de bacias hidrográficas, reutilização de águas, eficiência hídrica, transvases, eficiência nos aproveitamentos hidroagrícolas, adequação de consumos e de disponibilidades, etc.), de recuperação de passivos ambientais (que inclua solos contaminados, pedreiras e minas abandonadas ou em risco, erosão costeira, águas poluídas, erosão de solos afetados pelos incêndios, áreas afetadas por radioatividade, amianto em edifícios, etc.), de combate à desertificação, de promoção da qualidade do ar e do ambiente em geral
- Explorar, em cooperação com as autoridades nacionais, o quadro de oportunidades e exigências do Pacto Ecológico Europeu relativamente à Estratégia Regional, assegurando as respostas necessárias
- Posicionar a Região Centro na liderança da valorização da floresta como ativo específico regional de fins múltiplos e entendida como ecossistema equilibrado de produtores, agricultores e cidadãos, transformando-a em recurso vital de perceção generalizada e coerente por todos os atores e territórios da região, dos modelos de gestão e ordenamento florestal (potenciando a melhoria das condições de observação da floresta a partir do espaço) à sua valorização económica e energética, passando pelo seu papel incontornável no sequestro de carbono ao serviço de uma estratégia mais alargada de descarbonização da região
- Avaliar recursos para a criação na região de um Centro Tecnológico para a Valorização dos recursos da floresta, entendido como projeto estruturante a localizar no território do interior da região e com valências associadas de Centro de Competências e em articulação com os desenvolvimentos da recém-criada rede de polos de inovação para a agricultura anunciada pelo Ministério da Agricultura e com as prioridades a nível de ENEI e de EREI Centro que venham a ser estabelecidas para a floresta

**Prioridade Estratégica 6. Acelerar a conceção e operacionalização de respostas a novos e velhos problemas sociais**

**Acelerar a conceção e operacionalização de respostas a novos e velhos problemas sociais, tendo em conta a diversidade dos modelos territoriais da região e mobilizando os importantes ativos de investigação, de conhecimento e de capacidade de intervenção existentes na região**

- Apoiar a conceção de referenciais regionais e sub-regionais (NUTS III) de identificação de tipologias de exclusão social e desigualdade e de abordagens integradas na resposta a estes fenómenos, que assumem formas complexas e multidimensionais, interpelando por isso à adoção de estratégias multisetoriais mobilizadoras de políticas que, em simultâneo, apoiem os rendimentos (mínimos), a integração socioprofissional (através de formação e de um mercado de trabalho inclusivo) e o acesso a bens e serviços essenciais (saúde, educação, habitação, guarda de crianças, etc.)
- Assegurar a capacitação técnica e organizativa dos municípios e das organizações da economia social da região, apetrechando-os para uma resposta mais eficaz às novas e às já conhecidas problemáticas sociais identificadas nos referenciais regional e subregional anteriormente referidos e para a avaliação do impacto da sua própria atividade
- Conceber e formatar um novo ciclo de apoio a projetos de empreendedorismo social gizados segundo uma ótica de inovação social
- Apoiar projetos geradores e disseminadores de boas práticas em termos de resposta aos problemas do envelhecimento e isolamento residencial
- Promover projetos geradores e disseminadores de boas práticas em termos de combinação das atividades culturais, desportivas e educativas como formas de combate à exclusão social, tirando partido entre outras condições da resposta das comunidades à pandemia COVID-19
- Desenvolver a oferta de serviços de saúde com proximidade, qualidade e integração social, segundo uma lógica de reforço da capacidade de intervenção do SNS e a clarificação das condições de articulação entre as áreas da Saúde e do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social para uma mais eficaz governação, designadamente na assistência médica a respostas sociais orientadas para o apoio a idosos
- Apoiar estratégias sub-regionais (NUTS III) de mapeamento de carências (e de identificação de necessidades de investimento) em matéria de tipologias de serviços e equipamentos com oferta mais escassa e/ou com maior procura: cuidados a idosos e dependentes; cuidados a crianças (creches e serviços de amas); cuidados continuados integrados, incluindo os cuidados paliativos
- Apoiar projetos demonstradores de boas práticas de valorização de recursos de investigação e de intervenção na área da saúde preventiva e promoção de estilos de vida saudável, focados nos públicos mais vulneráveis e com menor capacidade de acesso a cuidados de saúde

**Prioridade Estratégica 7. Promover e reforçar a melhoria de qualificações de ativos e de população em geral**

**Promover e reforçar a melhoria de qualificações de ativos e de população em geral segundo uma perspetiva de educação como fator de inclusão e de capacitação de indivíduos e organizações em termos das competências exigidas pela transformação da região**

- Envolver a região num processo de identificação de competências digitais a suprir para uma maior eficácia na resposta às oportunidades da transformação digital e valorizar o papel de instituições de intermediação capazes de chegar às populações mais idosas e isoladas
- Conceber um quadro prospetivo de necessidades de competências intermédias, superiores e avançadas, induzidas pelas apostas prioritárias da RIS3 do Centro, com envolvimento das principais entidades integradas do sistema regional de inovação do Centro e implicações nos apoios da programação 2021-2027 à formação de qualificações
- Apoiar um novo ciclo de projetos de combate ao abandono e insucesso escolar, aprofundando metodologias, envolvendo progressivamente comunidades locais em torno das Escolas protagonistas e formuladas com base em resultados a atingir e articulando com políticas de combate à pobreza
- Aprofundar abordagens focadas na redução do número de jovens com estatuto de não estarem nem empregados, nem em educação ou formação (NEET)
- Apostar na conceção e formatação de programas de formação de ativos empregados com base em evoluções tecnológicas prospetivas de diferentes setores por dimensão de empresa
- Conceber programas de formação de jovens para a indústria com diferentes níveis de qualificação, designadamente reforçando CET e TeSP e promovendo formações curtas para a empregabilidade de jovens licenciados, designadamente do ponto de vista do reforço das suas competências digitais
- Conceber e implementar programas formativos estruturados de apoio à reconversão de trabalhadores para novas áreas de trabalho, incluindo formação para a transição do trabalhador entre diferentes áreas, em conformidade com projetos de reorganização empresarial
- Dinamização da educação e formação de adultos (ativos empregados e desempregados), nomeadamente através de ofertas de educação-formação ajustadas ao perfil e necessidades dos públicos-alvo e capitalizando experiências já desenvolvidas
- Promover a capacitação de quadros técnicos de municípios para uma resposta eficaz à assunção de novas competências por parte dos municípios em matéria de educação

- Apoiar projetos geradores e disseminadores de boas práticas em matéria de uma articulação mais eficaz entre a formação de técnicos intermédios (Cursos Profissionais e Cursos Técnicos Superiores Profissionais – TeSP) e os domínios prioritários da RIS3 do Centro
- Apoiar centros de excelência de formação avançada em articulação com as grandes prioridades da especialização inteligente da região e focados na atração e fixação de talentos
- Promover projetos de valorização e implementação de pactos rurais-urbanos, focados na cooperação de recursos entre estes territórios

**Prioridade Estratégica 8. Promover as melhores condições para a internacionalização e cooperação internacional**  
**Promover as melhores condições para a internacionalização e cooperação internacional das instituições, organizações e empresas da Região Centro no quadro do atual modelo de organização territorial do Estado e das transformações em curso em matéria de descentralização**

- Alargar o campo da variedade relacionada e da transferência de tecnologia na RIS3 do Centro, estendendo práticas colaborativas a parcerias internacionais, seja na produção de conhecimento, seja na produção de tecnologia, seja na capitalização/valorização económica e social de resultados de projetos geradores de conhecimento e tecnologia
- Intensificar a participação dos projetos de empreendedorismo de base tecnológica gerados na região em mecanismos de financiamento internacional especializado
- Melhorar as condições de acesso da governação municipal e intermunicipal a boas práticas internacionais em domínios de relevo como a gestão para a sustentabilidade ou a promoção de inclusão social
- Capacitar os agentes institucionais e empresariais da região para uma participação mais ativa em programas de financiamento comunitário direto
- Criar recursos de capacitação e organização para que o Sistema Universitário e de Investigação Científica localizado na região possa aspirar a uma maior escala de participação em projetos europeus, tirando partido designadamente da relevante participação da Universidade de Coimbra no acesso ao programa Horizonte 2020 e nas boas práticas que pode ajudar a disseminar
- Criar condições de excelência na investigação de suporte aos desafios societais, tirando partido da especialização tendencial já existente no sistema científico e tecnológico da região e promovendo a cooperação de recursos como instrumento de ganhos de massa crítica
- Promover complementarmente uma maior notoriedade das agendas comunitárias e dos desafios societais na região
- Alavancar projetos de alcance multiplicador gerados em programas de cooperação transfronteiriça, articulando-os com programas integrados de intervenção nesses territórios financiados no quadro do POR do Centro
- Promover e apoiar a circulação internacional de agentes regionais focados na captação e transferência de conhecimento para a Região
- Apoiar a participação de agentes regionais em projetos-piloto a nível europeu suscetíveis de disseminar na região boas práticas de inovação e governação, designadamente em domínios de desenvolvimento tecnológico que correspondam a prioridades da RIS3 do Centro
- Promover programas de cooperação conjuntos entre o Centro de Portugal e Castilla y León, bem como na Euroregião EUROACE – Alentejo, Centro, Extremadura e definir uma nova estratégia de participação da Região Centro no Espaço Atlântico após a sua reconfiguração ditada pela saída das regiões do Reino Unido

Fonte: CCDR

### 3.1.2 Específicos – Agricultura e Desenvolvimento rural

#### Política Agrícola Comum após 2020 / Plano estratégico da PAC - Portugal

Com as bases definidas no Tratado do Funcionamento da União Europeia, a **Política Agrícola Comum (PAC)** apoia, entre vários pilares, a vitalidade e a viabilidade económica das comunidades rurais através de medidas de **desenvolvimento rural**. Estas complementam as medidas de apoio ao mercado e ao rendimento com estratégias e financiamento para reforçar os setores agroalimentares e florestais da União Europeia, a sustentabilidade ambiental e o bem-estar das zonas rurais em geral.

Como política europeia, a PAC é crucial no desenho das abordagens locais/de proximidade pois resulta de um exercício europeu de priorização de áreas e setores de aposta que determina o quadro de apoios comunitários para os vários estados membro no domínio da agricultura e desenvolvimento rural. Neste contexto, tendo em vista o período de programação 2021-27, no seguimento de uma consulta sobre o futuro da PAC e da comunicação sobre o futuro da alimentação e da agricultura, foram apresentadas (junho de 2018) as propostas legislativas sobre a PAC após 2020<sup>14</sup>.

Focados na sustentabilidade do desenvolvimento da exploração agrícola, dos alimentos e das zonas rurais, os **objetivos gerais (OG) da PAC** visam (1) promover um setor agrícola inteligente, resiliente e diversificado, de modo a garantir a segurança alimentar; (2) apoiar a proteção do ambiente e a luta contra as alterações climáticas e contribuir para a consecução dos objetivos da União relacionados com o ambiente e o clima; e (3) reforçar o tecido socioeconómico das zonas rurais. Estes são complementados pelo **objetivo transversal de modernização do setor através da promoção e da partilha de conhecimentos, da inovação e da digitalização da agricultura e das zonas rurais** e dos incentivos à adoção de medidas para o efeito. Neste quadro, a nova PAC persegue os seguintes objetivos específicos (Oe) (Figura 8):

- Oe1. Apoiar os rendimentos e a resiliência das explorações agrícolas viáveis em toda a UE, de modo a reforçar a segurança alimentar
- Oe2. Reforçar a orientação para o mercado e aumentar a competitividade, com maior incidência na investigação, na tecnologia e na digitalização
- Oe3. Melhorar a posição dos agricultores na cadeia de valor
- Oe4. Contribuir para a adaptação às alterações climáticas e para a atenuação dos seus efeitos, bem como para a energia sustentável
- Oe5. Promover o desenvolvimento sustentável e uma gestão eficiente de recursos naturais como a água, os solos e o ar
- Oe6. Contribuir para a proteção da biodiversidade, melhorar os serviços ligados aos ecossistemas e preservar os habitats e as paisagens

<sup>14</sup> Propostas regulamentares para a PAC 2021-2027:

Planos Estratégicos da PAC COM(2018) 392 / Anexos

Financiamento, gestão e acompanhamento da PAC COM(2018) 393 / Anexo

Organização comum de mercados COM(2018) 394

Planos estratégicos, financiamento, gestão e acompanhamento da PAC, organização comum de mercados - avaliação de impacto – SWD(2018) 301 / Parte 2 - Anexo / Parte 3 - Anexo

- Oe7. Atrair os jovens agricultores e facilitar o desenvolvimento das empresas nas zonas rurais
- Oe8. Promover o emprego, o crescimento, a inclusão social e o desenvolvimento local nas zonas rurais, nomeadamente a bioeconomia e a silvicultura sustentável
- Oe9. Melhorar a resposta dada pela agricultura europeia às exigências da sociedade em matéria de alimentação e de saúde, incluindo a oferta de produtos alimentares seguros, nutritivos e sustentáveis e o bem-estar dos animais.



Figura 8. Objetivos gerais e específicos da PAC 2021-2027

Fonte: GGP, Plano Estratégico da PAC 2021-2027 – Documento de contexto para consulta alargada (novembro de 2020)

A proposta de Regulamento dos Planos Estratégicos da PAC (PEPAC) estabelece que cada Estado-Membro apresente um plano estratégico único incluindo as medidas de apoio para se alcançarem os objetivos específicos da UE para a futura PAC e a CE verifica esses planos e procede à sua aprovação. Os planos estratégicos da PAC combinarão os instrumentos de apoio da PAC financiados pelo FEAGA (pagamentos diretos e intervenções setoriais) e pelo FEADER (intervenções do desenvolvimento rural).

A nível nacional, o Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP) é a entidade coordenadora responsável pela elaboração do PEPAC, em período de consulta alargada<sup>15</sup>.

O diagnóstico feito aos diversos objetivos estratégicos e transversal encontra-se sistematizada no documento Análise SWOT e identificação das necessidades.

Com base no exposto, no documento “Orientação estratégica e Lógica de Intervenção” (versão draft de novembro de 2020) é apresentada a visão e esquema estratégico nacional (Figura 9) demonstrando a articulação com os objetivos da PAC e também com as Estratégias Europeias do Prado ao Prato<sup>16</sup>, da Biodiversidade 2030<sup>17</sup> e Pacto

<sup>15</sup> [www.gpp.pt/index.php/noticias/plano-estrategico-da-pac-2023-2027-consulta-alargada-3](http://www.gpp.pt/index.php/noticias/plano-estrategico-da-pac-2023-2027-consulta-alargada-3)

<sup>16</sup> [ec.europa.eu/food/farm2fork\\_en](http://ec.europa.eu/food/farm2fork_en) e [ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/european-green-deal/actions-being-taken-eu/farm-fork\\_pt](http://ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/european-green-deal/actions-being-taken-eu/farm-fork_pt)

<sup>17</sup> [ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/european-green-deal/actions-being-taken-eu/eu-biodiversity-strategy-2030\\_pt](http://ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/european-green-deal/actions-being-taken-eu/eu-biodiversity-strategy-2030_pt)

Ecológico Europeu<sup>18</sup> que visam contribuir para a neutralidade carbónica em 2050 e para os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS).

À visão “Uma gestão ativa de todo o território baseada numa produção agrícola e florestal inovadora e sustentável” estão associadas duas dimensões âncora “as pessoas” e a gestão e tecnologia”, ativos essenciais na valorização de recursos e na resposta aos desafios da resiliência territorial, alterações climáticas, demografia e assimetrias.



Figura 9. Desafios nacionais e objetivos da PAC

Fonte: GGP, Orientação estratégica e Lógica de Intervenção (novembro de 2020)

No pilar “Abordagem Integrada Território/recursos” encontra-se o Objetivo Específico 8 - Promover o emprego, o crescimento, a igualdade de género, a inclusão social e o desenvolvimento local nas zonas rurais, nomeadamente a bioeconomia e a silvicultura sustentável, no qual se integra a atuação dos GAL / DLBC Rural. A este Oe, para além da análise swot, com a identificação de pontos fortes/fracos, oportunidades/ameaças, está associada a definição de necessidades, categorizadas em principais e complementares, como a seguir se transcreve:

- Necessidades principais:
  - Apoiar a manutenção e desenvolvimento da pequena e média agricultura familiar e sua integração no mercado (N1.8)
  - Apoio à valorização dos recursos endógenos através de atividades complementares como o turismo nas zonas rurais, o artesanato, a cinegética e pesca em águas interiores (N2.8)
  - Promover abordagens de desenvolvimento local integrado (incluindo serviços básicos às comunidades rurais) (N3.8)
  - Potenciar a expansão da economia circular e da bioeconomia nomeadamente através da utilização da biomassa natural, lamas, estrumes, e de subprodutos da agroindústria e da floresta (N4.8)

<sup>18</sup> [ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/european-green-deal\\_pt](https://ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/european-green-deal_pt)

- Promoção de uma gestão florestal ativa e sustentável do ponto de vista económico e geradora de bens públicos ambientais/paisagem/lazer (N5.8)
- Priorizar a gestão conjunta ou de escala dos espaços florestais com rentabilidade (N6.8)
- Aproximar os níveis de empregabilidade e de direção empresarial entre géneros (N7.8)
- Necessidades complementares:
  - Criar e melhorar infraestruturas coletivas (regadio, acessos, banda larga, redes proteção das florestas) (N2.2)
  - Promover a cooperação para a inovação entre o sistema I&DT e o setor agrícola, nomeadamente o desenvolvimento de produtos e processos (N1.OT)
  - Estruturar e melhorar a transferência de conhecimento (I&D) que permita tornar os sistemas agrícolas e florestais mais resilientes designadamente às alterações climáticas (N2.OT)
  - Melhorar as competências (técnicas, empresariais, sustentabilidade, economia rural) dos produtores agrícolas/florestais e outros agentes do sector, designadamente nos Jovens agricultores (N3.OT)
  - Incentivar a transição digital na agricultura (N4.OT)

No que diz respeito ao Oe 8, é referido<sup>19</sup> que “o desenvolvimento destes territórios (OE8) deve apoiar-se no surgimento de novas atividades com maior potencial de crescimento económico, podendo a agricultura ser um elemento catalisador neste quadro pela ligação à agro-indústria, turismo, produtos regionais, restauração, gastronomia, num quadro promotor da igualdade de género. Outras vias em que Portugal tem potencial são a bioeconomia, a economia circular e a silvicultura sustentável.” “Este diagnóstico aponta para a importância de se desenvolverem e apoiar de forma seletiva instrumentos que promovam uma gestão ativa dos territórios de vocação florestal. Neste quadro, existe a necessidade de uma abordagem que potencie os recursos públicos disponíveis (dentro e forma do PEPAC) para promover os necessários investimentos nomeadamente em infraestruturas (caso das redes de proteção) e a promoção de investimento privado sob formas integradas associando medidas de cooperação para garantir a necessidade de assegurar compromissos de ordenamento, gestão produtiva, ambiental e climática.”

Neste contexto, “o Desenvolvimento Local de Base Comunitária Rural multifundos, onde se integra a abordagem LEADER, desempenhará um papel fundamental na resposta integrada às diferentes necessidades locais, nomeadamente a diversificação de atividades e valorização dos recursos endógenos, incluindo as oportunidades da bioeconomia e a promoção da multifuncionalidade dos espaços agro-florestais”.

---

<sup>19</sup> [www.gpp.pt/images/PEPAC/Orientao\\_Estratgica\\_e\\_Lgica\\_de\\_Interveno.pdf](http://www.gpp.pt/images/PEPAC/Orientao_Estratgica_e_Lgica_de_Interveno.pdf)

### 3.2 Avaliação de estratégias de desenvolvimento local

A monitorização e a avaliação fornecem a base de evidências que permitem aos GAL validar a lógica da Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) e verificar se os resultados pretendidos estão a ser alcançados.

Enquanto a monitorização diz respeito à gestão, controlo e demonstração de progresso, assumindo um carácter mais quantitativo; a avaliação, por sua vez, é uma verificação periódica da conceção, implementação e resultados de um processo em curso ou concluído. No contexto do DLBC, a avaliação pode dizer respeito à EDL e/ou trabalho do GAL, com o objetivo de apoiar a tomada de decisão, verificar a realização ou valor, obter uma visão sobre iniciativas anteriores ou existentes, para permitir a reflexão e ajudar identificar mudanças futuras.

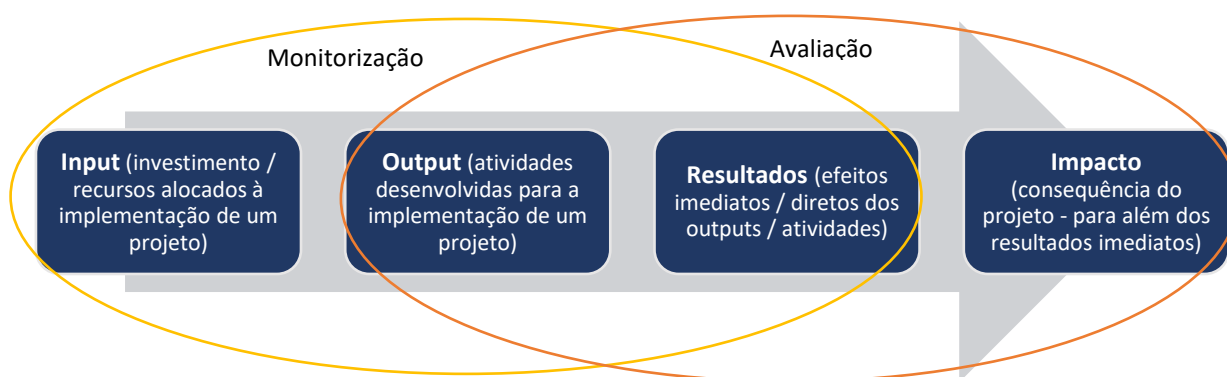


Figura 10. Monitorização e avaliação

CE, Manual para GAL e GAL-Pescas – Avaliação do DLBC, 2018<sup>20</sup>

Considerando os desafios relacionados com a avaliação dos efeitos da LEADER/DLBC aos níveis local, regional, dos Estados Membros e da UE, do período de programação 2014-2020, a Comissão Europeia desenvolveu um conjunto de orientações da LEADER/DLBC<sup>21</sup> (2017) destinado aos GAL sobre os modos de avaliação à escala local.

De um modo geral, além da apreciação obrigatória da estratégia de DLBC, as orientações recomendam uma apreciação ao nível local (i) da animação do GAL; (ii) da capacidade do mecanismo de execução da LEADER/DLBC para assegurar a aplicação do método LEADER e (iii) do valor acrescentado da LEADER/DLBC. Na realização das suas atividades de avaliação, os GAL devem analisar algumas questões essenciais associadas ao seu planeamento, preparação, estruturação e realização (Figura 11).

<sup>20</sup> [enrd.ec.europa.eu/sites/enrd/files/enrd\\_publications/evaluating-clld\\_en.pdf](http://enrd.ec.europa.eu/sites/enrd/files/enrd_publications/evaluating-clld_en.pdf)

<sup>21</sup> [enrd.ec.europa.eu/evaluation/publications/evaluation-leaderclld\\_en](http://enrd.ec.europa.eu/evaluation/publications/evaluation-leaderclld_en)

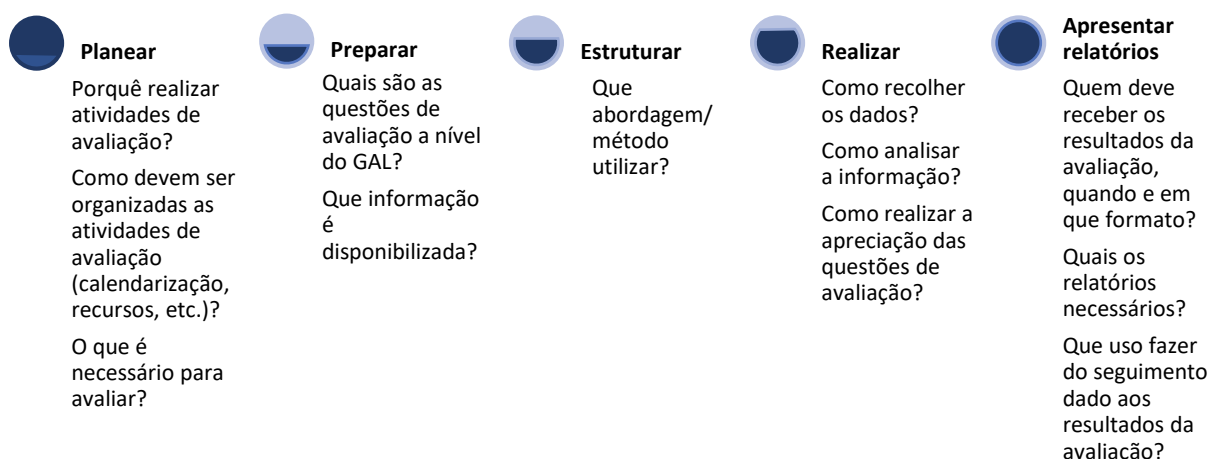


Figura 11. Questões essenciais a responder nas etapas de avaliação

Fonte: Serviço Europeu de Assistência na Avaliação para o Desenvolvimento Rural, 2017<sup>22</sup>

Nas várias etapas associadas a um processo de avaliação são definidos pressupostos obrigatórios e recomendados:

Tabela 6. Etapas da avaliação da LEADER/DLBC a nível do GAL (obrigatórias e recomendadas)

Etapa	1. Planeamento das atividades de avaliação ao nível do GAL
Obrigatório:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apresentar uma descrição das disposições de acompanhamento e de avaliação</li> </ul>
Recomendado:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Decidir das disposições específicas para as atividades de avaliação ao nível local</li> <li>• Descrever a finalidade e os objetivos da avaliação/autoavaliação</li> <li>• Acordar no modo de organização e coordenação das atividades de avaliação/ autoavaliação</li> <li>• Planear os tópicos e as atividades de avaliação/autoavaliação</li> <li>• Assegurar dados e informações para a avaliação/autoavaliação</li> <li>• Assegurar as capacidades necessárias para as atividades de avaliação ao nível local</li> <li>• Definir o calendário da avaliação/autoavaliação</li> <li>• Planear a comunicação e o seguimento das atividades de avaliação</li> <li>• Descrever os recursos previstos para as atividades de avaliação</li> </ul>
Etapa	Etapa 2: Preparação das atividades de avaliação ao nível do GAL
Obrigatório:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não existem especificações</li> </ul>
Recomendado:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Preparar a apreciação das atividades do GAL:</li> <li>• Verificar a coerência da lógica de intervenção da estratégia do DLBC</li> <li>• Coerência da estratégia do DLBC com a análise SWOT atualizada do território do GAL (à data da avaliação/autoavaliação) e apreciação das suas necessidades (pertinência). Os objetivos da estratégia e os resultados e impactos previstos devem refletir as necessidades da zona do GAL.</li> <li>• Coerência da estratégia do DLBC, nomeadamente se as atividades e os orçamentos previstos são suficientes para as realizações, os resultados e os impactos previstos. Existe a probabilidade de as atividades contribuírem para o cumprimento hierarquizado dos objetivos da estratégia (verificação da coerência interna)? Estão as atividades em consonância com os objetivos de desenvolvimento territorial estabelecidos ao nível nacional/regional (coerência externa)? Podem as realizações previstas produzir os resultados e os impactos previstos (coerência vertical)? Em que medida correspondem os efeitos emergentes aos objetivos estratégicos (coerência horizontal)?</li> <li>• Estabelecer uma ligação entre a lógica de intervenção e os elementos de avaliação da estratégia do DLBC (questões de avaliação, critérios de apreciação e indicadores)</li> </ul>

<sup>22</sup> [https://enrd.ec.europa.eu/evaluation\\_en](https://enrd.ec.europa.eu/evaluation_en)

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolver as questões de avaliação e os indicadores para a apreciação do mecanismo de execução da LEADER/DLBC e das atividades de animação</li> <li>• Elaborar questões de avaliação para a análise dos impactos esperados no valor acrescentado do DLBC ao nível local</li> </ul>
<b>Etapa</b>	<b>3 e 4: Estruturação e realização da avaliação ao nível do GAL</b>
Obrigatório:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Recolha de dados através da base de dados das operações para a avaliação do PDR</li> </ul>
Recomendado:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Definir o calendário da abordagem de avaliação/autoavaliação</li> <li>• Assegurar a adequação dos dados e das informações às necessidades da avaliação/autoavaliação</li> <li>• Assegurar a recolha de dados e de informações</li> <li>• Analisar os dados e as informações recolhidos utilizando métodos e ferramentas de avaliação</li> <li>• Interpretar os resultados das avaliações, responder às questões da avaliação e apresentar conclusões e recomendações</li> </ul>
<b>Etapa</b>	<b>5: Comunicação, divulgação e seguimento dos resultados da avaliação ao nível do GAL</b>
Obrigatório:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comunicação dos dados de monitorização à autoridade de gestão/ao organismo pagador</li> </ul>
Recomendado:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comunicar os resultados da avaliação/autoavaliação</li> <li>• Comunicar e divulgar os resultados da avaliação/autoavaliação</li> <li>• Assegurar o seguimento dos resultados da avaliação/autoavaliação</li> </ul>

Com base nestas orientações da comissão europeia, foi desenvolvido o [Manual para GAL e GAL-Pescas – Avaliação do DLBC](#) com o objetivo de fornecer ferramentas e métodos fáceis de usar, assentes nas etapas que devem estruturar o trabalho de avaliação (Tabela 7).

Tabela 7. Etapas do trabalho de avaliação e exemplos de métodos a implementar

Planeamento da avaliação	Recolha de dados / informação	Métodos de avaliação	Utilização das conclusões
Principais elementos a considerar	Exemplos de métodos de recolha	Exemplos de métodos de avaliação	Principais elementos a considerar
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Objetivo e foco</b></li> <li>• <b>Fontes e recolha de dados</b> (pode ser relevante apresentar a situação de referência/ partida para permitir a comparação)</li> <li>• <b>Ferramentas e métodos de avaliação</b> (interna ou externa; a definição prévia dos métodos a utilizar permite a coerência de atividades; por exemplo, se o GAL pretender realizar inquéritos sobre mudanças de opinião/perceção, a mesma questão deve ser colocada antes e depois da intervenção)</li> <li>• Cronograma</li> <li>• Recursos</li> <li>• Funções e responsabilidades</li> <li>• Utilização dos resultados da avaliação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Monitorização estratégica:</b> registo de informações quantitativas sobre a implementação para verificar se as atividades estão em curso de acordo com as prioridades estabelecidas na EDL (pode ser feito, simplesmente através de excel ou outra ferramenta TIC). Útil para a identificação oportuna de execução ou desempenho insuficiente numa área específica, o que permite ao GAL adaptar as atividades ou EDL, se relevante.</li> <li>• <b>Reuniões do GAL:</b> devem ser frequentes. Útil para discutir as conclusões da monitorização estratégica, bem como recolher dados adicionais; ajuda a garantir a participação ativa dos membros do GAL na melhoria do trabalho e/ou na implementação da EDL</li> <li>• <b>Monitorização de projetos:</b> registo de <i>outputs</i>, <i>milestones</i> e resultados esperados de projetos apoiados e comparação dos resultados. Útil para manter o foco na obtenção de resultados.</li> <li>• <b>Reuniões de projetos:</b> com beneficiários, de forma a verificar a implementação e resultados alcançados. Podem seguir uma <i>check list</i> padronizada para verificar o progresso de cada projeto, as dificuldades enfrentadas ou os apoios necessários. Os dados podem ser usados para compilar o relatório anual do GAL. Útil para análise qualitativa de projetos e identificação de quaisquer problemas de implementação ou atrasos, de forma a tomar ações corretivas em tempo útil; permitem também manter uma relação estreita com os promotores de projetos e discutir informalmente ideias.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Pesquisa documental:</b> análise de informação disponível. Útil para definir a estrutura básica da avaliação e identificar outras necessidades de informação.</li> <li>• <b>Autoavaliação:</b> efetuada pelo GAL, em particular pela equipa responsável pelo desenvolvimento e implementação da estratégia. Útil para verificar como o trabalho levou à mudança, com base numa situação inicial definida.</li> <li>• <b>Inquéritos:</b> focam-se na obtenção de dados quantitativos dos membros do GAL, beneficiários ou população local. Útil para recolher observações, perceções e feedback.</li> <li>• <b>Entrevistas:</b> As perguntas podem ser ajustadas e abranger elementos qualitativos e quantitativos. Útil para a avaliação de projetos, recolha de observações, perceções e feedback sobre a implementação da EDL e trabalho do GAL.</li> <li>• <b>Estudos de caso:</b> análise aprofundada de determinado assunto (projetos individuais ou implementação da EDL). Útil para complementar as abordagens de avaliação quantitativas; tendem a ser úteis para expor o motivo da mudança e capturar o valor acrescentado do DLBC não é possível apenas com números.</li> <li>• <b>Focus groups:</b> abordagem a determinado tema/questão ou segmento específico da população, uma oportunidade de diálogo, partilha de experiências e diferentes pontos de vista. Envolvem um pequeno número de indivíduos apoiados por facilitador imparcial. Útil para explorar um tópico específico ou tema de avaliação e/ou para discutir e validar descobertas iniciais; pode desempenhar papel crucial na compreensão do que está a acontecer, identificar impactos mais amplos e valor acrescentado; capitalizar o conhecimento e a experiência partilhada de modo a contribuir para decisões para o futuro.</li> <li>• <b>Peer review:</b> avaliação do trabalho de um GAL por outro; fornece um ponto de vista externo; permite manter os padrões de qualidade, melhorar o desempenho e fornecer credibilidade. Útil para receber opiniões e feedback sobre o trabalho do GAL bem como propostas de melhorias.</li> <li>• Outros</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Reporte de conclusões:</b> relatório; apresentação de conclusões nas reuniões do GAL</li> <li>• Implementação de conclusões – reforço dos resultados da EDL e melhoria do trabalho do GAL</li> <li>• <b>Comunicação de resultados:</b> materiais online e impressos, eventos e reuniões; imprensa</li> </ul>
<p>Nesta fase é relevante definir o que deve ser avaliado através de:</p>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Questões de avaliação:</b> relevância, eficácia, eficiência, utilidade e sustentabilidade das intervenções</li> <li>• <b>Indicadores:</b> informações quantitativas ou qualitativas sobre um fenómeno; pode ser usado para medir o grau em que um objetivo é alcançado</li> </ul>			

### 3.3 Síntese

- O **quadro financeiro plurianual da União Europeia**, publicado em 2018, assume um caráter renovado e direcionado para o cumprimento das prioridades estratégicas de uma União a 27. A reflexão efetuada resultou num conjunto de programas, novos e/ou revistos, orientados para (1) um maior ênfase no valor acrescentado europeu; (2) um orçamento mais racional e transparente; (3) menos burocracia para os beneficiários; (4) um orçamento mais flexível e ágil; e (5) um orçamento que produza resultados concretos.

O orçamento europeu proposto em 2018 encontrava-se estruturado por programas organizados em torno de eixos e prioridades temáticas, as quais correspondem a rúbricas da estrutura orçamental formal. Contudo, o contexto de pandemia pelo SARS-Cov2 determinou uma mudança estrutural e a nova proposta orçamental integra uma **arquitetura revista do quadro financeiro plurianual 2021-2027, reforçada por novos mecanismos** criados para dar resposta aos atuais desafios: **Novo Instrumento de Recuperação da União Europeia, de caráter temporário, o “Next Generation EU** (Pilar 1. Apoiar os Estados-Membros para a recuperação; Pilar 2. Relançar a economia da UE através dos incentivos aos investimentos privados; Pilar 3. Aprender com as lições da crise); **Orçamento europeu reforçado, que integra o Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027.**

- A **Estratégia Portugal 2030** assume a visão: “Recuperar a economia e proteger o emprego, e fazer da próxima década um período de recuperação e convergência de Portugal com a UE, assegurando maior resiliência e coesão, social e territorial” e assenta em quatro agendas temáticas: (1) As pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade; (2) Digitalização, inovação e qualificações como motores do desenvolvimento; (3) Transição climática e sustentabilidade dos recursos; (4) Um país competitivo externamente e coeso internamente.

A cada agenda temática correspondem diversos domínios estratégicos e eixos de intervenção destacando-se, pelo alinhamento com intervenção do GAL/DLBC, os seguintes:

- Agenda temática 3 — Transição climática e sustentabilidade dos recursos / Domínio estratégico “Agricultura e florestas sustentáveis”: (i) Promover o potencial económico da agricultura e seu contributo para a sustentabilidade do território; (ii) Promover a gestão sustentável das florestas e seu contributo para a sustentabilidade do território; (iii) Utilizar eficientemente os recursos nos setores agrícola, alimentar e florestal; (iv) Proteger os ecossistemas e a biodiversidade
- Agenda temática 4 — Um país competitivo externamente e coeso internamente / Competitividade e coesão na baixa densidade: (i) Promover o crescimento económico e emprego com base no potencial endógeno e nas possibilidades que o teletrabalho pode proporcionar na fixação de trabalhadores qualificados atraídos pelas características destes territórios, promovendo a valorização em toda a sua plenitude dos recursos endógenos, com particular realce para a aposta no turismo enquanto elemento agregador da estratégia de afirmação dos territórios; (ii) Conservar, proteger, promover e desenvolver o património natural e cultural; (iii) Diversificar a base económica, promovendo o

aparecimento de novas atividades geradoras de valor e criadoras de emprego; (iv) Otimizar a gestão e prestação em rede dos serviços coletivos existentes nas áreas da educação, desporto, saúde, cultura, social e de índole económica e associativa, assegurando níveis adequados de provisão de bens e serviços públicos e acesso às redes digitais, potenciando as ligações rural-urbano; (v) Potenciar o papel da economia social na gestão da rede de serviços coletivos

- A **Visão estratégica para a Região Centro 2030**, consistente com a resposta aos constrangimentos e aos desafios estruturais e capaz de valorizar recursos e capacidades de inovação, traduz-se nos seguintes desígnios: (a) Uma região que procura reforçar a sua competitividade nacional e internacional e consolidar um modelo de inovação territorial e socialmente inclusiva (...); (b) Uma região que pretende trabalhar e promover a capacitação para a resiliência dos territórios (...); (c) Uma região que ambiciona liderar a evolução para uma sociedade mais sustentável (...); (d) Uma região que procura aproveitar estrategicamente o seu sistema urbano (...); (e) Uma região capaz de organizar a oferta de qualificações e competências (...). Em termos operacionais, pretende-se consagrar nas estratégias das sub-regiões NUTS III programas de abordagem e erradicação de fragilidades e vulnerabilidades identificadas na provisão dos vários SIG, em estreita interação com os GAL-ADL que operam nos respetivos territórios.
- Os objetivos gerais da **PAC, para o período de programação 2021-2027**, visam (1) promover um setor agrícola inteligente, resiliente e diversificado, de modo a garantir a segurança alimentar; (2) apoiar a proteção do ambiente e a luta contra as alterações climáticas e contribuir para a consecução dos objetivos da União relacionados com o ambiente e o clima; e (3) reforçar o tecido socioeconómico das zonas rurais. Estes são complementados pelo objetivo transversal de modernização do setor através da promoção e da partilha de conhecimentos, da inovação e da digitalização da agricultura e das zonas rurais e dos incentivos à adoção de medidas para o efeito.
- A nível nacional, o **PEPAC para Portugal** define como visão estratégica “Uma gestão ativa de todo o território baseada numa produção agrícola e florestal inovadora e sustentável”. Entre os vários objetivos estratégicos definidos, destaca-se o OE8 - Promover o emprego, o crescimento, a igualdade de género, a inclusão social e o desenvolvimento local nas zonas rurais, nomeadamente a bioeconomia e a silvicultura sustentável, no qual se integra a atuação dos GAL / DLBC Rural. A este OE estão associadas as seguintes necessidades a nível nacional:
  - N1.8: Apoiar a manutenção e desenvolvimento da pequena e média agricultura familiar e sua integração no mercado
  - N2.8: Apoio à valorização dos recursos endógenos através de atividades complementares como o turismo nas zonas rurais, o artesanato, a cinegética e pesca em águas interiores
  - N3.8: Promover abordagens de desenvolvimento local integrado (incluindo serviços básicos às comunidades rurais)
  - N4.8: Potenciar a expansão da economia circular e da bioeconomia nomeadamente através da utilização da biomassa natural, lamas, estrumes, e de subprodutos da agroindústria e da floresta

- N5.8: Promoção de uma gestão florestal ativa e sustentável do ponto de vista económico e geradora de bens públicos ambientais/paisagem/lazer
- N6.8: Priorizar a gestão conjunta ou de escala dos espaços florestais com rentabilidade
- N7.8: Aproximar os níveis de empregabilidade e de direção empresarial entre géneros

É vaticinado que “o desenvolvimento destes territórios (OE8) deve apoiar-se no surgimento de novas atividades com maior potencial de crescimento económico, podendo a agricultura ser um elemento catalisador neste quadro pela ligação à agroindústria, turismo, produtos regionais, restauração, gastronomia, num quadro promotor da igualdade de género. Outras vias em que Portugal tem potencial são a bioeconomia, a economia circular e a silvicultura sustentável.”

- Em termos de avaliação de políticas e estratégias de desenvolvimento, o **Manual para GAL – Avaliação do DLBC**, desenvolvido pela CE, define como estruturais os seguintes passos: (i) Planeamento da avaliação: objetivo e foco; fontes e recolha de dados; ferramentas e métodos de avaliação; cronograma; recursos; funções e responsabilidades; utilização dos resultados da avaliação; (ii) Recolha de dados / informação: monitorização estratégica; reuniões do GAL: monitorização de projetos; reuniões de projetos; (iii) Definição e implementação de métodos de avaliação; (iv) Utilização das conclusões, reforço dos resultados da EDL e melhoria do trabalho do GAL; (vi) comunicação de resultados.

## 4 Contributos para a visão estratégica para o futuro – linhas estratégicas 2030

### 4.1 Aspectos metodológicos a considerar

Em termos metodológicos, embora não exista um modelo único para a elaboração da EDL e, conseqüentemente para a definição da visão estratégica de futuro, uma vez que a especificidade e as necessidades de cada território de intervenção influenciam as abordagens e os processos a adotar, é essencial assegurar:

- Um método de preparação participativo e ativamente gerido;
- O envolvimento de uma parceria devidamente estruturada;
- A participação ativa da comunidade e a sua validação e aceitação.

Dando continuidade ao trabalho desenvolvido ao longo dos vários períodos de programação financeira, pondo em prática a abordagem LEADER, considera-se relevante reforçar aspectos metodológicos chave a garantir também no desenho do período 2021-2027 e que se baseiam nas orientações da Comissão Europeia. Face ao exposto, como sintetizado na Figura 12, propõe-se que a DUECEIRA, na revalidação do seu GAL e respetiva estratégia DLBC, tenha em conta os seguintes aspetos chave:

- **Proatividade no arranque do processo**, tendo em consideração que se prevê dar continuidade à abordagem LEADER e à contratualização da gestão de apoios financeiros comunitários associados a estratégias locais fundamentadas e construídas com base nas reais necessidades das comunidades locais/rurais, é essencial que os processos sejam iniciados atempadamente garantindo o adequado envolvimento da comunidade e entidades locais e assim o sucesso dos resultados.
- **Criação de um grupo de trabalho (GT)** que acompanhe o processo de elaboração e seja corresponsável pela mobilização da comunidade e parceiros. Neste GT, liderado pela DUECEIRA, devem estar representadas entidades estratégicas, com especial destaque para as que possam ser representativas do tecido económico rural, setor social e também outras entidades, como a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, também responsável pela elaboração e implementação de estratégia de base territorial (EIDT – Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial) cuja articulação e complementaridade com a EDL é essencial. Assim, importa garantir a articulação do DLBC/EDL com a EIDT da Região de Coimbra. Neste GT deverá ser promovido um trabalho regular, pelo que é importante que haja um compromisso equivalente a tempo efetivo dedicado ao processo.
- **Caraterização e diagnóstico de contexto detalhados relacionados com a revisitação/elaboração da EDL e do quadro estratégico associado**, onde consta a visão de futuro. Considerando ser um processo de continuidade, é essencial que este diagnóstico integre a avaliação de resultados da implementação da EDL, com a necessária sistematização de fatores críticos e necessidades de correção/ajuste nos pressupostos. Assim, é fundamental que integre a dimensão quantitativa (dados estatísticos, análises de investimentos, etc.) e qualitativa com a valoração de trabalho colaborativo.
- **Definição do quadro estratégico e operacional** tendo por base a concretização das diretrizes anteriormente apresentadas e onde conste a definição da visão de futuro, objetivos e prioridades. Neste passo metodológico é essencial o reforço da participação de toda a comunidade, num esforço coletivo de

reconhecimento formal e de corresponsabilização na sua implementação e sucesso. O quadro estratégico e as medidas previstas para a sua concretização deve ser claro e realista, sendo crucial a predefinição de investimentos e apoios financeiros possíveis de mobilizar (FEADER e demais fundos da política de coesão). Torna-se também fundamental assegurar a complementaridade com as demais estratégias definidas coincidentes para o território de intervenção da DUECEIRA.

- Definição de modelo de avaliação e metas de sucesso a monitorizar.

 <b>Início do processo</b>	 <b>Abordagens / arranque</b>	 <b>Prioridades e objetivos</b>	 <b>Conclusão e organização das componentes</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Arranque atempado</b> (mesmo antes do final das negociações europeias e nacionais) que permita um trabalho local efetivo, sem comprometer a qualidade.</li> <li>• <b>Preparação</b>, com o estabelecimento de uma equipa responsável pela coordenação da pesquisa, planeamento e condução do processo de envolvimento da comunidade, etc.</li> <li>• <b>Alocação de tempo e competências</b> adequadas no desenvolvimento das tarefas (por ex. capacidades de animação e facilitação, bem como experiência em técnicas de pesquisa relevantes e desenvolvimento territorial)</li> <li>• <b>Análise preliminar de dados e fontes de informação relevantes</b> para desenvolver o perfil da área de intervenção (fontes secundárias; outras iniciativas, planos ou estratégias que abrangem o território, quer para garantir a complementaridade, quer como potenciais fontes de informação). A estruturação de um modelo com as informações necessárias é uma abordagem útil, uma vez que fornece uma base em torno da qual a análise da equipa e o pensamento inicial sobre as possíveis prioridades da EDL podem ser desenvolvidos, bem como as consultas subsequentes à comunidade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Identificação de um grupo relativamente pequeno de stakeholders locais</b> e decisão sobre a forma de envolvimento no processo, em que fase, etc. Esta consulta tem o duplo objetivo de permitir que a equipa teste e desenvolva a abordagem inicial de pesquisa, à luz do conhecimento e experiência local para explorar os principais problemas e oportunidades do território; e conhecer a opinião dos atores locais que podem apoiar o desenvolvimento da EDL.</li> <li>• <b>Ampla participação da comunidade</b> como uma prioridade no fortalecimento da relevância, adequação e capacidade resposta do GAL, EDL e alcance de resultados. Para além da informação da população, é necessário motivar e permitir a participação, assegurando que é acessível a todos. Reuniões/eventos públicos são abordagens comuns, mas o seu planeamento deve garantir que todas as partes têm oportunidade de contribuir, acautelando eventuais obstáculos (local e horário, por ex.), e desenhando métodos de trabalho que permitam que todos se sintam confortáveis a apresentar contributos (grupos de discussão, exercícios de priorização...).</li> <li>• <b>Aprofundamento e reforço do processo e análise</b> assente em aspetos temáticos, setoriais ou locais e focada em necessidades específicas ou prioridades – contributo para a SWOT; abordagem geral da EDL e identificação de objetivos e prioridades.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Análise da situação do território através de análise SWOT</b>, que pode ser levada a cabo por todo o GAL; por um grupo de trabalho específico ou pela articulação de vários (de acordo com análise setorial ou temática, se for aplicada) e apontar para ações possíveis para a acentuar as forças, mitigar as ameaças e responder às necessidades e oportunidades.</li> <li>• <b>Incentivo ao grupo para considerar sua "visão"</b>, ou seja, aquilo em que a área se pode transformar no futuro. Esta deve ser traduzida em algo mais realista e realizável, <b>objetivos SMART</b> (específicos, mensuráveis, alcançáveis, realistas/relevantes e com prazo definido). Ao pensar no que é alcançável, é útil considerar também o potencial de recursos disponíveis e o que deve ser abordado pelo GAL/DLBC ou o que deve ser feito através de outros programas. Assim, os objetivos devem ser ordenados segundo o seu contributo para atender às necessidades e oportunidades fundamentais identificadas anteriormente (a sua proporção no orçamento proposto também deve refletir esta prioridade).</li> <li>• <b>Quadro global de problemas e necessidades; objetivos</b> relacionados com essas necessidades; <b>prioridade</b> relativa e possíveis meios práticos para os alcançar.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Associação de elementos e construção de consenso</b>, através de reuniões / negociações para chegar a acordo sobre os princípios, objetivos e prioridades principais da EDL, juntamente com a proposta orçamental e composição / estrutura da parceria. Neste contexto, é necessária uma liderança forte para encorajar um compromisso real e construtivo na identificação das ligações (sinergias ou complementaridade) entre as ações e os atores, bem como para desenvolver abordagens partilhadas (normalmente, tendo como ponto de partida ações e projetos sobre os quais há acordo e construir / avançar sobre isso).</li> <li>• <b>Manutenção e reforço do impulso participativo no processo de implementação</b> - é importante encontrar projetos que apresentem resultados rápidos e projetos emblemáticos com fortes efeitos locais ou que contribuam fortemente para os objetivos da EDL. Deve ser dada alta prioridade aos projetos ou ações que se articulam e reforçam mutuamente e que, ao fazê-lo, mobilizam diferentes atores locais.</li> <li>• Ao longo de todo este trabalho, o GAL tem de estar atento à parte técnica do processo, preparando a EDL na forma final que será apresentada como candidatura a apoio LEADER/DLBC e desenvolvendo o plano operacional através do qual será implementada.</li> </ul>

Figura 12. Síntese da abordagem metodológica para o desenho e implementação de uma EDL

Fonte: ENRD, [LEADER Local Development Strategies \(LDS\) – Guidance on designing and implementation](#), 2016

## 4.2 Breve análise do contexto atual do território de intervenção

Como previamente referenciado, visando dar início à preparação do período de programação 2020-2027 e desencadear um processo de trabalho colaborativo, a DUECEIRA lançou o inquérito “Acrescentando Valor para a consolidação da Estratégia Local”. A partir deste instrumento, contando com o envolvimento dos associados/parceiros e com o seu conhecimento/experiência, foi possível fazer uma abordagem inicial ao contexto atual do território, identificar problemas/necessidades e oportunidades do território; e conhecer a opinião dos atores locais sobre as áreas estratégicas que devem ser trabalhadas posteriormente.

Os contributos recolhidos são de seguida apresentados, organizados em quatro dimensões:

### A. ADN do território

Competências e recursos do território [aspetos que estabelecem a diferenciação positiva]	Elementos de identidade do território [ativos inimitáveis]
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Paisagem e serviços ambientais</li> <li>• Património natural (em particular os recursos hídricos e florestais; biodiversidade da fauna e flora), cultural e gastronómico</li> <li>• Qualidade de vida</li> <li>• <i>Slow living</i> &amp; aldeias</li> <li>• Tecido empresarial</li> <li>• Dinâmica de trabalho em rede</li> <li>• Emprego inclusivo</li> <li>• Localização e acessibilidades</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Nota: ordenados, de acordo com o número de respostas, de forma decrescente</li> <li>• Paisagem (17)</li> <li>• Gastronomia (13)</li> <li>• Floresta (12)</li> <li>• Aldeias típicas (11)</li> <li>• Rios e ribeiras / linhas de água</li> <li>• Elemento pedra [Xisto/Arenito] (10)</li> <li>• Eventos culturais/ feiras / mostras/ festivais (7)</li> <li>• Artesanato e ofícios tradicionais (7)</li> <li>• Folclore/ Usos e costumes/ Etnografia (5)</li> <li>• Monumentos (5)</li> <li>• Museus e espaços interpretativos (3)</li> <li>• Arquitetura tradicional (3)</li> <li>• Eventos religiosos (2)</li> <li>• Outros (Desportos de montanha e ao ar livre) (1)</li> </ul>
Recursos locais efetivamente aproveitados/explorados [recursos que considera estarem a ser adequadamente valorizados/potenciados]	Potencialidades locais que carecem de valorização [recursos que considera não estarem suficientemente valorizados/potenciados]
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Gastronomia (em particular, a chanfana)</li> <li>• Aldeias do Xisto</li> <li>• Serra da Lousã</li> <li>• Artesanato</li> <li>• Produtos endógenos</li> <li>• Identidade do território</li> <li>• Turismo (rural, de aldeia e de montanha)</li> <li>• Eventos internacionais de desportos de montanha</li> <li>• Museus</li> <li>• Parques eólicos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sustentabilidade da atividade turística no território das Aldeias do Xisto</li> <li>• Promoção da cultura e identidade locais</li> <li>• Floresta (valorização e reposição da floresta; aproveitamento da biomassa florestal)</li> <li>• Serra/paisagem/património natural/biodiversidade</li> <li>• Zonas ribeirinhas e recursos hídricos (em particular, a importância dos recursos aquíferos na classificação da Serra da Lousã na Rede Natura 2000; potencial das margens do rio e ribeiras associado ao saber fazer do povo)</li> <li>• Zonas de interesse arquitetónico e histórico (classificadas ou não); Cadaval (aldeia)</li> <li>• Animação cultural</li> <li>• Artesanato</li> <li>• Recursos endógenos</li> <li>• Vias de comunicação</li> <li>• Hotelaria</li> <li>• Museus</li> <li>• Produção vínica</li> </ul>

## B. Perceção sobre a evolução do território

Limitações ao desenvolvimento do território [aspectos concretos que considera criarem constrangimentos ao desenvolvimento]	Principais mudanças verificadas no território entre 2014-2020 [mudanças que considera relevantes quer sejam positivas/negativas   internas/externas]
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acessibilidades (rodoviárias e metro). Deveria ser mais interveniente em questões de acessibilidades ao território, nomeadamente alternativa à EN 17 e Linha da Lousã. O reduzido ou inexistente financiamento nas infraestruturas principais de acessibilidade e respetivas ligações às principais rodovias.</li> <li>• Constrangimentos na área do turismo que não têm em conta a sustentabilidade da serra da Lousã enquanto área que deve ser protegida</li> <li>• Falta de incentivos específicos para o interior e adequado às necessidades do território</li> <li>• A falta de incentivos/apoios: ao envelhecimento da população e acolhimento de crianças em idade pré-escolar; realização de eventos culturais/desportivos; à revitalização do comércio local/criação de novos negócios/formação ex: e-commerce; à gestão da fileira florestal e atividades conexas; a um sistema coletivo de transporte e à economia circular.</li> <li>• Falta de divulgação de incentivos e impacto esperado junto da população mais jovem</li> <li>• Pequena escala, recursos humanos escassos e pouco qualificados</li> <li>• Falta de empreendedorismo no setor turístico, carga documental e administrativa</li> <li>• Falta capacidade de investimento em projetos mobilizadores e transformadores do território de grande escala.</li> <li>• Perda de massa crítica e insuficiência de recursos humanos, derivados da baixa demografia e envelhecimento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Alteração da dinâmica interna da Associação</li> <li>• Criação do projeto “Terras da Chanfana” como fator agregador do território como um só / assunção da marca territorial Terras da Chanfana</li> <li>• Valorização do património gastronómico</li> <li>• Coisas de cá, Olhares de Cá</li> <li>• Maior visibilidade do território, união, projetos conjuntos</li> <li>• Paisagem / destruição da floresta; catástrofe dos incêndios</li> <li>• Promoção da gastronomia e Aldeias Xisto</li> <li>• Valorização do meio rural, dos recursos endógenos, da gastronomia e potenciação do turismo e da região a nível de comunicação</li> <li>• Aposta no turismo rural (positiva), mas em demasia (caso Talasnal) acaba por perder o verdadeiro valor da origem do local</li> <li>• Crescente de atividades ao ar livre e montanha</li> <li>• Falta de incentivo e de facilitação na recuperação de habitações em aldeias</li> <li>• Diminuição de serviços públicos e de saúde</li> <li>• Disseminação do empreendedorismo nos sectores tradicionais</li> <li>• Aproveitamento dos recursos naturais e patrimoniais "Serra da Lousã"</li> <li>• Acessibilidade aldeias serranas</li> <li>• Maior articulação entre os vários concelhos e estratégias específicas por parte de DUECEIRA ao nível da promoção das suas principais marcas de produtos endógenos e do desenho da sua Estratégia comum tendo em conta as características do Território e dos seus agentes locais, numa perspetiva de ganhos de escala (exemplo: a promoção do Território e das suas principais marcas, nomeadamente a Mesa das Terras da Chanfana e sua representação em diversos eventos nacionais e internacionais)</li> </ul>

## C. Análise SWOT

Pontos fortes	Pontos fracos
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Qualidade de vida, nomeadamente condições de vida para famílias jovens</li> <li>• Taxa de natalidade e índice de população jovem</li> <li>• Recursos naturais e paisagísticos diversificados: ambiente, floresta, biodiversidade, paisagem, praias fluviais</li> <li>• Turismo local, desporto na natureza</li> <li>• Património material e imaterial</li> <li>• Marca Lousã</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Baixa densidade populacional</li> <li>• Desertificação das aldeias mais recônditas do território</li> <li>• Redução taxa natalidade</li> <li>• Necessidade de maior convergência dos municípios para a resolução de grandes questões, nomeadamente acessibilidades: EN 17, A13 e A3 e condições de acesso às aldeias na serra</li> <li>• Limitações na rede de transportes públicos</li> <li>• Falta de infraestruturas para eventos de grande dimensão</li> </ul>

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Produtos endógenos: chanfana, queijo, mel, nozes, olaria (barro vermelho)</li> <li>• Marca "Terras da Chanfana" e coordenação entre os municípios aderentes/trabalho em parceria</li> <li>• Localização central, proximidade a centros urbanos e a centros de conhecimento e saber</li> <li>• Aposta no desenvolvimento inclusivo e sustentável do território</li> <li>• Empregabilidade</li> <li>• Aldeias do xisto e seu património arquitetónico</li> <li>• Boas acessibilidades que permitem a captação de indústria e população</li> <li>• Património cultural, identidade territorial</li> <li>• Artesanato em rede (apoio na divulgação, comercialização, legalização de atividade e certificação de artesãos)</li> <li>• Políticas locais e incentivos autárquicos para captação e implantação de novas empresas nos parques industriais existentes e de apoio ao empreendedorismo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ausência de polos universitários</li> <li>• Necessidade de melhorar a atratividade e a notoriedade do território</li> <li>• Emprego e oportunidades de carreira para jovens</li> <li>• Desemprego jovem</li> <li>• Falta de empreendedorismo</li> <li>• Baixo nível de qualificação da população</li> <li>• Fragilidade do tecido empresarial</li> <li>• Falta de alojamento</li> <li>• Falta de organização para captação de investimentos tendentes a visitação do território</li> <li>• Incêndios, gestão pouco eficiente da floresta e fraco tratamento/aproveitamento dos resíduos florestais</li> <li>• Falta de escala e de público nas ações</li> <li>• Insuficiente articulação dos atores locais e regionais para iniciativas culturais, sociais e desportivas</li> <li>• Fraca internacionalização dos nossos produtos endógenos</li> </ul>
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Património natural e cultural (espaços florestais e povos serranos)</li> <li>• Capacidade para o trabalho em rede</li> <li>• Valorização da Serra da Lousã e de produtos locais</li> <li>• Empreendedorismo, criação de novos empregos - atração de jovens</li> <li>• Melhoria da sinalização dos percursos pedestres e atividades de animação</li> <li>• Condições geográficas e paisagísticas</li> <li>• Turismo e experiências turísticas associadas ao artesanato e património natural, ao desporto e a projetos sociais</li> <li>• Incentivar a produção e valorização da agricultura</li> <li>• Fundos comunitários aplicados a território de baixa densidade</li> <li>• Valorização dos territórios implica estratégias concertadas ao nível do turismo, empreendedorismo, desburocratização de decisões, atratividade do território (acessibilidades e fim de portagens na A13).</li> <li>• Proximidade a Instituições de Ensino Superior e de Investigação</li> <li>• Rede das Aldeias do Xisto</li> <li>• Proximidade aos centros de investigação e desenvolvimento, identidade territorial, gerar atratividade para viver, investir e trabalhar no território</li> <li>• Aproximação do novo QCA e Programas de Recuperação, entre outros apoios tendentes ao investimento, na área das acessibilidades para alavancagem de investimentos externos ao território e o interesse no seu povoamento por parte de famílias estimulando ao Emprego, Comércio e a Agricultura de subsistência com vista à melhoria da qualidade dos nossos produtos endógenos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de investimento nos territórios do interior</li> <li>• Alterações climáticas</li> <li>• Despovoamento</li> <li>• Falta de acessibilidades impede o crescimento populacional e fixação de empresas que valorizem economicamente o território</li> <li>• Falta de capacidade para fixar jovens qualificados</li> <li>• Percursos pedestres não dinamizados, falta de hotéis/hostels</li> <li>• Fraca qualificação e nível de escolaridade</li> <li>• Concorrência de outros territórios</li> <li>• População envelhecida e cada vez menor</li> <li>• Desertificação e falta de gestão da zona florestal</li> <li>• Falta de indústria</li> <li>• Espécies invasoras e nemátodo da madeira do pinheiro</li> <li>• Incêndios e tempestades causadas por chuvas e ventos fortes que afetam fortemente os recursos endógenos, assim como a atual pandemia (COVID-19) com proporções incomensuráveis de danos pessoais/físicos, estruturais que afetam a economia e toda a cadeia de valor representada</li> </ul>

## D. Contributo para a visão estratégica

### 1. Cadeia de Valor do Território [Na perspetiva da entidade que representa qual deveria ser a aposta central para o Desenvolvimento harmonioso do Território?]

- Novos conceitos e práticas de cidadania;
- Territórios educativos;
- Inclusão;
- Floresta e serviços ambientais;
- Economia circular;
- Turismo sustentável;
- Gastronomia;
- Produtos endógenos;
- Caprinicultura (não há produto suficiente para as necessidades);
- Acessibilidades;
- Qualidade de vida;
- Serviços mais atrativos tanto para os residentes, como visitantes e investidores, assente em dinâmicas sustentáveis/adequadas, para um desenvolvimento coeso e harmonioso ao território.

### 2. Na perspetiva da Entidade que representa quais deveriam ser as áreas preferenciais de atuação da DUECEIRA no próximo período de programação 2020-2027?

	Nº	%
Gestão de apoios e incentivos para áreas específicas (p.e. agricultura, micro e pequenas empresas, economia social, associativismo, pequenas infraestruturas de animação, etc.) no que concerne a apreciação e decisão de candidaturas, acompanhamento e análise da execução dos projetos	13	76,5
Intervenção no âmbito da proteção florestal e prevenção de catástrofes	10	58,8
Marketing territorial (dinamização de processos e ações de promoção e valorização do território e dos seus recursos endógenos, como é ex. a Marca "Terras da Chanfana")	9	52,9
Animação territorial (dinamização de projetos e iniciativas mobilizadoras das populações)	8	47,1
Formação, capacitação e sensibilização para áreas específicas (conferir mais competências e capacidades às comunidades no âmbito das suas áreas de intervenção)	8	47,1
Comunicação e divulgação de medidas, projetos e iniciativas no âmbito das suas áreas de intervenção	7	41,2
Ações de envolvimento das comunidades para temáticas cruciais ao desenvolvimento do território (p.e. fóruns e tertúlias para reflexão e discussão)	7	41,2
Intermediação e negociação no âmbito das políticas locais com os organismos tutelares	6	35,3
Cooperação: dinamização de projetos inter territoriais e transnacionais	6	35,3
Promoção de redes de intervenção e colaboração	6	35,3
Outra (a)	1	5,9

(a) Apoio ao associativismo e ao sector social e empresarial

**3. Prioridades estratégicas para o território - Espaço de ideias [Na opinião da entidade que representa o que deve mudar ou ser introduzido no território?]**

- Novos conceitos, serviços, produtos/boas práticas/exemplos de projetos locais e supra municipais
- Políticas de desenvolvimento do território
- Promoção de projetos de intensificação da identidade territorial e melhoria dos acessos ao território, através de políticas convergentes dos atores do território
- Intervenção ao nível dos apoios sociais (IPSS)
- Políticas de apoio e incentivo ao empreendedorismo no setor turístico
- Novos conceitos de promoção e divulgação do território.
- Sensibilizar para a gestão do espaço florestal e a sua rentabilidade
- Apostar na diplomacia para atração de investidores, visitantes e novos residentes
- Aproveitamento da biomassa florestal, criação de uma horta comunitária
- Continuidade da gestão de apoios e Incentivos para noutras áreas (criação de micro-investimentos, apoio ao comércio local/lojas tradicionais) e dinamização de projetos internacionais que reconheçam e premeiem o Território, como incentivo interno a todos os seus habitantes

### 4.3 Desafios e prioridades para o desenvolvimento local no território de intervenção da DUECEIRA

Resultado da reunião de trabalho com a DUECEIRA, dos contributos recolhidos de associados e parceiros e dos resultados positivos aferidos nos relatórios de execução anuais e no relatório de avaliação intercalar da EDL, conclui-se que os eixos, objetivos estratégicos e específicos mantêm-se atuais, importando garantir a sua continuidade e reforço do trabalho na sua concretização.

Para o alcance do objetivo estratégico/premissa central da EDL “Bem-estar das comunidades visando o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo do Território”, mantêm-se a pertinência de:

- Conferir prestígio ao Território<sup>23</sup> | Eixo prioritário/Objetivo específico 1
  - Consolidação da identidade do território em torno dos seus ícones e elementos de união, com suporte no conceito transversal “Região Solidária”.
  - Reordenamento e refuncionalização do espaço rural. Proteção e valorização dos recursos endógenos do território. Aumento da sua atratividade, acessibilidade e sustentabilidade.
  - Valorização do património rural na ótica do interesse público e como recurso turístico. Recuperação de práticas e tradições rurais.
  - Certificação do território – enquanto espaço de excelência – numa perspetiva articulada ao nível dos seus agentes/recursos/atividades/produtos.
- Valorizar pessoas e organizações<sup>24</sup> | Eixo prioritário/Objetivo específico 2
  - Promoção da autoestima pessoal, profissional e territorial e de atitudes pró-ativas de empreendedorismo e de solidariedade numa lógica de inclusão e Bem-estar das comunidades locais.
  - Aquisição e desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais dos agentes locais. Apoio à criação de autoemprego. Investimento na educação formal, não-formal e informal, formação profissional e aprendizagem inter-geracional e ao longo da vida.
  - Estímulo às parcerias locais e trabalho em rede.
  - Realização de ações concertadas de animação territorial. Criação de sinergias económicas e socioculturais.
- Qualificar recursos, atividades e produto<sup>25</sup> | Eixo prioritário/Objetivo específico 3
  - Estímulo à investigação e inovação conceptual e tecnológica e sua aplicação ao local. Produção de conhecimento e acréscimo de valor aos recursos, atividades e produtos.
  - Qualificação e certificação de produtos e serviços.
  - Estímulo à atividade agrícola e novas práticas associadas. Valorização e promoção de “produtos da terra” e sua comercialização.
  - Promoção do turismo criativo e diferenciado enquanto área de intervenção prioritária e estruturante do território.

<sup>23</sup>Valorizar o território nas suas diferentes componentes enquanto instrumento para o desenvolvimento sustentável.

<sup>24</sup>Estimular a autoafirmação, coesão e integração social através da inclusão ativa e criando condições para a permanência das populações.

<sup>25</sup>Qualificar e diversificar produções e abordagens que reforcem a economia rural e sejam o garante de crescimento económico e suporte de desenvolvimento sustentável.

- Estímulo ao ordenamento da fileira florestal e das energias renováveis associadas à biomassa, eólicas, etc., à eficiência de recursos e descarbonização do território.
- Estimular o empreendedorismo e iniciativa local<sup>26</sup> | Eixo prioritário/Objetivo específico 4
  - Estímulo ao empreendedorismo qualificado e criativo em setores tradicionais da economia.
  - Dinamização do investimento empresarial e incentivo à diversificação da atividade económica local.
  - Estímulo à criação de autoemprego e emprego sustentável. Qualificação do tecido empresarial.
  - Apoio à divulgação e promoção de bens e serviços prestados pelas empresas locais e criação de novos circuitos de comercialização.
  - Promoção do acesso a novas oportunidades de mercados locais, regionais e nacionais. Apoio à internacionalização das empresas.
  - Fortalecimento das redes de cooperação institucionais, empresariais e territoriais.

A pertinência identificada é corroborada pelo alinhamento com as orientações macro relativas a prioridades estratégicas de desenvolvimento para o período 2021-2027, conforme se apresenta na Tabela 8. **Contudo, verifica-se como crucial a incorporação de agendas prioritárias, designadamente a agenda climática, a digitalização e a coesão demográfica e social, que se afiguram como transversais a todos os Eixos/Objetivos específicos da EDL. De ressaltar que os ativos/recursos do território onde se incluem a floresta, os recursos naturais e paisagísticos e os recursos endógenos devem manter-se como pilares prioritários na estratégia de desenvolvimento 2021-2027, na medida em que o seu uso e gestão sustentável é determinante, não só como importantes contributos para a agenda climática, mas também para a resiliência económica e social das comunidades rurais.**

Face ao exposto, mantendo-se a incontornável relevância da Estratégia DLBC DUECEIRA2020 e o seu contributo para o desenvolvimento socioeconómico do território de intervenção, importa que na definição da visão de futuro sejam incorporados novos desafios e prioridades globais que se afirmam como relevantes para a coesão e competitividade, com destaque para os seguintes:

- i. Promover o potencial económico da agricultura (incluindo a agricultura biológica) e das florestas e o seu contributo para a sustentabilidade do território;
- ii. Apoiar o setor primário e a aproximação do produtor ao consumidor final por forma a facilitar cadeias de valor com maior retenção de proveitos na origem e uma comercialização e escoamento mais sustentável (do prado para o prato);
- iii. Promover a aproximação entre produtores/associações de produtores e centros de IDI, potenciando a diversificação de atividades e produtos;
- iv. Promover a qualificação e especialização atendendo aos novos desafios tecnológicos e sociais associados à transição digital e que se apresentam em múltiplos domínios (ex. presença das empresas rurais no contexto *online*, adequação de cadeias de distribuição, novos modelos de serviços públicos – formação, apoio social, saúde, etc.);

---

<sup>26</sup>Promover uma base económica inovadora e competitiva.

- v. Apoiar projetos de configuração de modelos de negócio digitais para a valorização dos recursos endógenos;
- vi. Reforçar a cobertura territorial da rede de telecomunicações que serve a região e a promover a digitalização de serviços;
- vii. Preservar e valorizar a natureza e a biodiversidade e promover os serviços ligados aos ecossistemas;
- viii. Revitalizar o património cultural e identitário e valorizar o património edificado na ativação de novas dinâmicas socioeconómicas;
- ix. Promover a economia circular no setor primário e a diminuição de desperdício em toda a cadeia de valor dos produtos;
- x. Promover dinâmicas de inovação turística (organizacionais, de modelo de negócio, de integração de novos recursos para a sustentabilidade, de maior intensidade de incorporação de conhecimento);
- xi. Implementar estratégias locais de atração de jovens qualificados e estrangeiros ao território, através da promoção deste como espaço ideal para investimento e residência segura, com qualidade de vida;
- xii. Promover uma oferta sustentada de serviços de interesse geral e equipamentos públicos que dê resposta às necessidades da população local, nomeadamente a população mais idosa, e seja potenciador de uma maior atratividade e capacidade de reter novos residentes;
- xiii. Promover um ecossistema empreendedor que apoie a criatividade, o crescimento de atividades existentes e suporte novas ideias de negócio, potenciando sinergias entre empresas/empresários e a criação de emprego, progressivamente mais qualificado;
- xiv. Reforçar medidas de discriminação positiva que auxiliem um processo sustentado de atração e fixação de novos residentes, incluindo estrangeiros, e facilite o desenvolvimento/crescimento de empresas e de sinergias entre estas.

Tabela 8. Relação entre o Quadro Estratégico da Estratégia DLBC Dueceira2020 e as Orientações macro relativas a estratégias de desenvolvimento

QUADRO ESTRATÉGICO DA EDL DUECEIRA 2020	Objetivo Específico 1. Conferir prestígio ao Território <sup>27</sup>				Objetivo Específico 2. Valorizar pessoas e organizações <sup>28</sup>				Objetivo Específico 3. Qualificar recursos, atividades e produto <sup>29</sup>					Objetivo Específico 4. Estimular o empreendedorismo e iniciativa local <sup>30</sup>					
	OO1	OO2	OO3	OO4	OO5	OO6	OO7	OO8	OO9	OO10	OO11	OO12	OO13	OO14	OO15	OO16	OO17	OO18	OO19
<b>ESTRATÉGIAS 2030 E PRINCIPAIS DOMÍNIOS/OBJETIVOS</b>																			
<b>PAC (objetivos específicos)</b>																			
i. Apoiar os rendimentos e a resiliência das explorações agrícolas viáveis em toda a UE (...)		♦♦♦	♦♦	♦♦♦	♦	♦	♦	♦	♦♦	♦♦♦	♦♦♦	♦♦	♦	♦♦♦	♦♦♦	♦♦	♦♦	♦♦	♦♦
ii. Reforçar a orientação para o mercado e aumentar a competitividade com maior incidência na investigação, na tecnologia e na digitalização					♦	♦	♦♦	♦	♦♦♦	♦♦♦	♦♦	♦♦	♦	♦♦♦	♦♦♦	♦♦♦	♦♦	♦♦♦	♦♦♦
iii. Melhorar a posição dos agricultores na cadeia de valor	♦	♦♦♦	♦♦	♦♦	♦	♦	♦♦	♦♦	♦♦	♦♦♦	♦♦	♦♦	♦	♦♦	♦♦	♦♦	♦♦	♦♦	♦♦
iv. Contribuir para a adaptação às alterações climáticas (...)		♦♦		♦♦									♦♦♦						
v. Promover o desenvolvimento sustentável e uma gestão eficiente de recursos naturais (...)		♦♦		♦♦									♦♦♦						
vi. Contribuir para a proteção da biodiversidade (...)		♦♦	♦	♦♦		♦				♦	♦♦	♦♦	♦♦♦			♦			
vii. Atrair os jovens agricultores e facilitar o desenvolvimento das empresas nas zonas rurais	♦	♦♦♦	♦♦	♦	♦♦	♦♦	♦♦♦	♦♦	♦♦	♦♦	♦♦	♦♦	♦	♦♦♦	♦♦♦	♦♦♦	♦	♦	♦
viii. Promover o emprego, o crescimento, a inclusão social e o desenvolvimento local nas zonas rurais, nomeadamente a bioeconomia e a silvicultura sustentável	♦	♦♦♦	♦♦	♦	♦♦	♦♦	♦♦♦	♦♦	♦♦	♦♦	♦♦	♦♦	♦♦♦	♦♦♦	♦♦♦	♦♦♦	♦	♦	♦
ix. Melhorar a resposta dada pela agricultura europeia às exigências da sociedade em matéria de alimentação e de saúde (...)			♦	♦♦					♦♦	♦♦	♦♦					♦	♦♦	♦♦	♦♦
<b>Estratégia Portugal 2030 (agendas temáticas e domínios estratégicos)</b>																			
<b>1 — As pessoas</b>																			
<b>primeiro: um</b>																			
<b>melhor equilíbrio</b>																			
<b>demográfico,</b>																			
Sustentabilidade demográfica	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦						♦	♦	♦	♦	♦	♦
Promoção da inclusão e luta contra a exclusão	♦♦♦				♦♦♦	♦♦		♦♦						♦	♦	♦			♦
Resiliência do sistema de saúde																			

<sup>27</sup> OO1. Consolidação da identidade do território em torno dos seus ícones e elementos de união, com suporte no conceito transversal “Região Solidária”; OO2. Reordenamento e refuncionalização do espaço rural. Proteção e valorização dos recursos endógenos do território. Aumento da sua atratividade, acessibilidade e sustentabilidade; OO3. Valorização do património rural na ótica do interesse público e como recurso turístico. Recuperação de práticas e tradições rurais; OO4. Certificação do território – enquanto espaço de excelência – numa perspetiva articulada ao nível dos seus agentes/recursos/atividades/produções.

<sup>28</sup> OO5. Promoção da autoestima pessoal, profissional e territorial e de atitudes pró-ativas de empreendedorismo e de solidariedade numa lógica de inclusão e Bem-estar das comunidades locais; OO6. Aquisição e desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais dos agentes locais. Apoio à criação de autoemprego. Investimento na educação formal, não-formal e informal, formação profissional e aprendizagem inter-geracional e ao longo da vida; OO7. Estímulo às parcerias locais e trabalho em rede; OO8. Realização de ações concertadas de animação territorial. Criação de sinergias económicas e socioculturais.

<sup>29</sup> OO9. Estímulo à investigação e inovação conceptual e tecnológica e sua aplicação ao local. Produção de conhecimento e acréscimo de valor aos recursos, atividades e produtos; OO10. Qualificação e certificação de produtos e serviços; OO11. Estímulo à atividade agrícola e novas práticas associadas. Valorização e promoção de “produtos da terra” e sua comercialização; OO12. Promoção do turismo criativo e diferenciado enquanto área de intervenção prioritária e estruturante do território; OO13. Estímulo ao ordenamento da fileira florestal e das energias renováveis associadas à biomassa, eólicas, etc., à eficiência de recursos e descarbonização do território.

<sup>30</sup> OO14. Estímulo ao empreendedorismo qualificado e criativo em setores tradicionais da economia; OO15. Dinamização do investimento empresarial e incentivo à diversificação da atividade económica local; OO16. Estímulo à criação de autoemprego e emprego sustentável. Qualificação do tecido empresarial; OO17. Apoio à divulgação e promoção de bens e serviços prestados pelas empresas locais e criação de novos circuitos de comercialização; OO18. Promoção do acesso a novas oportunidades de mercados locais, regionais e nacionais. Apoio à internacionalização das empresas; OO19. o Fortalecimento das redes de cooperação institucionais, empresariais e territoriais.

QUADRO ESTRATÉGICO DA EDL DUECEIRA 2020		Objetivo Específico 1. Conferir prestígio ao Território <sup>27</sup>				Objetivo Específico 2. Valorizar pessoas e organizações <sup>28</sup>				Objetivo Específico 3. Qualificar recursos, atividades e produto <sup>29</sup>					Objetivo Específico 4. Estimular o empreendedorismo e iniciativa local <sup>30</sup>					
ESTRATÉGIAS 2030 E PRINCIPAIS DOMÍNIOS/OBJETIVOS		OO1	OO2	OO3	OO4	OO5	OO6	OO7	OO8	OO9	OO10	OO11	OO12	OO13	OO14	OO15	OO16	OO17	OO18	OO19
<b>maior inclusão, menos desigualdade</b>	Garantia de habitação condigna e acessível																			
	Combate às desigualdades e à discriminação	◆◆◆				◆◆◆	◆◆	◆◆	◆◆						◆	◆	◆			◆
<b>2 — Digitalização, inovação e qualificações como motores do desenvolvimento</b>	Promoção da sociedade do conhecimento						◆◆			◆◆	◆◆		◆◆		◆◆					◆◆
	Digitalização e inovação empresarial		◆	◆	◆◆	◆	◆◆	◆◆	◆	◆◆	◆◆	◆◆	◆		◆◆	◆◆	◆◆			◆◆
	Qualificação dos recursos humanos		◆	◆	◆◆	◆	◆◆	◆◆	◆	◆◆	◆◆	◆◆	◆		◆◆	◆◆	◆◆			◆◆
	Qualificação das instituições		◆	◆	◆◆	◆	◆◆	◆◆	◆	◆◆◆	◆◆	◆◆◆	◆		◆◆	◆◆	◆◆			◆◆
<b>3 — Transição climática e sustentabilidade dos recursos</b>	Descarbonizar a sociedade e promover a transição energética		◆							◆				◆◆◆			◆			◆
	Tornar a economia circular		◆					◆	◆	◆◆	◆	◆		◆◆		◆		◆		
	Reduzir os riscos e valorizar os ativos ambientais	◆	◆◆	◆◆	◆◆						◆◆	◆◆	◆◆	◆◆◆				◆	◆	
	Agricultura e florestas sustentáveis	◆◆	◆◆	◆◆	◆◆					◆◆	◆	◆◆◆	◆◆	◆◆◆	◆◆	◆◆	◆◆	◆◆	◆◆	◆◆
	Economia do mar sustentável																			
<b>4 — Um país competitivo externamente e coeso internamente</b>	Competitividade das redes urbanas																			
	Competitividade e coesão na baixa densidade	◆◆◆	◆◆◆	◆◆◆	◆◆◆	◆◆	◆◆	◆◆	◆◆	◆◆◆	◆◆◆	◆◆◆	◆◆◆	◆◆◆	◆◆◆	◆◆◆	◆◆◆	◆◆◆	◆◆◆	◆◆◆
	Projeção da faixa atlântica																			
	Inserção territorial no mercado ibérico																			
<b>Visão para a Região Centro 2030 (prioridades estratégicas e linhas de ação)</b>																				
1. Reforçar e diversificar territorialmente as dinâmicas de inovação		◆	◆	◆	◆	◆◆	◆◆	◆◆	◆◆	◆◆◆	◆◆◆	◆◆	◆◆◆	◆◆	◆◆◆	◆◆	◆	◆◆	◆	◆
2. Promover a melhoria das condições de conectividade digital e de mobilidade em geral		◆◆◆																		
3. Valorizar e densificar o sistema urbano regional																				
4. Combater as fragilidades e vulnerabilidades de diferentes tipos de territórios da região	◆	◆◆	◆◆	◆◆	◆◆	◆◆	◆◆	◆◆	◆◆	◆◆	◆◆	◆◆	◆◆	◆◆	◆◆	◆◆	◆◆	◆◆	◆◆	◆◆
5. Adaptar proativamente a região à emergência climática e à descarbonização		◆◆		◆◆									◆◆◆							
6. Acelerar a conceção e operacionalização de respostas a novos e velhos problemas sociais	◆◆◆	◆	◆	◆	◆◆◆	◆◆	◆◆	◆◆	◆◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆◆	◆	◆	◆
7. Promover e reforçar a melhoria de qualificações de ativos e de população em geral						◆◆◆	◆	◆												
8. Promover as melhores condições para a internacionalização e cooperação internacional		◆		◆◆		◆◆	◆◆	◆	◆◆	◆	◆	◆◆			◆◆	◆◆	◆◆	◆◆◆	◆◆◆	◆◆◆

Legenda: ◆ Alinhamento ténue ◆◆ Alinhamento médio ◆◆◆ Alinhamento forte / significativo

#### 4.4 Quadro estratégico da EDL 2030

A DUECEIRA iniciou o processo de estruturação da EDL/visão de futuro para o período 2030, pelo que o exercício seguinte configura uma visão externa sobre a abordagem/ações que deverão ser desenvolvidas pelo GAL. Importa referir que ainda não foi aferida a situação atual do território de intervenção, pelo que a proposta que agora se apresenta advém da elevada pertinência de todos os objetivos específicos e operacionais da atual Estratégia DLBC DUECEIRA2020 e da sua relação com os principais domínios/objetivos estratégicos das orientações macro relativas a estratégias de desenvolvimento (ver Tabela 8).

Perante o exposto, **para a definição da visão para o futuro e, conseqüentemente, do quadro estratégico da EDL, assente nos elementos que definem o ADN do território – gastronomia; paisagem serrana; artesanato peculiar; experiência de trabalho em comum – sugere-se a avaliação e incorporação das seguintes propostas de objetivos específicos/operacionais:**

1. Contribuir para a **sustentabilidade demográfica**, para a inclusão social e para o combate às desigualdades e à discriminação;
2. **Atrair novos residentes e facilitar o desenvolvimento das empresas nas zonas rurais**, nomeadamente no setor agrícola, florestal, do turismo e complementares;
3. Promover e **reforçar a conectividade digital** como requisito essencial para a garantia da qualidade de vida das comunidades locais e para a atração de pessoas e empresas;
4. Apoiar mudanças estruturais que contribuam para a **adaptação às alterações climáticas** e para a atenuação dos seus efeitos, para a promoção da **transição e eficiência energética e da mobilidade sustentável**, tendo em consideração as características e especificidades do território de intervenção – relações territoriais, atividades económicas associadas às áreas de especialização do território, nomeadamente a agricultura e o turismo;
5. Contribuir para a **proteção dos ecossistemas** e da **biodiversidade**, melhorar os serviços ligados aos mesmos e preservar os *habitats* e as paisagens;
6. Promover e desenvolver o **património natural, cultural e arquitetónico**, garantindo o equilíbrio e sustentabilidade das atividades económicas associadas a estes recursos, nomeadamente atividades agrícolas e complementares;
7. Contribuir para o desenvolvimento sustentável, para a **gestão eficiente da energia, dos recursos naturais, incluindo dos recursos nos setores agrícola, alimentar e florestal**;
8. Contribuir para a **diversificação da base económica**, promovendo o (i) aparecimento de novas atividades geradoras de valor e criadoras de emprego, que potenciem economicamente a agricultura e a gestão sustentável das florestas, incorporando novos desafios, nomeadamente a bioeconomia e a silvicultura sustentável; e (ii) a logística sustentável de escoamento e comercialização das produções, aproximando o consumidor do produtor;
9. Promover a **qualificação dos recursos humanos e das instituições** e a **digitalização e inovação empresarial**, simplificando processos e criando modelos flexíveis nestes domínios que respondam às necessidades das comunidades e das empresas;

10. Reforçar a estratégia de *marketing* territorial visando aumentar a visibilidade e atratividade do território para turistas, visitantes, novos residentes e atividades económicas.

Para que a EDL DUECEIRA 2030 seja efetivamente um motor de desenvolvimento, é essencial que a gestão dos apoios/fundos comunitários seja alinhada com a visão de futuro e a estratégia definida para o território de intervenção.

Importa relevar que o reforço da aposta em redes de cooperação e parcerias estratégicas é de extrema relevância estratégica para o sucesso da EDL e para a captação de novas oportunidades e projetos em rede, à escala nacional e internacional.

Ainda de reiterar a importância de articulação com outras abordagens estratégicas realizadas ou a realizar para o território, tornando-as complementares entre si e, muito importantes perceptíveis para o cidadão/empresas/entidades locais.

## 5 Contributos para a avaliação contínua da Estratégia DLBC Rural

### 5.1 Aspetos metodológicos a considerar

O processo de monitorização e avaliação da estratégia DLBC e do trabalho do GAL a esta associado é uma responsabilidade basilar da DUECEIRA, com a colaboração das entidades parceiras, devendo ser desenhado e /ou revalidado durante a preparação da estratégia, tal como proposto no Manual para GAL e GAL-Pescas – Avaliação do DLBC. Assumir o processo de monitorização e avaliação como uma **atividade contínua** (Figura 13) é essencial para o sucesso dos resultados, uma vez que, se planeado em conjunto com a EDL, possibilita que os objetivos estratégicos e as metas sejam realistas e mensuráveis e que o sistema de recolha de dados necessários (incluindo o cenário de referência/linhas de base) seja desenhado coletivamente e, como tal, incorporado por todos os parceiros nas suas dinâmicas e atividades, poupando tempo e recursos *à posteriori* na sensibilização para a sua importância e operacionalização.

Monitorizar e avaliar o impacto da implementação do trabalho do GAL, nomeadamente através da implementação da EDL, é reconhecidamente um desafio que obriga a uma abordagem proativa e sistémica, mas que pode ser crucial para o desenvolvimento sustentado do território da DUECEIRA e para a deteção de novas necessidades e, consequentemente, para o reforço da capacidade de negociação de novos projetos e financiamentos.

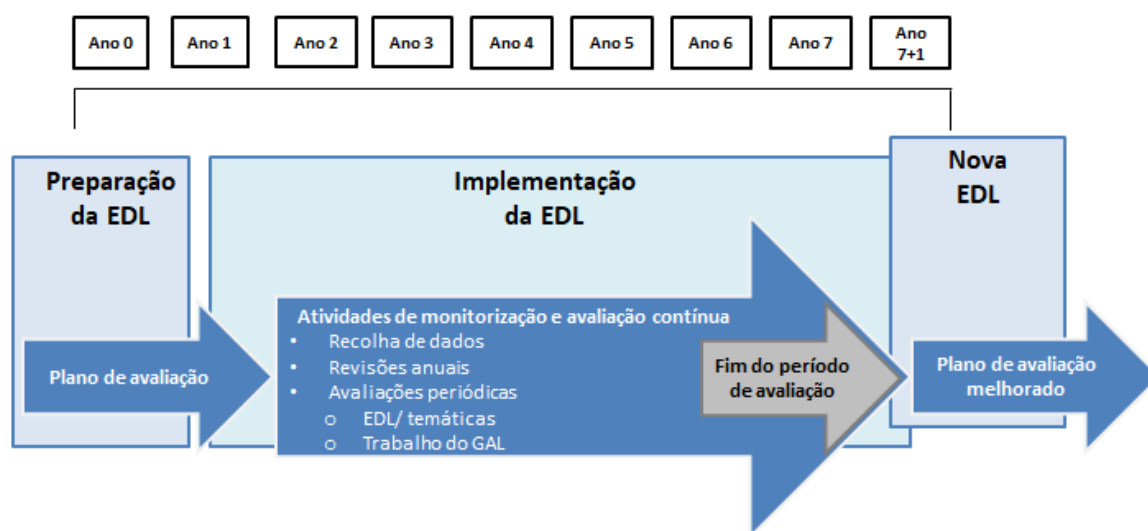


Figura 13. Cronograma proposto para o planeamento e implementação da avaliação

Fonte: adaptado de CE, Manual para GAL e GAL-Pescas – Avaliação do DLBC, 2018

Face ao exposto, propõe-se que a avaliação seja entendida como um processo que tem uma função sumativa (responsabilização e transparência) e uma função formativa (aprendizagem coletiva), e que deve ser executada de forma contínua, **podendo e devendo ultrapassar o âmbito das disposições legais aplicáveis ao acompanhamento e à avaliação das estratégias de DLBC**<sup>31</sup>, tal como já tem vindo a ser realizado pelo GAL DUECEIRA. Isto é, para além da incidência obrigatória da avaliação (coerência e pertinência da estratégia; contributos das operações do DLBC

<sup>31</sup> Artigo 33º e 34.º do Regulamento (UE) n.º 1303/2013 (Disposições comuns aplicáveis ao FEDER, FSE, FEADER e FEAMP); Regulamento (UE) n.º 808/2014 (normas dos programas de desenvolvimento rural); Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de Setembro (modelo de governação dos FEEL para o período de 2014-2020); Portaria n.º 418/2015, de 10 de dezembro (regime de aplicação da ação n.º 10.4, «Funcionamento e animação», integradas na «Medida n.º 10 - LEADER», do PDR 2020)

para o cumprimento da estratégia e análise dos fatores de sucesso e insucesso, realizada num contexto de avaliação de execução - relatórios anuais de execução apresentados à AG PDR 2020), importa também ter uma perspetiva mais abrangente dos exercícios de monitorização e avaliação, nomeadamente através da (i) medição de indicadores de caracterização social, ambiental e económica do território, verificando o seu desempenho ao longo dos últimos anos e cruzando esta informação com apoios disponibilizados e com fatores externos registados, e (ii) mobilização, para o efeito, de entidades estratégicas, nomeadamente outras entidades que sejam responsáveis por outras estratégias de base territorial com incidência no território de intervenção da DUECEIRA; permitindo uma **melhoria contínua na implementação da EDL e do envolvimento de todos os agentes do território**.

Neste contexto é exemplar o trabalho que tem vindo a ser realizado pelo GAL DUECEIRA e o processo desencadeado, no início de 2020, para o envolvimento de associados/parceiros e comunidade na realização de uma análise crítica ao trabalho desenvolvido ao longo do atual período de programação e de uma reflexão sobre o futuro da EDL, ao qual deve ser dada continuidade, quer na fase final de implementação da presente estratégia e de transição, quer na fase de arranque e implementação da EDL pós-2020.

Com base no exposto, e como expresso nas “Orientações para a avaliação das EDL”, os elementos indispensáveis para o (re)desenho do processo de avaliação são:

- **Lógica de intervenção**, que deve ser (re)definida e constitui a ligação lógica entre os objetivos a cumprir, tendo presente as necessidades e as potencialidades identificadas, e as opções políticas / estratégicas a alcançar e, como tal, norteia o exercício de monitorização e avaliação.
- **Indicadores de contexto, de realização, de resultado, de impacto**, que correspondem aos dados quantitativos e/ou qualitativos a aferir regular e ininterruptamente, uma vez que deste processo decorre a possibilidade de medir e demonstrar as evidências de realizações e do cumprimento de objetivos e de impactos no contexto de intervenção (devem abranger, entre outras as dimensões económica, social e ambiental). Os indicadores devem ter características **SMART**:
  - **Specific** (específico): claros e não permitir qualquer tipo de interpretação dúbia ou controversa;
  - **Measurable** (mensurável): mensuráveis (quantitativa ou qualitativamente; o que não pode ser medido, não pode ser avaliado);
  - **Attainable** (atingíveis): realizáveis. Atendendo aos fatores de contexto e recursos alocados à estratégia, é essencial que as metas atribuídas aos indicadores sejam realistas e alcançáveis;
  - **Relevant** (relevante): em linha com os resultados esperados da implementação da estratégia;
  - **Time bound** (limite no tempo): com um prazo associado à sua realização.

Enquanto os dados sobre a execução física e financeira da EDL devem respeitar o estabelecido no sistema de informação do PDR2020, sugere-se que outros indicadores sejam definidos e o seu desempenho analisado pelo GAL, utilizando as metodologias consideradas mais adequadas.

- **Questões de avaliação (QA)**, que ajudam a estruturar o processo de avaliação, devendo estar diretamente ligadas aos resultados esperados. Para que as QA tenham uma definição o mais concreta possível, há que definir também critérios de avaliação, os quais especificam o êxito de determinado domínio de intervenção e ajudam na resposta à QA. De cada questão de avaliação resulta um ou mais critérios de apreciação, e de cada critério de avaliação resulta um ou mais indicadores de realização e de resultado.

Assim, é importante que estes aspetos-chaves sejam delimitados com clareza desde o início do processo, de forma a garantir a coerência da avaliação ao longo de todo o período de implementação da estratégia, bem como o compromisso de todas as partes envolvidas.

## 5.2 Propostas de instrumentos de avaliação

Uma vez que a conceção da EDL para o futuro se encontra numa fase de arranque, como previamente exposto, sugere-se que o plano/sistema de avaliação e monitorização seja desenvolvido em simultâneo, de forma a assegurar que traduz as prioridades da estratégia e que permite aferir a evolução do território em relação ao cenário de partida, os resultados e o impacto da implementação da EDL.

Assim, o exercício metodológico que, de forma exploratória, se propõe pode ser entendido como uma ferramenta de apoio às atividades/tarefas a desenvolver no âmbito de diversas etapas do processo de avaliação, apresentando-se as seguintes propostas de instrumentos que podem ser incorporados no sistema de monitorização e avaliação:

- **Criação ou validação de uma bateria de indicadores de caracterização de contexto do território de intervenção, alinhada com o quadro estratégico e com as respetivas linhas de atuação que serão operacionalizadas:** sugere-se desde já que se possam considerar temas como a demografia, economia, ambiente e mercado de trabalho, ou outros que se alinham com o definido estrategicamente e que servirão de suporte às orientações estratégicas da EDL. Estes dados/informações correspondem a indicadores de contexto que podem ser de natureza quantitativa ou qualitativa e poderão ser recolhidos através de fontes oficiais produtoras de estatísticas ou outros dados relevantes (INE, IEFP, ICNF, APA, ISS, etc.) ou através de recolhas diretas (com recurso a inquéritos ou entrevistas a agentes do território/parceiros).

Sugere-se a constituição de uma base de dados, simples e intuitiva ( Figura 14) organizada com recurso a ferramentas TIC, de fácil utilização e atualização, permitindo verificar periodicamente as evoluções de contexto. Constitui, assim, um mecanismo de monitorização e avaliação essencial para a proposta seguinte (criação do Observatório da EDL).

Tema:							
Id Indicador	Fonte de recolha	Método de recolha	Periodicidade de recolha	Metas	Registo de valores		
				Ano x, y, z	Ano 0 (arranque da EDL de ref <sup>a</sup> )	Ano 1	Ano 2, 3, 4, n

Figura 14. Exemplo de modelo de suporte à recolha de informação / indicadores de contexto

- **Criação do Observatório da EDL da DUECEIRA:** ferramenta de avaliação/apresentação do ponto de situação de um determinado contexto, constituída por um conjunto de indicadores passíveis de serem medidos e monitorizados, utilizada para aferir evoluções sociais, económicas ou de outra natureza, de acordo com o foco pretendido. A sua utilidade prende-se também com a forma simples e clara com que apresenta a informação previamente recolhida e tratada, na maioria das vezes veiculada sob a forma de estatísticas,

gráficos ou quadros para uma imediata perceção da evolução dos indicadores. Pode contemplar também a disponibilização de publicações; a divulgação de iniciativas; entre outros elementos relevantes.

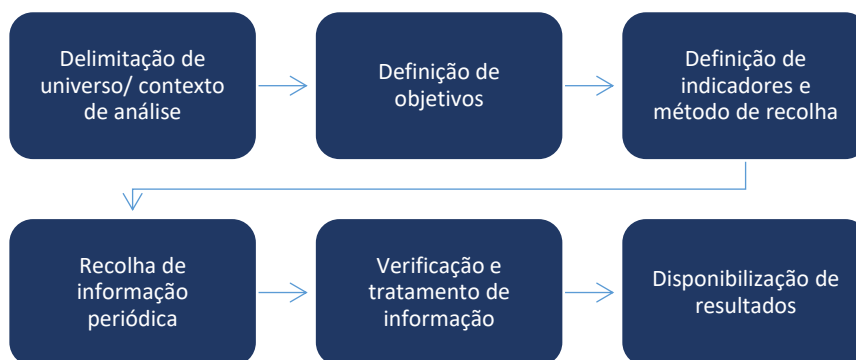


Figura 15. Metodologia de construção do barómetro da EDL


Alinhado com o exposto anteriormente, sugere-se que o Observatório seja bidimensional, ou seja, que incorpore:

- (i) a execução da EDL e a evolução do contexto do território;
- (ii) a atuação do GAL, permitindo assim, sempre que possível e adequado, estabelecer relações de causa-efeito e identificar áreas em que se está, ou não, a conseguir alcançar as metas e resultados esperados.

Atendendo à possível metodologia de construção de um Observatório e às especificidades da avaliação, de modo a que esta ferramenta seja útil e permita uma fácil verificação e disponibilização de resultados, importa ter bem definidos os elementos chave do processo (lógica de intervenção, indicadores e QA), uma vez que se pretende que exista articulação entre o universo/contexto de análise do barómetro e o da EDL.

Visando tornar expedita a sua construção e atualização sugere-se o alinhamento dos indicadores de contexto com os utilizados no diagnóstico do território (ano 0), simplificando a sua recolha e atualização periódica (estatísticas e modelos de recolha direta por parte do GAL, como inquéritos/entrevistas); complementados com os indicadores de realização e resultado da EDL, alguns deles recolhidos através do sistema de informação do PDR.

Em termos de disponibilização dos resultados propõe-se que sejam definidos *à priori* quais os dados que deverão ser divulgados publicamente e quais deverão ser para utilização do GAL (ou qualquer outro público específico identificado). Propõe-se que, após esta definição, a disponibilização dos dados possa ser feita *online*, quer através de *dashboard*/painel de visualização interativo, quer através da disponibilização de boletim temático (ou da integração regular destes elementos no Boletim informativo já desenvolvido pela DUECEIRA) que agregue os dados e contenha elementos gráficos para uma fácil leitura da informação (exemplos na figura seguinte).

<b>Entidade responsável</b>	Direção-Geral do Território
<b>Objetivos</b>	<p>O Observatório do Ordenamento do Território e do Urbanismo assegura as atividades de monitorização e avaliação sistemática das dinâmicas territoriais, do sistema de indicadores territoriais e da implementação do Programa Nacional de Política do Ordenamento do Território e promove uma visão territorial do desenvolvimento e das políticas públicas com expressão territorial.</p> <p>Tem como objetivo congregar a melhor informação para a tomada de decisões estratégicas sobre o território e a ambição de reforçar a cultura territorial no desenvolvimento das políticas públicas.</p>
<b>Metodologia na recolha de indicadores/ resultados</b>	<p>O sistema de indicadores territoriais (152 indicadores, no total) encontra-se estruturado em quatro temas fundamentais – sistema de gestão territorial; dinâmicas territoriais; monitorização do PNPT e organização e governança territorial – e permite a disponibilização da informação através da visualização de mapas estatísticos, para diferentes divisões territoriais, aos quais está associada a informação detalhada de suporte.</p> <p><b>Sistema de indicadores territoriais</b></p>  <p>Sistema de gestão territorial      Dinâmicas territoriais      Monitorização do PNPT      Organização e governança territorial      Pesquisa livre</p>
<b>Periodicidade de atualização</b>	Não definido (dependente das diferentes fontes)
<b>Disponibilização de resultados</b>	Online (dashboard)
<b>Mais informação</b>	<a href="http://observatorioindicadores.dgterritorio.gov.pt/">observatorioindicadores.dgterritorio.gov.pt/</a> <a href="http://www.dgterritorio.gov.pt/Observatorio">www.dgterritorio.gov.pt/Observatorio</a>

<b>Entidade responsável</b>	Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra
<b>Objetivos</b>	<p>Coimbra 2030 é um projeto conjunto da Universidade de Coimbra (UC), a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC) e do Instituto Pedro Nunes (IPN), que surgiu perante um contexto de pandemia COVID-19 para acompanhar o desenvolvimento da Região de Coimbra.</p> <p>Entre as ações em curso, encontra-se o Observatório da Região de Coimbra, que representa um espaço de informação e boas práticas sobre temas relacionados com o território e de participação dos vários agentes estratégicos no desenvolvimento de indicadores e de projetos que acrescentem valor para a Região de Coimbra.</p>
<b>Metodologia na recolha de indicadores/ resultados</b>	<p>O Observatório integra oito dashboards temáticos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Economia de impacto</li> <li>• Transformação digital</li> <li>• Fortalecimento e capacitação</li> <li>• Territórios sustentáveis</li> <li>• Território e povoamento</li> <li>• Conhecimento e mercado de trabalho</li> <li>• Sistema produtivo, inovação, tecnologia e internacionalização</li> <li>• Coesão social</li> </ul> <p>Cada tema integra um conjunto de indicadores, apresentados em gráficos e em mapa.</p>
<b>Periodicidade de atualização</b>	Não definido (dependente das diferentes fontes)
<b>Disponibilização de resultados</b>	Online (dashboard)
<b>Mais informação</b>	<a href="http://www.coimbra2030.pt/">www.coimbra2030.pt/</a>   <a href="https://linktr.ee/coimbra2030">https://linktr.ee/coimbra2030</a>



<b>Entidade responsável</b>	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
<b>Objetivos</b>	<p>O Barómetro do Centro de Portugal tem como objetivo monitorizar o progresso alcançado pela Região Centro, em alinhamento com o Plano de Ação Regional. Incorpora cinco dimensões de análise:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Crescimento e Competitividade</li> <li>2. Potencial Humano</li> <li>3. Qualidade de Vida</li> <li>4. Coesão</li> <li>5. Sustentabilidade Ambiental e Energética</li> </ol> <p>Para além da perspetiva temática, o Barómetro do Centro de Portugal tem ainda como objetivo acompanhar a evolução da região numa perspetiva global do sucesso regional.</p>
<b>Metodologia na recolha de indicadores/ resultados</b>	<p>Dentro destas cinco dimensões de análise desenvolveu-se uma bateria de 25 indicadores, permitindo concertar as energias e focalizar os esforços de todos na obtenção de resultados concretos em torno destes mesmos indicadores, considerados prioritários igualmente no que se refere à afetação de recursos orientada para resultados. Cada um destes indicadores resulta numa ficha de análise da sua evolução, sendo atualizada sempre que nova informação é disponibilizada.</p> <p>Os dados utilizados são provenientes do Instituto Nacional de Estatística (INE) e de outras entidades que recolhem estatísticas setoriais.</p>
<b>Periodicidade de atualização</b>	Anual
<b>Disponibilização de resultados</b>	<i>Online:</i> <a href="#">boletim disponível no site da CCDRC</a> (última versão: novembro de 2020) e <a href="#">dashboard</a>
<b>Mais informação</b>	<a href="http://datacentro.ccdrc.pt/">http://datacentro.ccdrc.pt/</a>   <a href="https://tinyurl.com/yy9dswy4">https://tinyurl.com/yy9dswy4</a>

Figura 16. Exemplos de Observatório / Barómetro

- **Consolidação do modelo participativo com a aplicação de métodos regulares de envolvimento de parceiros/comunidade e recolha de contributos**, com especial destaque para os seguintes:
  - **Entrevistas a agentes do território/beneficiários (privilegiando, no atual contexto, um formato *online*)**, uma vez que permitem recolher factos e informações para a sua verificação, opiniões, perspetivas e sugestões, esta ferramenta é útil para desenvolver hipóteses e análises, podendo ser utilizada em conjugação com outros métodos (para testar as principais questões a tratar no início da avaliação com o objetivo de preparar sessões de *focus group*; para ser um dos principais métodos de análise, se apoiado por questionários). As entrevistas podem ser estruturadas ou semiestruturadas, seguindo um guião de entrevista previamente preparado. Sugere-se que possa ser utilizado na fase inicial de preparação da EDL/plano de avaliação, como um exercício exploratório sobre as visões do território dos parceiros (pode ser selecionado um grupo mais restrito), as necessidades que detetam, as prioridades a abordar, indicadores a utilizar para aferir a implementação da estratégia, etc. Numa fase posterior do processo de avaliação contínua, este método pode ser reutilizado visando conhecer a opinião/*feedback* dos intervenientes sobre a evolução do território; implementação da estratégia; atuação do GAL, etc.
  - **Questionários/inquéritos em formato *online***, para recolher informação para aferir diversos tipos de indicadores, por exemplo, relacionados com a execução dos projetos (ponto de situação; tipo e valor de investimento realizado; postos de trabalho criados, etc.); ou de carácter qualitativo (por ex. perceções sobre a evolução do território; trabalho do GAL, etc.).

Sugere-se que o questionário se apresente estruturado com um conjunto de perguntas que possa ser replicado periodicamente (por exemplo, anualmente), de forma a possibilitar a obtenção de dados de referência para verificar o desempenho da estratégia, as alterações ocorridas ao longo do tempo e comparar as mudanças reais com as metas estabelecidas. Podem ser aplicados a membros do GAL, beneficiários ou população local, de acordo com os indicadores estabelecidos.

Propõe-se também que seja lançado, brevemente, o questionário de avaliação da implementação da EDL (já desenvolvido pela DUECEIRA), que tem como público-alvo a comunidade, uma vez que este constitui uma importante fonte de informação sobre a perceção do impacto da EDL/trabalho do GAL e os contributos advindos são relevantes para a preparação da visão estratégica 2030.

- **Grupos de trabalho/Focus groups temáticos (privilegiando um formato online).** No contexto de avaliação, esta ferramenta é útil para recolher dados qualitativos (embora também possa ser obtida informação quantitativa); examinar análises e perspetivas (a interação dos participantes durante a sessão facilita uma troca espontânea de pontos de vista, análises, sugestões); desenvolver e testar hipóteses de trabalho no início ou durante a avaliação; desenvolver e testar conclusões, recomendações e sugestões com os detentores de interesse e beneficiários numa avaliação no percurso, ao nível local e institucional.

Tal como as entrevistas, sugere-se que possa ser utilizado na fase inicial de preparação da EDL/plano de avaliação e utilizado periodicamente para obter *feedback* sobre a implementação. Propõe-se ainda que estes grupos de discussão tenham um foco temático relacionado com os ativos/recursos do território (por exemplo, reunindo um conjunto selecionado de agentes com a atuação no domínio da agricultura e floresta, do turismo, artesanato, gastronomia, entre outros que possam ser considerados relevantes/estratégicos – articulando com possíveis áreas de especialização do território).

## 6 Anexos

### 6.1 Sistematização e análise de respostas ao inquérito “Acrescentando Valor para a consolidação da Estratégia Local”

Nota: Apresenta-se a síntese/compilação das 17 respostas obtidas até ao dia 17 de dezembro; a sua análise é feita com mais detalhe ao longo do documento, nos pontos referentes às metodologias aplicadas nos exercícios de avaliação da EDL realizados no período 2014-2020 e contributos para a visão estratégica.

#### 4. Designação da entidade

AESL	Agrupamento de Escolas da Lousã	Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Poiares
Ativar – Associação de Cooperação da Lousã	Baldios de Vilarinho	Câmara Municipal de Miranda do Corvo
Câmara Municipal de Penela	Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares	CEARTE – Centro de Formação Profissional para o Artesanato e o Património
Conselho Diretivo dos Baldios da Lousã	Cooperativa Agrícola de Miranda do Corvo	Cooperativa Agropecuária de Poiares, CRL
Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro	Irmandade de Nossa Senhora das Necessidades da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Poiares	Lousamel, CRL
Lousitânea - Liga dos Amigos da Serra da Lousã	Trevim Cooperativa Editora e de Promoção Cultural, CRL	

#### 5. Localização/ sede da entidade

	Nº	%
Lousã	6	35,3
Miranda do Corvo	3	17,6
Penela	1	5,9
Vila Nova de Poiares	4	23,5
Outra área de abrangência (a); (b); (c)	3	17,6

(a) nacional; (b) Castelo Branco; (c) Góis

#### 6. Classificação por estatuto jurídico

	Nº	%
Pessoa coletiva de direito público	7	41,2
Pessoa coletiva de direito privado	10	58,8

#### 7. Classificação por natureza

	Nº	%
Autarquia Local: Câmara Municipal   Junta de Freguesia	3	17,6
Associação cultural / recreativa / desportiva / outra	3	17,6
Organização com fins sociais: associação humanitária / IPSS	3	17,6
Organização empresarial: comercial / industrial	0	0,0
Organização do sector agrícola e/ou florestal	3	17,6
Organismo de Ensino	1	5,9
Banco / estrutura financeira	0	0,0
Comunicação social	0	0,0
Organismo público / Entidade Regional sectorial	1	5,9
Outra (a); (b); (c)	3	17,6

(a) Unidade Baldia; (b) Formação profissional; (c) Cooperativa

## 8. Classificação por setor de intervenção

	Nº	%
Serviços públicos	3	17,6
Educação / Ensino	1	5,9
Agricultura e floresta	6	35,3
Turismo	0	0,0
Comércio e serviços	1	5,9
Indústria	0	0,0
Serviços sociais e/ou humanitários	3	17,6
Cultura e lazer	1	5,9
Banca / Finanças	0	0,0
Outra (a); (b)	2	11,8

(a) Artesanato, património e produtos locais; (b) Educação ambiental

## 9. Relação com a Dueceira

	Nº	%
Associado	12	70,6
Parceiro	3	17,6
Outro (a); (b)	2	11,8

(a) Relações institucionais pontuais; (b) Associado e parceiro

## 10. Intensidade da colaboração / participação no período 2014-2020

	Nº	%
Forte	10	58,8
Pontual	6	35,3
Débil	1	5,9
Inexistente	0	0,0

## 11. Tipo de colaboração / participação no período 2014-2020

	Nº	%
Integração nos Órgãos Sociais da Dueceira	6	35,3
Integração no Órgão de Gestão do DLBC Dueceira2020	4	23,5
Parceria ativa em projetos e iniciativas comuns	5	29,4
Na qualidade de parceiro institucional	4	23,5
Participação em ações e atividades associativas pontuais	9	52,9
Na qualidade de beneficiários/ promotores de apoios/ incentivos	2	11,8
Participação em ações de sensibilização e capacitação	1	5,9
Prestação de informação no âmbito de comunicação e divulgação	4	23,5

## 12. Identificação de convergências / complementaridades / tipologia de interesses da entidade que representa com a Dueceira

- Desenvolvimento territorial e valorização das pessoas e identidade local
- Desenvolvimento do território e da comunidade em que estamos inseridos
- Desenvolvimento do território ancorado no artesanato, património e produtos locais
- Sendo a Cooperativa Trevim uma instituição detentora do jornal Trevim, temos todo o interesse em divulgar e promover as ações que favoreçam e promovam o território, ação do âmbito da DUECEIRA.
- Interesse no desenvolvimento de programas e projetos de desenvolvimento rural, local e territorial
- Convergências definidas nos planos de atividade do concelho; complementaridades nos interesses para desenvolvimento do território

- Divulgação, apoio
- Fundos
- Estratégias partilhadas de âmbito público na valorização dos recursos locais e promoção do território
- A visão territorial da DUECEIRA, convergente na generalidade com a visão Municipal, levando-nos a poder atuar de uma forma mais coerente e harmoniosa para com a realização de projetos de interesse coletivo envolvendo diferentes atores locais, promovendo sinergias entre as áreas de atuação (mais intrínsecas) sejam elas patrimoniais, históricas, culturais, ambientais, agrícolas, complementando-as com a rede de serviços municipais existentes

### 13. Relação/Envolvimento da Entidade com a Dueceira no período 2014-2020 [Papéis desenvolvidos]

	Nº	%
Facilitadores	4	23,5
Promotores	5	29,4
Beneficiários	7	41,2
Dinamizadores	4	23,5
Formadores	1	5,9
Apoio institucional	5	29,4
Outra (a); (b)	3	17,6

(a) Parceiros; (b) Divulgação de ações

### 14. Tipo de Competências/Recursos da Entidade com os quais contribuíram, no período 2014-2020, para a implementação da EDL - Estratégia de Desenvolvimento Local DLBC Dueceira 2020 (exemplos: humanos, financeiros, materiais, conhecimento experiência, outros...)

- Recursos humanos, conhecimento e experiência
- Apoio na divulgação e realização das atividades da Dueceira de acordo com o solicitado; participação nas atividades da Dueceira
- Outros
- Conhecimento, competências, logística
- Sobretudo ao nível da informação/divulgação
- Acompanhamento de algumas atividades mais inovadoras
- Convergências definidas nos planos de atividade do concelho; complementaridades nos interesses para desenvolvimento do território
- Humanos e conhecimento/experiência
- Recursos humanos, materiais e conhecimento dos temas a aplicar
- Financeiros, conhecimentos e experiência
- Financeiros, materiais
- Cientes da importância da EDL- DUECEIRA 2020, o Município procurou sempre e dentro dos seus recursos promover e apoiar diversas ações tendentes à dinamização da EDL no contexto do ADN territorial e das restantes medidas integradas, que têm por objetivo conferir prestígio ao território, qualificar pessoas e organizações, valorizar recursos, atividades e produtos, etc., com a disponibilização de meios e recursos financeiros necessários à dinamização das suas atividades e dos seus projetos.

## 15. Práticas da Dueceira consideradas relevantes para a comunicação da Estratégia e eficácia da Parceria

	Nº	%
Sessões de divulgação para divulgação dos apoios/incentivos disponíveis	12	70,6
Sessões para reflexão e discussão das estratégias para o território	8	47,1
Reuniões técnicas personalizadas para apoio à preparação de candidaturas e metodologia do projeto	5	29,4
Conferências, palestras e workshops sobre temáticas específicas	7	41,2
Boletim informativo digital para os Associados, Parceiros e agentes do território	9	52,9
Site institucional www.dueceira.pt	12	70,6
Grupos sectoriais nas redes sociais (p.e.: páginas da "Malha Rural", "Terras da Chanfana" e "Semente para o Futuro")	5	29,4
Página da Dueceira nas redes sociais (por exemplo no Facebook)	5	29,4
Comunicados de imprensa	4	23,5
Reuniões e grupos de trabalho para abordagem de temas/projetos específicos	4	23,5
Assembleias de Parceiros e Assembleias Gerais de Associados	7	41,2
Relatórios Anuais de Execução	7	41,2
Participação com stand institucional em feiras e eventos	6	35,3
Consultas escritas sobre assuntos relevantes	2	11,8
Tomadas públicas de posição com repercussão na comunicação social	3	17,6
Inquéritos de acompanhamento e avaliação intercalar	0	0,0

## 16. Na perspetiva da entidade que representa, como classifica o papel da Dueceira para o desenvolvimento do território?

- A Dueceira assume um papel de mediação e facilitação de processos de desenvolvimento local quer na dimensão financeira quer na dimensão técnica e pedagógica
- De extrema importância para o desenvolvimento do território
- Desenvolve um trabalho fundamental na disseminação e no apoio a candidaturas a medidas de incentivo ao desenvolvimento local; dinamiza a reflexão sobre as estratégias de desenvolvimento local e a articulação entre os diferentes setores de desenvolvimento económico e social; identifica áreas estratégicas de formação e de capacitação profissional; promove o desenvolvimento e a coesão territorial; apoia na dinamização turística e cultural
- Ativo
- Relevante e imprescindível
- Bom
- Importante
- Entidade importante de apoio local aos cidadãos
- Importante no planeamento, dinamização e intervenção em programas de desenvolvimento local e territorial
- Associação muito importante para o desenvolvimento e coesão do mesmo
- Imprescindível, competente
- Desempenha um importante papel no apoio desenvolvimento do território
- Importante
- Necessária
- A representatividade da DUECEIRA perante o desenvolvimento do território tem um papel primordial além do contributo para a melhoria da qualidade de vida das suas populações. A incessante procura de fatores diferenciadores do território através da desconstrução positiva dos seus recursos, das suas características, tradições e culturas, permitiu a criação de uma imagem/identidade com recurso às suas originalidades como fator de afirmação e fortalecimento da autoestima das comunidades locais.

### 17. Da atividade preconizada pela Dueceira, identifique 2 ou 3 iniciativas que considere de maior relevância

- Participação na Direção da Federação Minha Terra, gestora de apoios financeiros ao território e capacidade de mediação entre os diversos parceiros do território, intra e inter concelhio
- Terras da Chanfana
- Capacitação e sensibilização; animação local; coesão territorial entre entidades dos municípios associados
- Sem conhecimento
- Atividades no âmbito dos GAL
- Apoios financeiros; dinamização local, capacidade de envolver e congregar parceiros
- Possibilitar candidaturas a fundos comunitários
- Divulgação e promoção de projetos de desenvolvimento local
- Apoio à floresta e aproveitamento de resíduos florestais; pequena agricultura e produtos locais
- Apoio a candidaturas, projetos e atividades desenvolvidas
- PDR 2020, Terras da Chanfana, Bolsa de Terras
- Projeto "Sementes para o Futuro" / "Terras da Chanfana"
- Promoção territorial, gestão de fundos de apoio
- Terras da Chanfana e os projetos de valorização do ecossistema da Serra da Lousã
- Sessões de divulgação
- Rede Intermunicipal de Apoio à Vítima de Violência Doméstica, Financiamentos diversos ao Tecido Empresarial Local (PME e Microempresas) com a abertura de candidaturas ao S12E, +COESO e PDR2020 (no âmbito das cadeias curtas de mercado) e a promoção do território e principais marcas, nomeadamente a Mesa das Terras da Chanfana na BTL, na Feira Internacional da Guarda e sua representatividade com o prémio atribuído no programa 7 Maravilhas à Mesa.

### 18. Identificação dos Programas, Projetos, Atividades e Iniciativas preconizados atualmente pela Dueceira que são do conhecimento da entidade que representa

	Nº	%
PDR2020: Incentivos no âmbito da pequena agricultura, transformação e comercialização de produtos agrícolas e renovação de aldeias	15	88,2
Centro2020/S12E - Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e Emprego: apoio às micro e pequenas empresas	14	82,4
Parque de máquinas florestal - intervenção de prevenção e em situação de catástrofe	13	76,5
Semente para o Futuro - micro-maternidades de árvores autóctones	15	88,2
Terras da Chanfana - 7 Maravilhas à Mesa	16	94,1
Marca Territorial "Terras da Chanfana	16	94,1
LIFE LignoBio - Conversão dos Resíduos Florestais em Bio Produtos de alto interesse industrial	9	52,9
Economia Verde / Green Economy; Uso Múltiplo da Floresta	9	52,9
Provere iNature "Trilhos da Natureza da Serra da Lousã" (apoio aos trails e ao estudo da Área Protegida da Serra da Lousã)	13	76,5
Bolsa de terras	13	76,5
Atividades no âmbito da Federação Minha Terra e Pacto 2030 para o Desenvolvimento	10	58,8
Qualificar o turismo sustentável, ativo e ambiente – <i>World Adventure Meeting</i>	9	52,9
Terras da Lusofonia	7	41,2

### 19. Competências e recursos do território [Identificação de aspetos concretos que, na perspetiva da entidade que representa, estabelecem a diferenciação positiva do território (p.e.: localização, acessibilidades, paisagem, qualidade de vida, etc.)]

- Património natural e cultural do território, tecido empresarial, dinâmica de trabalho em rede.
- Qualidade de vida, paisagem

- Acessibilidades, qualidade de vida, paisagem, emprego inclusivo
- Qualidade de vida
- Proximidade
- Paisagem, qualidade de vida
- A promoção que tem realizado em torno da defesa dos recursos naturais, como os trilhos da serra e os projetos que tem apoiado como é o caso da marca "Terras da Chanfana"
- Localização, acessibilidades e paisagem
- Cultura, paisagem, qualidade de vida, recursos hídricos e florestais
- Paisagem, recursos naturais
- Uma das características que distingue o território é a paisagem envolvente e o contacto próximo com a natureza.
- Acessibilidade, património natural, gastronómico, cultural, religioso e histórico; qualidade de vida
- Paisagem, serviços ambientais, slow living & aldeias
- Qualidade de vida e paisagem
- A localização central face ao contexto nacional, o potencial paisagístico com excelentes recursos naturais, hídricos, biodiversidade da fauna e flora, qualidade da paisagem aliada ao turismo desportivo/natureza que se complementa com uma gastronomia local muito apelativa resultam uma forte expressão territorial, afirmam a sua competitividade criando pontos de diferenciação através da estruturação de ações distintivas suportadas na capitalização da sua vocação natural, ambiental e endógena.

## 20. Elementos de identidade do território [Ativos Inimitáveis]

	Nº	%
Paisagem	17	100,0
Floresta	12	70,6
Rios e ribeiras / linhas de água	10	58,8
Elemento pedra [Xisto/Arenito]	9	52,9
Aldeias típicas	11	64,7
Folclore/ Usos e costumes/ Etnografia	5	29,4
Arquitetura tradicional	3	17,6
Monumentos	5	29,4
Eventos culturais/ feiras / mostras/ festivais	7	41,2
Eventos religiosos	2	11,8
Museus e espaços interpretativos	3	17,6
Artesanato e ofícios tradicionais	7	41,2
Gastronomia	13	76,5
Outros (a)	1	5,9

(a) Desportos de montanha e ao ar livre

## 21. Limitações ao desenvolvimento do território [Identificação de aspetos concretos que considera criarem constrangimentos ao desenvolvimento (p.e: acessibilidades, falta de programas e incentivos específicos; lacunas legislativas; falta de empreendedorismo; formação escassa ou ineficaz, outros...)]

- Acessibilidades (Metro) e constrangimentos na área do turismo que não têm em conta a sustentabilidade da serra da Lousã enquanto área que deve ser protegida
- Acessibilidades, falta de incentivos específicos para o interior e adequado às necessidades do território
- Falta de incentivos específicos; falta de divulgação de incentivos e impacto esperado junto da população mais jovem; Acessibilidades à Lousã (metro)
- Acessibilidades
- Pequena escala, recursos humanos escassos e pouco qualificados

- Vias de comunicação
- Deveria ser mais interveniente em questões de acessibilidades ao território, nomeadamente alternativa à EN 17 e Linha da Lousã
- Acessibilidades rodoviárias (aos principais eixos)
- Acessibilidades
- Acessibilidades
- Falta de empreendedorismo no setor turístico, carga documental e administrativa
- Falta capacidade de investimento em projetos mobilizadores e transformadores do território de grande escala. Perda de massa crítica e insuficiência de recursos humanos, derivados da baixa demografia e envelhecimento
- Falta de incentivos
- O reduzido ou inexistente financiamento nas infraestruturas principais de acessibilidade e respetivas ligações às principais rodovias. A falta de incentivos/apoios: ao envelhecimento da população e acolhimento de crianças em idade pré-escolar; realização de eventos culturais/desportivos; - à revitalização do comércio local/criação de novos negócios/formação ex: e-commerce; à gestão da fileira florestal e atividades conexas; a um sistema coletivo de transporte e à economia circular.

**22. Recursos locais efetivamente aproveitados/explorados** [Identificação dos Recursos que considera estarem a ser adequadamente valorizados/potenciados]

- Chanfana, aldeias do xisto (marca Aldeias do Xisto)
- Aldeias de Xisto, paisagem, os produtos endógenos
- Serra da Lousã; gastronomia; museus
- Gastronomia, artesanato
- Gastronomia
- Turismo
- Gastronomia e identidade do território
- Chanfana, Aldeias de Xisto
- Gastronomia
- Turismo rural, aldeias típicas, natureza da Serra da Lousã
- Património gastronómico
- Realização de eventos internacionais associados aos desportos de montanha, turismo de aldeia e de montanha
- Parques eólicos
- Gastronomia e produtos endógenos

**23. Potencialidades locais que carecem de valorização** [Identificação dos Recursos que considera não estarem suficientemente valorizados/potenciados]

- Sustentabilidade da atividade turística no território das Aldeias do Xisto, promoção da cultura e identidade locais
- Floresta
- Animação cultural
- Floresta
- Floresta
- Artesanato
- Cadaval (aldeia histórica)
- Recursos endógenos e vias de comunicação

- A importância dos recursos aquíferos na classificação da Serra da Lousã na Rede Natura 2000.
- Valorização/ reposição da floresta e da paisagem
- Serra (floresta), rios
- Floresta, hotelaria, museus
- Potencial das margens do rio e ribeiras associado ao saber fazer do povo.
- Património natural, produção vínica, floresta
- Floresta, paisagem e biodiversidade enquanto sumidouros de serviços ambientais
- Aproveitamento da biomassa florestal
- Floresta, biodiversidade, paisagem, zonas ribeirinhas, zonas de interesse arquitetónico e histórico (classificadas ou não).

**24. Principais Mudanças verificadas no Território entre 2014-2020** [Identificação das mudanças que considera relevantes quer sejam positivas/negativas | internas/externas neste período temporal.]

- Alteração da dinâmica interna da Associação; criação do projeto “Terras da Chanfana” como fator agregador do território como um só
- Terras da Chanfana, Coisas de cá, Olhares de Cá
- Paisagem devido aos incêndios florestais
- Visibilidade, união, projetos conjuntos, Terras da Chanfana
- Maior visibilidade do território
- Destruição da floresta; catástrofe dos incêndios
- Promoção da gastronomia e Aldeias Xisto
- Valorização do meio rural, dos recursos endógenos, da gastronomia e potenciação do turismo e da região a nível de comunicação
- Aposta no turismo rural (positiva), mas em demasia (caso Talasnal) acaba por perder o verdadeiro valor da origem do local
- Crescente de atividades ao ar livre e montanha. Valorização do património gastronómico. Falta de incentivo e de facilitação na recuperação de habitações em aldeias. Diminuição de serviços públicos e de saúde
- Assumpção da marca territorial Terras da Chanfana; disseminação do empreendedorismo nos sectores tradicionais, aproveitamento dos recursos naturais e patrimoniais "Serra da Lousã"
- Acessibilidade aldeias serranas
- Maior articulação entre os vários concelhos e estratégias específicas por parte de DUECEIRA ao nível da promoção das suas principais marcas de produtos endógenos e do desenho da sua Estratégia comum tendo em conta as características do Território e dos seus agentes locais, numa perspetiva de ganhos de escala (exemplo: a promoção do Território e das suas principais marcas, nomeadamente a Mesa das Terras da Chanfana e sua representação em diversos eventos nacionais e internacionais)

## 25. Contributos para o Retrato do Território

Pontos fortes	Pontos fracos
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Trabalho em parceria, qualidade de vida, condições de vida para famílias jovens, taxa de natalidade e índice de população jovem</li> <li>• Ambiente; turismo local; desporto na natureza; floresta; património material e imaterial; Marca Lousã</li> <li>• Qualidade de vida</li> <li>• O artesanato, as Terras da Chanfana, o património</li> <li>• Chanfana, queijo, mel, nozes, olaria (barro vermelho)</li> <li>• Marca "Terras da Chanfana" e alguma coordenação entre os municípios aderentes</li> <li>• Proximidades de centros urbanos. Recursos naturais e paisagísticos diversificados</li> <li>• Aposta no desenvolvimento inclusivo e sustentável do território; turismo; empregabilidade</li> <li>• Localização central, biodiversidade do território, floresta, paisagem, praias fluviais, produtos endógenos, aldeias do xisto e seu património arquitetónico</li> <li>• Paisagem envolvente e seus recursos</li> <li>• Património natural, turismo. Boas acessibilidades que permitem a captação de indústria e população</li> <li>• Património cultural, identidade territorial, apoio ao empreendedorismo</li> <li>• Floresta e turismo</li> <li>• Localização central; proximidade a centros de conhecimento e saber; recursos naturais e paisagísticos diversificados, biodiversidade e qualidade ambiental; montanha, floresta e cursos de água - Rios Mondego, Ceira, Alva, Dueça, Alheda, Arouce; o artesanato em rede (apoio na divulgação, comercialização, legalização de atividade e certificação de artesanos); políticas locais e incentivos autárquicos para captação e implantação de novas empresas nos parques industriais existentes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Emprego e oportunidades de carreira para jovens, acessibilidades, condições de acesso às aldeias na serra</li> <li>• Acessibilidades</li> <li>• Baixa densidade populacional</li> <li>• Necessidade de maior convergência dos municípios para a resolução de grandes questões, nomeadamente acessibilidades: EN 17, A13 e A3</li> <li>• Incêndios e gestão pouco eficiente da floresta</li> <li>• Redução taxa natalidade; limitações na rede de transportes públicos; baixo nível de qualificação da população; fragilidade do tecido empresarial</li> <li>• Acessibilidades, falta de transportes públicos, deficit de alojamento, falta de infraestruturas para eventos de grande dimensão, ausência de polos universitários</li> <li>• Acessibilidades</li> <li>• Desertificação. Falta de empreendedorismo</li> <li>• Falta de escala e de público nas ações; necessidade de melhorar a atratividade e a notoriedade do território</li> <li>• Tratamento e aproveitamento dos resíduos florestais</li> <li>• Desertificação das aldeias mais recônditas do território pelo reduzido investimento nas acessibilidades, infraestruturização básica; desemprego jovem; fraca aposta em atividades direcionadas ao futuro dos jovens na região onde se inserem; falta de organização para captação de investimentos tendentes a visitação do território; insuficiente articulação dos atores locais e regionais para iniciativas culturais, sociais e desportivas; fraca internacionalização dos nossos produtos endógenos</li> </ul>
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Património natural e cultural, capacidade para o trabalho em rede</li> <li>• Conhecimento e valorização da Serra da Lousã e de alguns produtos locais; empreendedorismo; melhoria da sinalização dos percursos pedestres e atividades de animação (ver exemplo nos Alpes Suíços – região de Kandersteg)</li> <li>• Condições geográficas e paisagísticas</li> <li>• Espaços florestais, que no caso da Serra da Lousã se cruza com a história dos povos serranos</li> <li>• Turismo e experiências turísticas associadas ao artesanato e património natural</li> <li>• Incentivar a produção e valorização da agricultura</li> <li>• Fundos comunitários aplicados a território de baixa densidade</li> <li>• Valorização dos territórios implica estratégias concertadas ao nível do turismo, empreendedorismo, desburocratização de decisões, atratividade do território (acessibilidades e fim de portagens na A13).</li> <li>• % elevada de jovens e proximidade a Instituições de Ensino Superior e de Investigação</li> <li>• Turismo, potencial de natureza e desportivo, recursos naturais de projetos sociais e de apoio</li> <li>• Rede das Aldeias do Xisto</li> <li>• Criação de novos empregos - atração de jovens</li> <li>• Património natural e florestas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Impactos, financiamentos comunitários</li> <li>• Falta de investimento nos territórios do interior</li> <li>• Alterações climáticas</li> <li>• Despovoamento</li> <li>• A falta de acessibilidades impede o crescimento populacional e fixação de empresas que valorizem economicamente o território.</li> <li>• Falta de capacidade para fixar jovens qualificados</li> <li>• Acessibilidades rodoviárias, percursos pedestres não dinamizados, falta de hotéis/hostels, fraca qualificação e nível de escolaridade</li> <li>• Concorrência de outros territórios</li> <li>• População envelhecida e cada vez menor</li> <li>• Desertificação e falta de gestão da zona florestal. Falta de indústria</li> <li>• Demografia</li> <li>• Espécies invasoras e nemátodo da madeira do pinheiro</li> <li>• Ultimamente representam fortes ameaças os incêndios e as tempestades causadas por chuvas e ventos fortes que afetam fortemente os nossos recursos endógenos, assim como a atual pandemia (COVID-19) com proporções incomensuráveis de danos pessoais/físicos, estruturais que afetam a nossa economia e toda a cadeia de valor representada.</li> </ul>

- Proximidade aos centros de investigação e desenvolvimento, identidade territorial, gerar atratividade para viver, investir e trabalhar no território
- Valorização recursos naturais
- Aproximação do novo QCA e Programas de Recuperação, entre outros apoios tendentes ao investimento, na área das acessibilidades para alavancagem de investimentos externos ao território e o interesse no seu povoamento por parte de famílias estimulando ao Emprego, Comércio e a Agricultura de subsistência com vista à melhoria da qualidade dos nossos produtos endógenos.

**26. Denominador Comum do Território** [Identificação dos fatores de união / pontos de convergência dos concelhos do território representado pela Dueceira, na perspetiva da entidade que representa]

- Paisagem, pessoas, cultura
- Serra da Lousã; gastronomia local; património
- Recursos endógenos, gastronomia
- Artesanato e Terras da Chanfana
- Desenvolvimento do território
- É de elevado reconhecimento o esforço que tem sido desenvolvido na aproximação dos municípios relativamente a alguns aspetos: gestão equilibrada do parque de máquinas e no reforço da marca "Terras da chanfana".
- Objetivo comum: desenvolvimento dos territórios locais
- Concertação local institucional
- Gastronomia, Serra da Lousã.
- Identidade territorial e a partilha dos recursos locais
- Sustentabilidade
- Acessibilidades, ruralidade, oralidade, produtos endógenos, natureza e ambiente (aproveitamento e proteção dos recursos naturais, hídricos, biodiversidade da fauna e flora), floresta (proteção civil e medidas de prevenção de combates a incêndios), tradições, cultura, gastronomia (luta comum para o reconhecimento nacional e internacional da oferta dos nossos produtos com tendência para aumento da escala a nível do turismo e do saber fazer que nos caracterizam).

**27. Cadeia de Valor do Território** [Na perspetiva da entidade que representa qual deveria ser a aposta central para o Desenvolvimento harmonioso do Território? A Floresta? A Caprincultura? O Turismo? As Energias Verdes? Novos conceitos e práticas de Cidadania? A Gastronomia? Outro(s), Quais?]

- Novos conceitos e práticas de cidadania, turismo sustentável
- Floresta; turismo; energias mais limpas; territórios educativos; inclusão
- A floresta, turismo, gastronomia
- O Turismo, a gastronomia e os produtos endógenos
- A caprincultura, não há produto suficiente para as necessidades
- Todas as apontadas, mas sem dúvida que a maior passa pelas acessibilidades
- Todas as referidas no enunciado da pergunta
- Manter aposta na gastronomia, floresta, turismo e energias verdes
- Floresta, caprincultura, turismo, gastronomia
- Todos os mencionados
- Floresta & serviços ambientais, qualidade de vida, energias verdes

- Floresta e turismo
- Além de todos os denominadores comuns, explicados anteriormente, o Turismo, a Caprinicultura, a Floresta, alicerçados a novas práticas ex: economia circular/verde (para a proteção dos nossos recursos) e conceitos que proporcionem uma maior capacidade/diferenciação da oferta/oportunidades, com serviços mais atrativos tanto para os residentes, como visitantes e investidores, assente em dinâmicas sustentáveis/adequadas, para um desenvolvimento coeso e harmonioso ao território.

## 28. Na perspetiva da Entidade que representa quais deveriam ser as áreas preferenciais de atuação da Dueceira no próximo período de programação 2020-2027?

	Nº	%
Gestão de apoios e incentivos para áreas específicas (p.e. agricultura, micro e pequenas empresas, economia social, associativismo, pequenas infraestruturas de animação, etc.) no que concerne a apreciação e decisão de candidaturas, acompanhamento e análise da execução dos projetos	13	76,5
Animação territorial (dinamização de projetos e iniciativas mobilizadoras das populações)	8	47,1
Marketing territorial (dinamização de processos e ações de promoção e valorização do território e dos seus recursos endógenos, como é ex. a Marca "Terras da Chanfana")	9	52,9
Intervenção no âmbito da proteção florestal e prevenção de catástrofes	10	58,8
Formação, capacitação e sensibilização para áreas específicas (conferir mais competências e capacidades às comunidades no âmbito das suas áreas de intervenção)	8	47,1
Ações de envolvimento das comunidades para temáticas cruciais ao desenvolvimento do território (p.e. fóruns e tertúlias para reflexão e discussão)	7	41,2
Intermediação e negociação no âmbito das políticas locais com os organismos tutelares	6	35,3
Comunicação e divulgação de medidas, projetos e iniciativas no âmbito das suas áreas de intervenção	7	41,2
Cooperação: dinamização de projetos inter territoriais e transnacionais	6	35,3
Promoção de redes de intervenção e colaboração	6	35,3
Outra (a)	1	5,9

(a) Apoio ao associativismo e ao sector social e empresarial

## 29. Prioridades estratégicas para o território - Espaço de ideias [Na opinião da entidade que representa o que deve mudar ou ser introduzido no território? Políticas / abordagens / procedimentos / novos conceitos, serviços, produtos / boas práticas / exemplos de projetos locais e supra municipais]

- Novos conceitos, serviços, produtos / boas práticas / exemplos de projetos locais e supra municipais
- Políticas de desenvolvimento do território
- Promoção de projetos de intensificação da identidade territorial e melhoria dos acessos ao território, através de políticas convergentes dos atores do território.
- Intervenção ao nível dos apoios sociais (IPSS)
- Políticas
- Políticas de apoio e incentivo ao empreendedorismo no setor turístico. Novos conceitos de promoção e divulgação do território. Sensibilizar para a gestão do espaço florestal e a sua rentabilidade
- Apostar na diplomacia para atração de investidores, visitantes e novos residentes
- Aproveitamento da biomassa florestal, criação de uma horta comunitária
- Evidenciamos (anteriormente) todas as áreas de atuação que consideramos para a DUECEIRA no próxima programação, contudo, acrescentamos que deverá ser prioritário, estrategicamente, a continuidade da gestão de apoios e Incentivos para noutras áreas como por exemplo a criação de micro-investimentos, apoio ao comércio local/lojas tradicionais e, também a dinamização de projetos internacionais que reconheçam e premeiem o nosso Território, como incentivo interno a todos os seus habitantes

### 30. Observações adicionais

- Importa valorizar o esforço desenvolvido pela Dra. Ana Souto na promoção do território
- Consideramos importante continuarmos com a Dueceira no futuro
- Os GAL são muito importantes ao desenvolvimento económico, social e cultural dos territórios pela proximidade aos atores locais e conhecimento profundo dos seus pontos fortes e fracos, pelo que desempenham um papel crucial na implementação de medidas de apoio local, pelos quais devem estar devidamente capacitados e dotados física, técnica e financeiramente para boa prossecução dos seus objetivos e Estratégias como contributo harmónico e coeso à qualidade de vida do Território DUECEIRA.

## 6.2 Sistematização e análise de respostas ao questionário “Visão técnica estratégica externa sobre as ações em desenvolvimento/a desenvolver pela DUECEIRA relativa a mecanismos de monitorização 2020 e à visão de futuro 2030”

Nota: Apresenta-se a síntese/compilação das 2 respostas obtidas até ao dia 17 de dezembro; a sua análise é feita com mais detalhe ao longo do documento, nos pontos referentes às metodologias aplicadas nos exercícios de avaliação da EDL realizados no período 2014-2020 e contributos para a visão estratégica.

### 1) A experiência da implementação da Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) em vigor e análise do percurso de desenvolvimento do território de intervenção. Quais os aspetos que destacam (positivos e negativos)?

- De modo geral a atividade tem correspondido às exigências do território. Como positivo destacam-se as ações convergentes dos vários municípios na promoção da marca Terras da Chanfana. Como negativo destaca-se o facto de os municípios ainda não terem conseguido convergência de esforços necessários à criação de redes viárias necessárias ao desenvolvimento da região e melhoria das condições para os seus habitantes.

### 2) Quais as metodologias aplicadas nos exercícios de avaliação da EDL realizados no período 2014-2020? Qual a perceção relativamente à adequação e sucesso das mesmas nos processos empreendidos?

- Reuniões e inquéritos parecem ser as metodologias mais ajustadas.

### 3) Quais os instrumentos que consideram mais adequados para a avaliação da EDL?

- Os que têm sido utilizados e inscritos na questão anterior.
- Reuniões de avaliação e discussão das ações desenvolvidas pela DUECEIRA com os parceiros locais.
- Realização de inquérito/entrevistas dirigidas a beneficiários (com candidaturas aprovadas e com candidaturas não aprovadas) e, ainda, a agentes locais que não beneficiaram do programa, de modo a perceber a forma de acesso, privilegiado ou não, à informação e, em geral, sobre o conhecimento da EDL junto das populações da área de intervenção.

### 4) Quais as orientações macro relativas à definição da visão e prioridades estratégicas para o desenvolvimento local?

- A questão estratégica deve ser a rede viária e os transportes coletivos. Para além destes, a gestão florestal, o turismo de qualidade (natureza, cultural, religioso, gastronómico), a qualidade dos recursos hídricos, aliás na linha da Rede Natura 2000.
- Incorporação dos vários instrumentos financeiros, para além da PAC, do OE, da Coesão, do Horizonte Europa e outros Multifundos na concretização de objetivos como: “Alterações climáticas; Gestão sustentável dos recursos naturais; competitividade e digitalização da agricultura e reforço do tecido socioeconómico dos territórios rurais”.
- Dinamizar e apoiar iniciativas que contribuam para articular a Agenda da Inovação com a Estratégia para a Agricultura Biológica, o Estatuto da Agricultura Familiar, do Jovem Empresário Rural. Estes objetivos estão ligados com os desígnios definidos pelo Governo.

#### **5) Quais os constrangimentos a ter em consideração?**

- A centralização dos investimentos no litoral e grandes centros urbanos em desfavor do interior.
- Deficiente ordenamento do território, agravado com os incêndios que têm assolado a região. Necessidade de um plano de florestação para as áreas ardidas e medidas de prevenção de incêndios.
- Desertificação e envelhecimento da população.
- Falta de articulação de políticas públicas adequadas à realidade e diversidade do território.
- Necessidade de articulação dos vários fundos comunitários.

#### **6) Quais as prioridades/desafios para o território de intervenção no horizonte de 2030?**

- Atrair investimentos que valorizem a região e a marca Terras da Chanfana.
- A inclusão de medidas que combatam o isolamento e a debilidade das populações e dos territórios rurais mais deprimidos é fundamental para cumprir o objetivo da “sustentabilidade e resiliência dos territórios de baixa densidade” (princípio iv) da Posição de Portugal).
- A integração de eixos do tipo dos já previstos no Programa para a Valorização do Interior (Revisto pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2020), nomeadamente nas áreas que vão exigir um apoio multifundos. Medidas já previstas, mas que poderão ter uma execução mais significativa no próximo quadro, como por ex. o “Estatuto do Jovem Empresário Rural” e os circuitos comerciais de proximidade – economia colaborativa, economia e transição digital, instalação de sistemas agroflorestais, paisagem, florestas e Áreas Classificadas, valorização dos recursos e diminuição do desperdício, salvaguarda e desenvolvimento da Dieta Mediterrânica na Região.
- O reforço de áreas como a do agroalimentar. Continuar a privilegiar políticas e mecanismos de apoio às cadeias curtas (fornecimento de produtos locais e/ou biológicos às refeições da restauração coletiva, os mercados de produtores e a comercialização de cabazes, entre outros) e aos sistemas alimentares locais. Articulação com o papel fundamental das autarquias no apoio ao escoamento e transformação dos produtos locais e de qualidade, especialmente os oriundos da pequena produção.

### 6.3 Documentos de referência

- CCDRC, [Visão estratégica para a Região Centro](#) (outubro de 2020)
- Comissão Europeia, [Perguntas e respostas sobre a reforma da PAC](#) (17 novembro de 2020)
- Comissão Europeia, [Planos Estratégicos da PAC – Proposta de regulamento COM\(2018\) 392 / Anexos](#)
- Comissão Europeia, [Financiamento, gestão e acompanhamento da PAC – Proposta de regulamento COM\(2018\) 393 / Anexo](#)
- Comissão Europeia, [Organização comum de mercados – Proposta de regulamento COM\(2018\) 394](#)
- Comissão Europeia, [Planos estratégicos, financiamento, gestão e acompanhamento da PAC, organização comum de mercados - avaliação de impacto – SWD\(2018\) 301 / Parte 2 - Anexo / Parte 3 - Anexo](#)
- Comissão Europeia, [Estratégia do Prado ao Prato](#)
- Comissão Europeia, [O futuro da alimentação e da agricultura COM\(2017\) 713 final](#)  
Comissão Europeia — Direção-Geral da Agricultura e do Desenvolvimento Rural — Unidade C.4 (2017):  
[Orientações. Avaliação da LEADER/DLBC](#). Bruxelas.
- Comissão Europeia, [Pacto Verde Europeu](#)
- Minha Terra, [Pacto de Desenvolvimento Rural 2030](#) (2019)
- [Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2020](#), aprova a Estratégia Portugal 2030

**CENTRO** 

 **PORTUGAL**  
**2020**



**UNIÃO EUROPEIA**  
Fundos Europeus  
Estruturais e de Investimento